

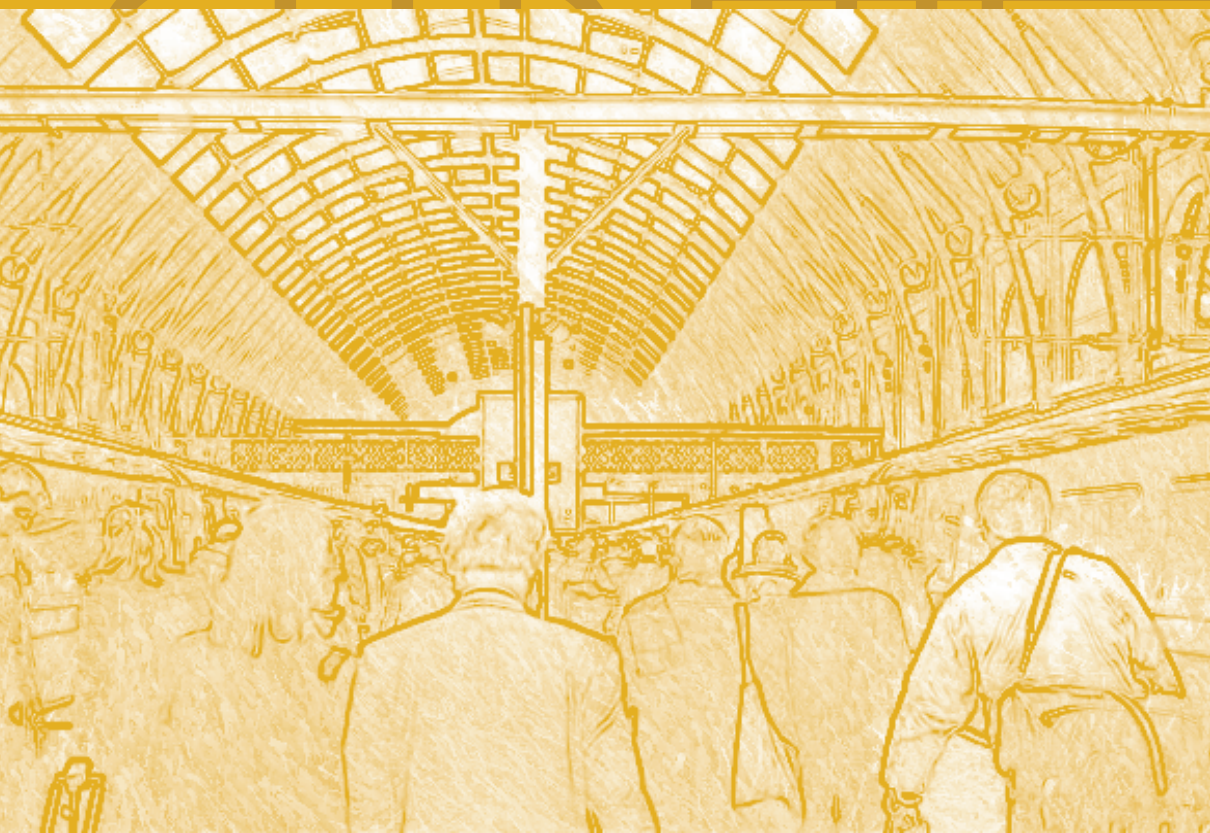
ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXIII, nº 67, Julho - Dezembro/2010

67



**MOBILIDADE
PARENTESCO
SUL**

“OS DESEJÁVEIS”
- dossiê -

**CIGANOS
LITERATURA
“ESCREVO-LHE”**

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

Dirceu Cutti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Líbero)

Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gebara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Prencipe (CSER/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (UFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)

Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Vasco Pereira, 55

Bairro Liberdade

01514-030 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Capa - Raquel de Moura Peres Venturini

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	4
<i>Helion Póvoa Neto</i>	

Dossiê – “Os Desejáveis”

Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas...7	
<i>William Fugii</i>	
Do Brasil à Itália: Processos históricos e culturais de uma nova realidade emigratória.....21	
<i>João Carlos Tedesco</i>	
Sobre a mobilidade internacional de trabalhadores qualificados: Brasil no foco do Quebec	37
<i>Tatiana Accioly</i>	

O ramo de rede: Breve estudo de parentesco dos produtores e vendedores de redes de dormir	45
<i>Elisa Cunha</i>	
Ciganos, Roma e Gypsies: Categorias de atribuição e classificações identitárias	59
<i>Mirian Alves de Souza</i>	
Escrita afirmativa: Reflexões sobre a produção literária elaborada e consumida por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul	69
<i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	
Trabajadores migrantes del Cono Sur de América Latina residentes en Argentina y Brasil	79
<i>Gabriela Adriana Sala</i>	
Imigrante brasileiro em Portugal: “ <i>pé de passada</i> ”	91
(entrevista) Por: <i>Eduardo Gabriel</i>	
Resenha.....	105
<i>Escrevo-lhe</i> (conto).....	113
<i>Catitu Tayassu</i>	

Em meio às contradições que caracterizam a organização social moderna, aflora hoje, com força, a que vem ocorrendo no campo da mobilidade do trabalho. A mídia não cansa de estampá-la. Notícia-se, num dia, a criação de leis restritivas, o erguimento de barreiras, quando não a pura e simples deportação de migrantes; no dia seguinte, o destaque recai sobre a necessidade de braços/cérebros que o mercado requer aqui e acolá, a qual só o migrante poderá suprir. “Indesejáveis, mas necessários”, talvez seja a expressão que mais cristalinamente evidencia a situação.

Nossos olhos e ouvidos parecem já acostumados com as manchetes reportando o rechaço ao imigrante. Porém, estão também em curso claras políticas de busca aos “necessários e desejáveis”. *Travessia* reúne aqui um dossiê, composto por três artigos, destacando estratégias de políticas seletivas para absorção, e mesmo atração, para a força de trabalho migrante.

William Fugii enfoca o fluxo Brasil-Japão, marcado por uma política altamente seletiva, que só inclui descendentes de japoneses e seus cônjuges. Trata-se do movimento decasségui, tradicionalmente associado a uma conotação negativa para o trabalhador nele envolvido. Quando, porém, do seu arrefecimento, as atenções das empresas japonesas recaíram sobre os universitários nipo-brasileiros, mais aptos às inovações tecnológicas de ponta, oferecendo a esses programas de *arubaito* (“bicos” em períodos de férias). A sutil estratégia foi a de associar ao termo uma imagem positiva: um “programa de férias/cultural”, voltado a um público específico e, atualmente, vinculado a programas de intercâmbio em outros países.

João Carlos Tedesco analisa a ida de brasileiros para a Itália. Observa que, nos últimos anos, tem havido um estreitamento de laços culturais, afetivos, comerciais, principalmente entre o norte da Itália e o sul do Brasil, fomentando processos migratórios. É forte, nesse sentido, a atuação do partido político *Lega Nord* (Liga Norte), através da veiculação de vínculos e imagens de uma Itália que, “saúdosa”, ofereceria a seus “filhos e netos” a possibilidade da dupla cidadania. Nada mais, nada menos, do que uma estratégia para atrair a mão de obra dos desejáveis, preferíveis quando comparados a outras correntes do Leste Europeu e, principalmente, do continente africano. Pois que a *Lega* representa uma força política profundamente xenófoba e hostil ao que possa parecer uma ameaça aos ditos “valores locais”. A dupla cidadania prometida não vai, na maioria dos casos, além de procedimentos burocráticos e de oportunidade instrumental para o mercado de trabalho. Fora o fato de que muitos, ingressados regularmente na Itália através de acordos de cooperação, uma vez vencidos os seus prazos, acabam permanecendo irregularmente no país.

Tatiana Accioly apresenta um processo migratório ainda em desenvolvimento, no bojo de uma política de atração de brasileiros para uma província canadense. A partir da implantação, em 2008, do Escritório de Imigração do Quebec, a autora revela algumas das motivações e critérios presentes naquela política de seleção de profissionais qualificados brasileiros. Para além da habilitação técnica

e profissional, a avaliação positiva quanto às potencialidades de assimilação cultural do grupo, supostamente pouco tendente à formação de guetos étnicos no novo país, aparece como fator que favorece tal política de estímulo à migração.

Guardadas as devidas temporalidades, e atentando ao aspecto ideológico, esses casos podem remeter à estratégia dos cafeicultores brasileiros no século XIX quando da implantação do colonato: o trabalhador imigrante, em meio ao cafezal, focava suas atenções na lavoura branca que o fazendeiro lhe permitia cultivar (esquecendo que estava substituindo o escravo). O universitário nipo-brasileiro foca suas atenções no intercâmbio cultural do pós-*arubaito*; o descendente de italianos mira a dupla cidadania e o candidato ao trabalho no Quebec se antevê como trabalhador de Primeiro Mundo. Na miragem, a prevalência de fatores culturais; no chão da fábrica japonesa, embaixo dos parreirais do norte da Itália ou em algum escritório canadense, a nua e crua reprodução ampliada do capital que, quando possível, conta com os necessários desejáveis.

Depois do dossiê, composto por artigos enviados independentemente, mas que permitiram a construção da “chave de leitura” que acima enfatizamos, segue outra série de artigos.

Elisa Cunha nos oferece um estudo sobre parentesco de produtores e vendedores de redes de dormir, a partir de uma comunidade rural do sertão paraibano. A autora analisa a intrincada teia em que relações familiares imbricam-se com relações comerciais. Discute toda a complexidade de se entender, para aquele contexto cultural específico, as diferenças entre “negócio” e “ajuda”, ou como um deles pode se “transformar” no outro. Mais que a divisão do trabalho, procura entender os nexos segundo os quais, no ramo de rede, o negócio não é mera produção e circulação de redes, mas também a produção e circulação de negociantes. A nossa conhecida produção de mercadorias, mas apresentada em um grau de complexidade que enriquece as análises clássicas e evidencia o tema da mobilidade espacial, subjacente a todo o processo.

Gabriela Adriana Sala preocupa-se também com condições de trabalho de migrantes ao traçar, com base em dados estatísticos oficiais, comparações entre imigrantes residentes na Argentina e no Brasil. Toma, como parâmetros de análise, nível educacional, presença em setores da economia e forma de inserção no mercado de trabalho, atentando ainda a um viés comparativo quanto a ganhos salariais.

Maria Catarina Chitolina Zanini considera outra forma de produção e consumo, referente a textos literários, no contexto da imigração italiana e de seus descendentes na região sul do Brasil. Apresenta este material no seu diálogo com processos identitários e de construção da memória, entendendo os escritos como dimensões de resistência e de autonarração.

Mirian Alves de Souza traz ao debate um tema da ordem do dia, o dos Ciganos, alvos permanentes de políticas segregacionistas e, muito recentemente, como evidenciado no caso da França, de deportações. As expulsões violentas, tanto quanto a sedentarização forçada, são práticas historicamente exercidas quanto

àquele grupo. O texto trabalha com a complexidade dos conceitos envolvidos, alertando para a discutível unidade da categoria étnica “ciganos”, ao mesmo tempo em que alerta para a carga de preconceitos presente nas definições.

Após os artigos, a Travessia se completa com uma entrevista, um conto e uma resenha.

Eduardo Gabriel reproduz entrevista com casal de imigrantes residente em Portugal, fruto de pesquisa por ele realizada naquele país. Catitu Tayassu, em “Escrevo-lhe”, reedita literariamente a travessia dos que da África desesperadamente buscam a Europa agarrar, alertando, porém, que “nada é como o sonho inventou”.

Sidnei Dornelas fecha o número, com a resenha da nova edição, revista e substancialmente ampliada, de *O Cativo da Terra*, obra de José de Souza Martins que constitui referência fundamental nos estudos sobre imigração no Brasil.

.....

Convidamos você para que, a exemplo dos colaboradores deste número, escreva-nos, conte-nos, comente, entreviste, articule...

A divulgação de uma pesquisa científica finalizada ou em andamento, o relato de situações, o texto de intervenção e debate, o depoimento, a ficção, o comentário... são formas de acesso ao mundo do migrante valorizadas por esta revista.

Aguardamos a sua colaboração.

Helion Póvoa Neto

Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas

*William Fugii **

A crescente participação de jovens universitários,¹ no conjunto dos trabalhadores que tem emigrado do Brasil para o Japão marca, na última década, a história do movimento decasségui, fenômeno que tem feito muitos nipo-brasileiros² percorrerem, a partir de meados da década de 1980, o caminho inverso ao dos imigrantes japoneses, que chegaram ao Brasil a partir da primeira década do século XX.

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento têm se dedicado ao exame de diferentes momentos e aspectos do movimento decasségui. Este estudo privilegiou o exame da etapa recente desse movimento, quando o número de estudantes universitários brasileiros envolvidos no mesmo tem crescido significativamente.

Para a realização do trabalho recorreremos, além de pesquisa bibliográfica (específica sobre o fenômeno decasségui e sobre o tema da migração num contexto mais amplo), a outros procedimentos. Realizamos entrevistas, tanto no Brasil – com jovens que já passaram pela experiência de trabalho nas linhas de montagem japonesas, ou que desejam passar por tal experiência – quanto no Japão,³ com jovens que estavam vivendo naquele momento, como trabalhadores imigrantes.

Inicialmente, para analisar o objeto específico de nossa pesquisa, procuramos obter também, junto ao Consulado Geral do Japão em São Paulo,

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP.

dados referentes ao número de vistos emitidos para estudantes universitários ao longo dos últimos vinte anos. Contudo, descobrimos que esses dados não existem, pois, de acordo com o próprio consulado japonês, nos *vistos de longa permanência* (categoria de visto concedido aos nipo-brasileiros, em geral) não há distinção entre estudantes e não estudantes; ou seja, o visto concedido a um estudante de 18 anos, ou a um aposentado de 60 anos, que desejam trabalhar no Japão, é o mesmo.

A ausência de tais dados em trabalhos de pesquisa relacionados ao tema decasségui, e nos relatórios estatísticos oficiais publicados anualmente pela *Japan Immigration Association (Zaidan Hojin Nyukai Kyokai)*, do Ministério da Justiça do Japão, de onde extraímos boa parte dos dados quantitativos apresentados no trabalho, foi uma das principais preocupações durante a pesquisa.

Recorrendo a diversas outras fontes, contudo, e privilegiando a pesquisa qualitativa, encontramos elementos que reforçaram a hipótese, que orientou nossa pesquisa, de que a dinâmica atual do movimento decasségui inclui a participação crescente de jovens universitários.

Dados fornecidos pelo CIATE⁴ – Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior –, por exemplo, mostram que, entre os anos fiscais⁵ de 2000 e 2004, foi crescente a porcentagem desse segmento, em relação ao total de pessoas que procuraram os serviços do órgão, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

Consultas aos serviços do CIATE

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	Total
Pessoas que procuraram os serviços do CIATE	3.694	3.439	2.646	2.593	1.900	14.272
Estudantes Universitários (números absolutos)	128	125	146	276	281	956
Estudantes Universitários (%)	3,46	3,66	5,51	10,64	14,78	6,7

Fonte: CIATE – Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior.

Pode-se observar que, apesar do número de pessoas que procuraram o CIATE no período abordado tenha diminuído, foi crescente o número de estudantes universitários que consultou o órgão.⁶

João Pedro Corrêa Costa, diplomata brasileiro que serviu no Consulado Geral do Brasil em Tóquio, de 2005 a 2007, ressalta, em livro publicado em 2007, pela Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

“Digno de nota é o elevado número de estudantes brasileiros que migram para o Japão. Uma das explicações

para este fato é a tentação que muitos sentem de poder trabalhar legalmente naquele país a partir dos quinze anos, por um salário de US\$1.500,00 a US\$2.000,00 mensais e assim rapidamente adquirir bens de consumo duráveis como carros, aparelhos de som, computadores, etc., aspirações que, no Brasil, demandariam um prazo e investimento em estudos muito maior” (COSTA, 2007, p. 86. Grifo nosso).

O referido autor realizou, entre abril e agosto de 2006, uma pesquisa por amostragem que resultou no recebimento de questionários respondidos por 1587 brasileiros residentes no Japão. A partir desses questionários, obteve dados muito próximos aos oficiais, fornecidos pelas autoridades japonesas, e outros que elas não informam. Entre eles, os relacionados às atividades desempenhadas no Brasil por tais decasségus, antes de emigrarem para o Japão.

Os dados a seguir, organizados por esse autor, mostram a categoria “estudante”, em primeiro lugar:

Atividade econômica dos trabalhadores decasségus antes de emigrarem para o Japão

Estudante	187	26,23%
Comércio	149	20,90%
Operário / Serviços manuais	105	14,73%
Serviços administrativos	80	11,22%
Serviços técnicos	69	9,68%
Do lar	56	7,85%
Autônomo	39	5,47%
Bancário	20	2,81%
Nível superior	19	2,66%
Educador	16	2,24%

Fonte: COSTA, João P. C. *De decasségui a emigrante*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – Ministério das Relações Exteriores, 2007, p. 86.

Costa não menciona a porcentagem de universitários, entre os 26,23% de estudantes, mas destaca, algumas páginas antes de apresentar tais dados, o nível educacional dos nipo-brasileiros, citando os dados do Censo 2000 do IBGE, que revelam uma boa inserção dos mesmos no ensino superior, ainda mais se comparados com a média nacional.

De toda forma, já é possível observar que a realidade atual do movimento decasségui, em relação ao perfil dos trabalhadores envolvidos, difere bastante daquela que caracterizou o seu começo.

O início do movimento decasségui é marcado pelo retorno ao Japão, de imigrantes japoneses que tinham chegado ao Brasil na primeira metade do século XX. Como possuíam a cidadania japonesa, não encontraram obstáculos legais para entrar no Japão. Seus filhos (*niseis*) – os que possuíam dupla nacionalidade, brasileira e japonesa⁷ – também não tiveram problemas quanto à documentação.

São poucos os exemplos similares encontrados no quadro dos mais de 190 milhões de imigrantes que se estima haver hoje no mundo, entre os quais se pode mencionar a volta de alemães da Europa Oriental à Alemanha reunificada, ou dos holandeses que retornaram das Índias Ocidentais e do Suriname aos Países Baixos (cf. COSTA, 2007, p.18).

No início do movimento decasségui, os trabalhadores que partiam do Brasil rumo ao Japão eram em sua maioria homens, entre 40 e 60 anos, chefes de família que, com o objetivo de juntar dinheiro para comprar a casa própria ou abrir o próprio negócio, emigravam geralmente sozinhos (sem a companhia da família), pretendendo permanecer de dois a três anos no Japão. Lá, conforme relatam alguns entrevistados que vivenciaram tal momento, eles moravam geralmente em pensões coletivas e, muitas vezes, dividiam o quarto com outros imigrantes brasileiros. Boa parte desse contingente possuía conhecimentos do idioma japonês, o que não diminuía, contudo, a estranheza em relação ao Japão.

A partir da consolidação do movimento decasségui e do desenvolvimento das redes entre os nipo-brasileiros no Japão, na primeira metade da década de 1990, essa realidade foi sendo gradualmente transformada. Na segunda metade dessa década, já era comum a presença de casais com filhos, além de homens e mulheres mais jovens, casados ou solteiros.

Na virada do século XXI, pode-se dizer que o movimento decasségui possui uma estrutura bastante consolidada. A presença de familiares no Japão encoraja muitos que ainda receavam passar pela experiência imigratória. Novas formas de acesso aos postos de trabalho japoneses, através da indicação direta de parentes que se encontram no país, e não apenas através das agências recrutadoras, passam a se intensificar. Em relação a este momento, pode-se dizer, também, que a maior parte dos que movimentam o fluxo é formada por pessoas que retornam ao Japão. Já são poucos (em relação ao número total) os que emigram pela primeira vez. Em outras palavras, parece que o contingente de *nikkeis* (descendentes de japoneses que vivem fora do Japão) do Brasil passíveis de se tornar trabalhador decasségui dava sinais de esgotamento.

Diante da diminuição do número de trabalhadores decasséguis no Japão em 1998, primeira vez que o movimento registrou valor negativo na taxa de crescimento, e do aumento inferior a 1% em 1999 (ver tabela a seguir), as empresas japonesas começaram a articular novos planos para atrair, mesmo que por um curto período de tempo, nova parcela da comunidade nipo-brasileira que ainda não havia se submetido à experiência de trabalho no Japão.

Evolução do número de trabalhadores decasségus brasileiros no Japão (1985-2009) ⁸

Ano	Nº. de brasileiros registrados no Japão ⁹	Cresc.(%)
1985	1.995	
1986	2.135	9,21
1987	2.250	5,39
1988	4.159	84,84
1989	14.528	249,31
1990 ¹⁰	56.429	288,42
1991	119.333	111,47
1992	147.803	23,86
1993	154.650	4,63
1994	159.619	3,21
1995	176.440	10,53
1996	201.795	14,37
1997	233.254	15,59
1998	222.217	-4,73
1999	224.299	0,93
2000	254.394	13,42
2001	265.962	4,55
2002	268.332	0,89
2003	274.700	2,37
2004	286.557	4,31
2005	302.080	5,42
2006	312.979	3,6
2007	316.967	1,27
2008	312.582	-1,38
2009	267.456 ¹¹	-14,43

Fonte: Ministério da Justiça do Japão

Nesse contexto, ouve-se falar com intensidade, a partir de 2000, do “*arubaito*”. Na realidade, este termo já existe há muito tempo no Japão e significa um “bico”, um “trabalho avulso” (HINATA, Noemia. Dicionário Japonês-Português. Japan, Kashiwashobo S.A, 1997). Mas, no âmbito do movimento decasségui, ganha um sentido próprio, específico. E ele é associado também a um “público” específico – os jovens universitários nipo-brasileiros.

De origem alemã (*arbeit*, que significa trabalho), a palavra *arubaito* indica, para esses jovens, uma espécie de “trabalho temporário” no Japão, com conotação de “programa cultural”, ou “programa de férias”, já que saem do país, têm a oportunidade de viajar, conhecer o Japão, quase sempre sem precisar disponibilizar nenhum recurso próprio. Utilizam apenas o dinheiro recebido pelas horas de trabalho nas firmas japonesas, o qual, na maioria das vezes, cobre, inclusive, as despesas da viagem. Os que optam por economizar, ainda conseguem em três meses, de acordo com muitos entrevistados, poupar de três a quatro mil dólares. Alguns chegam a economizar um valor ainda maior.

Inicialmente, esse “programa” era realizado somente nas férias escolares (quando o fluxo ainda é maior), do começo de dezembro ao final de fevereiro, mas com o sucesso da adesão por parte dos jovens estudantes, ele passou a ser oferecido em praticamente todas as épocas do ano.

Mas o que vem a ser de fato o *arubaito*?

As empresas contratadoras de imigrantes brasileiros no Japão, sempre tiveram um grande déficit de mão de obra nos finais de ano, época em que as comemorações natalinas do Ocidente demandam maiores quantidades de produtos eletrônicos importados do país. Soma-se a isso, a preferência dos decasséguis em retornar ao Brasil justamente nos finais de ano, para aproveitarem as mesmas comemorações natalinas e a virada do ano com os familiares e amigos.¹²

Como a produção não pode parar, muitas empresas começaram a oferecer condições especiais (como bônus salarial, prêmios em dinheiro, etc.) para que esses funcionários não deixassem as linhas de produção no período mencionado, mas mesmo assim observou-se que as medidas não foram suficientes. Os contratadores de mão de obra decasségui brasileira começaram, portanto, a tentar repor o contingente de trabalhadores que retornam ao Brasil nos finais de ano, bem como contratar novos braços para outros postos que viessem a surgir, por meio da aceitação de trabalhadores brasileiros por curtos períodos de tempo. É conhecida a exigência (até então) por parte das empreiteiras japonesas da permanência de pelo menos um ano no serviço,¹³ mas diante da conjuntura exposta esse critério parece ter sido relativizado.

Ofereceram, ainda, algumas pequenas vantagens – subsídio de parte do aluguel, por exemplo – para que, mesmo por um curto período de tempo, fosse viável economicamente para o candidato a experiência no Japão.

Essas pequenas “vantagens”, junto com a possibilidade de trabalhar por apenas três meses, começaram a atrair aqueles estudantes universitários nipo-brasileiros que desejavam conhecer o Japão (e por que não “juntar um dinheirinho?”), mas que não podiam ou não queriam emigrar para lá por um longo período de tempo, justamente por estarem inseridos no ensino superior. Muitos deles tinham pais e familiares no Japão que, com a possibilidade dos filhos e parentes viajarem para o país, até desistiam de retornar ao Brasil, já que o objetivo principal era matar a saudade dos mesmos.

E esses jovens voltaram trazendo as novidades da *Terra do Sol Nascente*, contando as experiências (as boas e as ruins), que de certa maneira aguçaram a curiosidade e interesse de amigos da faculdade, da vizinhança, enfim, dos diversos grupos com quem mantêm sua sociabilidade.

Mesmo crescendo em números, esse “programa de *arubaito*” esbarrava, contudo, no estigma do movimento decasségui. Para muitos descendentes, ainda hoje, ser trabalhador decasségui significa expor seu fracasso no Brasil, e muitos camuflam possíveis situações de insegurança somente para não se submeterem ao movimento.

Enxergando a potencialidade desses jovens universitários para ajudar a suprir (pelo menos parcialmente) a demanda de mão de obra no Japão, os contratadores passaram a investir nos programas de *arubaito*, e para isso trataram logo de reverter o estigma mencionado, separando em categorias diferentes o “trabalhador decasségui” do “estudante *arubaito*”.

Em outras palavras, quando os agricultores descontentes com a situação adversa no Brasil, quando o pequeno empresário falido e desamparado, quando o pai de família desempregado ou mal empregado, já se encontravam seduzidos pela remuneração das linhas de montagem japonesas e, mesmo assim, o contingente não era suficiente, o “mercado decasségui” imputou novas estratégias para atrair um novo segmento da comunidade nipo-brasileira.

A produtividade e a fácil adaptação desses jovens às formas de organização do trabalho nas empresas japonesas, onde a informática, a robótica e recursos tecnológicos de última geração estão presentes, fazem com que as empresas direcionem cada vez mais o olhar para os universitários nipo-brasileiros. Se no começo eles representavam apenas uma alternativa para tais empresas, tornaram-se hoje, para muitas delas, um perfil objetivado, conforme ressaltam representantes de algumas empresas recrutadoras, entrevistados tanto no Brasil quanto no Japão.

As estratégias das empresas recrutadoras para atrair os jovens universitários

A principal estratégia para atrair maciçamente os universitários nipo-brasileiros foi, como adiantado, mudar o “status” da experiência imigratória. E podemos dizer com convicção que ela teve êxito. Nenhum dos jovens que entrevistamos se inseriram no que eles entendem por movimento decasségui. E

isto ocorre não devido ao “tempo” que eles permanecem no Japão, pois alguns entrevistados haviam prolongado o período do “programa” e permanecido por mais de um ano no país, com a matrícula da faculdade trancada no Brasil. Não se consideram decasségui por ainda estigmatizarem o movimento.

Ângela, uma jovem de São Paulo, que embarcou para o Japão em 2007, aos 18 anos, no final do primeiro ano da graduação em Administração, e permaneceu por mais de um ano no país, explicitou este aspecto. Apesar de relatar que trabalhava 13 horas por dia “*fazendo a mesma coisa e sem sair do lugar*”, que era alvo de preconceitos, que tinha dores no corpo devido ao trabalho excessivo, que se sentia alienada, etc. – características de qualquer trabalhador decasségui –, ao ser questionada se retornaria ao Japão a trabalho, a resposta foi taxativa: “*Só se for arubaito de novo... nada mais que isso... eu me amo!*” – deixando claro suas apreensões diferenciadas entre “ser decasségui” e “ser arubaito”.

Inicialmente, para atrair a atenção do segmento específico que estamos abordando, muitas agências recrutadoras começaram a “marcar presença” em locais frequentados pelos jovens universitários *nikkeis*. O patrocínio de festas e de eventos esportivos da comunidade nipo-brasileira se tornou comum para as empresas contratadoras de decasségui.

O fornecimento de uma espécie de “certificado” por ter trabalhado em uma montadora de carros, indústria de eletrônicos ou qualquer outra atividade no Japão, também pôde ser observado. Isso, para aproximar cada vez mais a experiência do *arubaito* à de um “estágio” remunerado fora do país.

Grandes investimentos em publicidade nos jornais e revistas voltados à comunidade nipo-brasileira também tiveram bastante peso. Nos anúncios, chamadas diferenciadas para o estudante *arubaito* e para o trabalhador decasségui – ainda que essa pretendida diferença não possa ser facilmente reconhecida.

Analisando duas propostas de serviço (ambas para a Sony, de Omigawa) da agência brasileira Sawatur, representante da empreiteira japonesa Twenty First, uma voltada aos trabalhadores decasségui em geral e outra aos *arubaitos*, só encontramos diferenças em relação a dois itens da proposta: (1) a moradia – as vantagens para os *arubaitos* são, além de um desconto de dez mil ienes (aproximadamente cem dólares) no aluguel (que de trinta mil foi para vinte mil ienes), se realmente permanecerem por apenas três meses no trabalho, a isenção da taxa de cinco mil ienes, referente ao “kit de cama”; e (2) a idade – o limite máximo de idade para os *arubaitos* atinge 30 anos para o sexo masculino e 40 anos para o feminino, ao passo que para os trabalhadores em geral atinge, respectivamente, 40 e 45 anos.

Local de trabalho, tipo de serviço, salário, horas-extras, horário de trabalho, condução, refeição e infraestrutura em geral, são exatamente idênticos.

Entre as empresas que costumam contratar um número expressivo de *arubaitos*, anualmente, podemos destacar, além da Sony, fabricante de câmeras digitais, aparelhos de som e eletrônicos em geral (com fábricas em diversas

regiões do Japão), a Suzuki, montadora de carros e motos, além de muitas outras menos conhecidas pelos brasileiros.

Outra estratégia utilizada pelas agências recrutadoras de trabalhadores decasségus, para atrair os jovens universitários nipo-brasileiros, foi associar o *arubaito* a programas de intercâmbio em outros países, entre eles Estados Unidos, Canadá, Austrália e países da Europa.

Intercâmbio + arubaito = Interbaito!

Essa forma de contratação funciona da seguinte maneira: o jovem universitário nipo-brasileiro que deseja estudar em qualquer país do mundo, mas precisa de recursos financeiros para tal empreitada, submete-se por alguns meses ao trabalho em alguma empresa no Japão e, após juntar o valor necessário, segue para o país que deseja.

Na realidade, a agência recrutadora no Brasil não possui nenhum interesse no “pós-Japão”. Faz parcerias com empresas de intercâmbio conhecidas pelos jovens estudantes, para aumentar seu prestígio frente a eles e, assim, garantir mais braços para os postos de trabalho no Japão, seu objetivo de fato.

É possível encontrar inúmeros anúncios do Interbaito nos sites de agências recrutadoras de trabalhadores decasségus.

O Interbaito também aparece sob outras denominações, mas com a mesma finalidade. After arubaito, world baito, sekai arubaito (*sekai* = mundo), enfim, cada agência adota o nome que sua criatividade lhe sugerir – objetivando, contudo, arregimentar jovens com o perfil abordado neste artigo.

Em outras palavras, sob a aparência de estágio ou de intercâmbio, trata-se, na realidade, de uma forma de contrato de trabalho.

Você não precisa ter dinheiro para realizar seu INTERCÂMBIO

Conheça o Japão trabalhando e estude em seguida em uma das melhores cidades do mundo - Vancouver

ARUBAITO JAPÃO	AFTER ARUBAITO CANADÁ	 SAWATUR VIAGENS & TURISMO	21 TWENTY FIRST
--------------------------	---------------------------------	---	------------------------

ARUBAITO FORA DE ÉPOCA
Embarques o ano inteiro

Assistência completa de nossa equipe no Brasil e no Japão.

Saiba mais sobre este programa que a Sawatur preparou para você!

11 3106 3045
www.sawatur.com.br
Av Liberdade 65 cj 1002 São Paulo

Publicidade veiculada na Revista Made in Japan, 2007.

Na Internet, existem dezenas de páginas criadas pelos jovens *nikkeis*, relacionadas ao *arubaito*. No site de relacionamentos Orkut, por exemplo, podemos encontrar inúmeras comunidades, criadas para a troca de experiências, expectativas e, em grande medida, para avaliar as empresas contratadoras.

Até mesmo em publicações não direcionadas especificamente aos jovens *nikkeis*, já é possível observar o destaque dado a essa característica atual do movimento decasségui. A edição 244, de outubro de 2007, da Revista Super Interessante, por exemplo, traz uma reportagem especial, de seis páginas, sobre o *arubaito*, destacando a experiência de um jovem que passou dois meses trabalhando até 15 horas por dia, numa indústria de eletrônicos, na província de Shizuoka.

Existem, em relação ao tema deste artigo, inúmeros aspectos a serem abordados como, por exemplo, a contribuição dos jovens universitários para as mudanças nas redes de contratação dos imigrantes nipo-brasileiros, ou, em outras palavras, a contribuição deles para a diminuição da importância das agências recrutadoras no Brasil; as motivações subjetivas envolvidas na experiência migratória desses jovens, que emigram para a terra dos ancestrais e não para qualquer lugar; o consumismo que, em parte, também os atrai ao Japão, etc., revelando novas possibilidades de pesquisa sobre a temática decasségui e seus desdobramentos, que ainda estão longe de esgotar-se.

Considerações finais

Estima-se que a crise econômica mundial, que atingiu fortemente o Japão, tenha provocado, do final de 2008 ao início de 2010, o retorno de quase 50 mil trabalhadores *nikkeis* ao Brasil, além de interromper “temporariamente” o fluxo iniciado na década de 1980.

Certamente, esse foi um dos piores momentos da história do movimento decasségui, que, todavia, começa a mostrar sinais de recuperação. A redução das concessões de subsídios do governo japonês para o retorno dos imigrantes e o desempenho econômico do país nos últimos meses revelam tais perspectivas.

Timidamente, as empresas têm retomado as contratações de trabalhadores do Brasil. E, nesse momento em que as vagas não são abundantes como antes, as exigências quanto à qualificação do imigrante têm sido maiores, levando-nos a acreditar que os jovens universitários terão papel fundamental e estratégico na retomada do fluxo migratório.

Mais do que isso, nossa hipótese é de que a grande inserção de jovens universitários no movimento decasségui, nos últimos tempos, antecede, na realidade, a inauguração de uma nova fase, na qual a consanguinidade (e a ideia de preservação cultural) poderá ser relativizada para, a exemplo do que acontece em muitas partes do mundo, ser valorizada majoritariamente pelo Japão – nação preocupada com o envelhecimento de sua população e com a manutenção das conquistas proporcionadas pelo desenvolvimento econômico da segunda metade do século XX – a qualificação do imigrante, seja ele de origem nipônica ou não.

Notas

1 - Este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa apresentada como dissertação de mestrado, sob o título “Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas: uma contribuição ao estudo do fenômeno migratório entre o Brasil e o Japão (1908 – 2008)”, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH – USP, defendida em 2009.

2 - O movimento decasségui apresenta, entre as peculiaridades que o distinguem dos demais fluxos migratórios, a migração seletiva, aberta apenas aos descendentes (e cônjuges) de imigrantes japoneses que a partir da primeira década do século XX chegaram aos países da América Latina, entre eles o Brasil. Esse critério foi estabelecido pelo governo japonês com o objetivo de preservar os elementos culturais do país.

3 - Em julho de 2006, como atividade do Programa de Mestrado, o pesquisador viajou para o Japão com o objetivo de realizar trabalho de campo voltado à compreensão da inserção, no país, dos jovens universitários nipo-brasileiros desenvolvendo programas de arubaito (esse termo será abordado adiante).

4 - Órgão relacionado ao Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão, que tem por objetivo prestar serviços de informação e de orientação sobre os mais variados aspectos da sociedade e cultura japonesas aos nipo-brasileiros e seus cônjuges, principalmente os relacionados ao trabalho no país.

5 - O ano fiscal japonês vai de abril até março do ano subsequente. Portanto, os dados apresentados na tabela abrangem o período de abril de 2000 a março de 2005.

6 - A redução do número de pessoas que consultou o CIATE, no período abordado, é um indicativo da redução de ingressantes no movimento decasségui. Os trabalhadores que retornam ao Japão, dificilmente fazem uso dos serviços do órgão.

7 - Nas primeiras décadas do século XX, era comum entre os imigrantes japoneses a prática de registrar o nascimento dos filhos no consulado japonês. Assim, eles adquiriam também a nacionalidade japonesa. Essa prática tornou-se mais rara após a II Guerra Mundial, quando se consolida o enraizamento dos japoneses e seus descendentes no Brasil. A derrota do Japão representou para os imigrantes japoneses – que até então acreditavam na ascendência divina do imperador e na invencibilidade do exército imperial japonês – um duro golpe, o desmoronamento de um sonho (cf. SAKURAI, 1993 e OCADA, 2006). A partir do momento em que o imperador japonês declara a rendição do país, pedindo que seus súditos “tolerassem o intolerável e suportassem o insuportável” (MORAIS, 2000), o desejo de rever a terra natal, que ainda continuava vivo no imaginário dos imigrantes, é silenciado. Vale lembrar que o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (entre eles, o Japão), em 29 de janeiro de 1942, também contribuiu para o abandono da prática mencionada. Como representantes de uma nação inimiga, os imigrantes japoneses foram duramente perseguidos durante a guerra e, consequentemente, desencorajados a realizar tal procedimento.

8 - É importante salientar que esses números não são precisos, pois não incluem os iseis (os próprios imigrantes japoneses que retornaram ao Japão no começo do movimento decasségui, nem os niseis (filhos dos imigrantes japoneses) possuidores de dupla cidadania. Estes dois grupos entram no país com o passaporte japonês, o que impossibilita a quantificação dos mesmos.

9 - Esses números correspondem ao total de brasileiros registrados no Japão, e que se encontram presentes no país no momento do levantamento dos dados. Não são considerados aqueles que retornaram ao Brasil. Se essas pessoas retornarem ao Japão, entrarão nas estatísticas correspondentes aos anos em que permaneceram no país.

10 - Ano da Emenda Constitucional Japonesa, que alterou a Lei de Imigração do Japão e que passou a autorizar descendentes de japoneses até a segunda geração (nisei e sansei) a entrarem no país para trabalhar.

11 - A redução significativa neste ano está relacionada à crise econômica mundial que atingiu fortemente o Japão. O país sentiu de maneira profunda os efeitos da queda das exportações de seus produtos industrializados, bem como da redução do consumo interno. Para minimizar os problemas relacionados à elevação do número de desempregados no país em decorrência da crise, o governo japonês passou a conceder subsídios para o retorno dos imigrantes, o que contribuiu para que mais de 45 mil trabalhadores decasségus brasileiros deixassem o Japão no período.

12 - Essa realidade foi constatada a partir de entrevistas com representantes de algumas empresas japonesas que contratam imigrantes nipo-brasileiros, e a partir de entrevistas com os próprios trabalhadores decasségus.

13 - Embora não haja nenhum instrumento legal que obrigue os trabalhadores decasségus a permanecerem numa mesma fábrica por um período de tempo mínimo estipulado, a maioria das empreiteiras contratadoras exigia, até então, o compromisso do funcionário em permanecer pelo menos um ano no emprego. Isso porque, segundo os contratadores, são grandes as despesas iniciais para o recrutamento do funcionário (luva para locação de residência, treinamento inicial, registros legais de estrangeiro, etc.).

Referências

- COSTA, João Pedro Corrêa. *De decasségui a emigrante*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – Ministério das Relações Exteriores, 2007.
- DEMARTINI, Zeila B. F. Vivências diferenciadas de três gerações de japoneses em São Paulo. In: *Travessia* – Revista do Migrante. São Paulo. Publicação do CEM, nº 35, set – dez. 1999, p.10-16.
- HINATA, Noemia. *Dicionário Japonês-Português*. Japan: Kashiwashobo S.A, 1997.
- KAWAMURA, Lili. *“Para onde vão os brasileiros?”* Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- OCADA, Fabio Kazuo. *A tecelagem da vida com fios partidos*: as motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações. Tese de doutorado em Sociologia. UNESP, 2006.
- ROSSINI, Rosa Ester. O novo enraizamento: a conquista do espaço pelos nikkeis do Brasil no Japão. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. 18p.
- SASAKI, Elisa M. Movimento de kassegui e experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: REIS, Rosana Rocha e SALES, Teresa. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p.243-274.

RESUMO

A partir de meados da década de 1980, teve início o fluxo migratório de nipo-brasileiros para o Japão, que ficou conhecido como *Movimento Decasségui*. Ao longo de pouco mais de duas décadas de existência, a expressividade desse fluxo pôde ser conhecida, por meio dos inúmeros estudos realizados sobre o tema. Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento analisaram o fenômeno, a partir das diversas abordagens que ele comporta: econômica, social, cultural, psicológica, jurídica, linguística, tributária, educacional, etc.

Este artigo privilegiou o exame da etapa recente do movimento decasségui, caracterizada pela crescente participação de jovens universitários nele inseridos. São apresentadas, entre outros aspectos, as razões que levaram as empresas japonesas que utilizam mão de obra imigrante a direcionarem seu olhar para esses jovens, bem como as estratégias das agências recrutadoras para atrair esse segmento da comunidade nipo-brasileira.

Em outras palavras, procura-se compreender como os jovens universitários nipo-brasileiros, sob a fachada de programa de férias, estágio ou algo parecido, têm sido arregimentados para o trabalho nas linhas de produção no Japão.

Palavras-chave: decasségui; arubaito; migração.

ABSTRACT

Migration flows of Japanese-Brazilians to Japan, known as *Dekasegui Movement*, started in the mid '80s. Throughout a little more than two decades of existence, the relevance of this flow has been widespread through innumerable research studies conducted about the subject. Researchers in various areas of knowledge analyzed this phenomenon from the different approaches it comprises, and which relate to economy, society, culture, psychology, law, linguistics, taxes, education, just to name a few.

This article focuses on the observation of the recent phase of the Dekasegui movement, which is characterized by the growing participation of young university students. Among other aspects, this study discusses the reasons that led Japanese companies that use immigrant workforce to direct their look to these youngsters, as well as the strategies used by recruiting agencies to attract this segment of the Japanese-Brazilian community.

In other words, it seeks an understanding of how young Japanese-Brazilian university students are being selected to work in Japanese production lines under the pretext of taking part in vacation programs, internships or similar activities.

Keywords: dekasegui; arubaito; migration.

Do Brasil à Itália

Processos históricos e culturais de uma nova realidade emigratória

*João Carlos Tedesco **

Já é de domínio comum a informação de que o Brasil vem intensificando sua dinâmica emigratória. As últimas duas décadas atestam isso e, num ritmo cada vez maior. As causas são múltiplas e, sem sombra de dúvida, dentre elas, destacam-se aquelas de ordem econômica, ligadas, sobretudo, a características do mercado de trabalho no país (baixa remuneração, desemprego, dificuldade de mobilidade social para grande contingente de trabalhadores, etc.). Questões culturais e étnicas, dinâmicas emigratórias regionais, redes formais e informais que se constituem, bem como outras variáveis no campo mais subjetivo (afetividade, conflitos familiares, idealizações econômicas, etc.) também configuram o dinamismo desse processo mobilizador de grandes fluxos de pessoas para fora do país. Essa realidade revela uma situação de complexidade analítica.

Sempre fomos vistos como um país de imigração, o Brasil tendo recebido grandes levas de imigrantes, em especial até a década de 1930. Dados atuais estimam que em torno de 4 milhões de brasileiros estão fora do país, num arco de tempo delimitado pós-anos 1980, distribuídos em boa parte nos Estados Unidos (em torno de 1,4 milhões), pela Europa (em torno de 700 mil), pela Ásia, em especial pelo Japão (em torno de 200 mil), mais de meio milhão no Paraguai, além de outras regiões com contingentes menores.¹ Nessas levas, redes étnicas e regionais, políticas públicas e geopolíticas, grupos de descendência (*gemellaggios*),² agências de turismo e de contratação e intermediação de trabalhadores, dentre outros, constituem os canais de viabilização dos fluxos.

* Professor do Mestrado em História / Universidade de Passo Fundo-UPF.

Algumas regiões do país já se caracterizam como viveiros de emigrantes; é o caso de algumas cidades de Minas Gerais (em especial Governador Valadares, em direção aos Estados Unidos), do Espírito Santo (Vitória), do Paraná (Pato Branco e Guarapuava), de Santa Catarina (Criciúma e Água Doce) e do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul e Farroupilha).

Buscaremos aqui abordar alguns dados reveladores de aspectos da realidade de trabalhadores imigrantes brasileiros na Itália,³ dando prioridade às redes/vínculos formais e informais, em especial as de cunho étnico, que agregam e se integram ao movimento migratório, seus papéis, funcionalidades, implicações, etc. O objetivo é revelar elementos mediadores e situações no âmbito cultural que correlacionam espaços de origem e de destino dos fluxos de emigrantes brasileiros e que, talvez, sejam esses alguns dos processos que tornam específica a realidade emigratória para o referido país. A ideia central é tentar examinar processos que ligam, direta ou indiretamente, as realidades migratórias de *ontem* com as atuais.

Sabemos que é difícil tecer comparações entre os dois processos migratórios (vinda e partida de ditos *oriundi*); mas, o que dá perfeitamente para fazer é identificar ligações, redes, vínculos, influências, prioridades étnico-regionais, etc. Verificamos que fluxos migratórios, mediações, ordens culturais, étnicas e religiosas, interesses de grupos econômicos e políticos, em especial do norte e nordeste da Itália (Lega Nord e outras agremiações políticas), legislações e ligações entre países perduram e podem ser eficazes no interior do macrofenômeno migratório internacional e que, especificamente, envolvem o Brasil e a Itália.

Há um conjunto de elementos, não obstante sua temporalidade outra, que perdura; seleções, prioridades, integrações, mediações, reações, conflitos, horizontes culturais, agências de viagens, legislações, estatísticas (em geral, continuam imprecisas), língua, culturas, remessas financeiras, redes e meios de comunicação, instituições políticas, cidadania, Estado-Nação, transmigração que, formam, conformam, redefinem e estruturam os novos fluxos migratórios internacionais entre Brasil e Itália, ou, mais precisamente, do Brasil para a Itália.

Temos a convicção de que há ainda identidades transnacionais em diáspora territorial que mantêm relações com a “pátria-mãe” e que ritualizam a continuidade do “mito da terra prometida”. Situações históricas e conjunturais diferenciadas permitem-nos ver as migrações não como um fenômeno novo, mas algo “velho” com olhos novos, de seu tempo e conjuntura. É um pouco sobre isso que o texto, de uma forma sintética, quer refletir.

Territorialidades étnicas

Segundo os últimos dados do Itamaraty, havia na Itália, em 2009, por volta de 135 mil brasileiros. No entanto, os dados dos órgãos de pesquisa sobre imigração na Itália estimam em torno de 50 mil. Essa diferença pode ser entendida pelo fato de brasileiros com dupla cidadania não solicitarem vistos de permanência no país de destino e, portanto, não se constituírem como estrangeiros, não se inscreverem nas estruturas públicas e jurídicas que normatizam a presença de imigrantes no país.⁴

Grande parte das origens dos fluxos se constitui a partir de regiões do sul do Brasil, que possuem maior presença dos processos migratórios de mais de cem anos atrás para o Brasil, bem como a partir dos territórios formados pelas migrações internas. Dentre as regiões de maior presença estão as conhecidas como Serra Gaúcha e o norte do Rio Grande de Sul, o oeste e meio-oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, bem como algumas regiões do Espírito Santo e cidades do interior de São Paulo. No entanto, é interessante frisar que há imigrantes de várias, para não dizer de todas as regiões do Brasil.

A referida imigração não possui muito mais do que duas décadas e é bem concentrada nas regiões de proveniência de antepassados (Vêneto, Piemonte, Lombardia, Trentino, Friuli). Além de fatores mais estruturais do mundo econômico (desejo de melhorar de vida, ganhar mais, ser empreendedor, etc.), não há dúvida de que há outros, de ordem simbólica, representações e territórios étnicos que vão produzindo imaginários, idealizações, reencontros temporais e culturais que viabilizam e/ou motivam fluxos de emigrantes para a Itália. Há políticas públicas do país de destino, bem como grande tendência de ritualização da reconstrução de identidade étnica desenvolvida no sul do Brasil que acabam favorecendo a emigração para o referido país. Não poderemos aqui desenvolvê-los em detalhes em razão do espaço, porém, podemos afirmar que são intensos esses rituais (festejos, comemorações, intercâmbios, viagens, acordos regionais, influências do campo religioso e ideológico, etc.).⁵

O motivo trabalho é o que prepondera entre as causas da emigração brasileira para a Itália; é um contingente nacional que se destaca pela migração de indivíduos e, não tanto de grupos familiares; há grande preponderância de mulheres (67,5%). É, também, um grupo que se destaca pelo empreendedorismo (principalmente nas atividades agrícolas, na construção civil e nas várias atividades de atendimento à saúde);⁶ há em torno de duas mil empresas de imigrantes brasileiros (600 no Vêneto e 570 na Lombardia),⁷ portanto, há uma territorialidade econômica identificada, pela Câmara de Comércio da região do Vêneto, como empreendedorismo. Há certa diferenciação interna entre os imigrantes, há os descendentes (*oriundi*), os de dupla cidadania, há os irregulares, os que estão aguardando os processos de regularização, há negros e brancos, há gaúchos, baianos e capixabas, os quais carregam para dentro do país de destino estereótipos e imagens produzidas no país.

Portanto, ao falarmos em imigrantes brasileiros na Itália é bom que tenhamos sempre presente esse cenário de diferenciações. Estigmatizações, estereótipos e preconceitos se *mobilizam*, desterritorializam-se e se reterritorializam na construção da consciência do emigrante ao deixar sua terra de origem. Realidade essa por demais conhecida na imigração de *ontem* para o Brasil!

Familismo legal: os definidos como “*oriundi*”

Inúmeras instituições de representação de grupos italianos (vênetos, trentinos, lombardos, friulanos, etc.), migraram para o sul do Brasil nesses

últimos anos, alimentadas pela expressão midiática, econômica, por narrativas carregadas de emoção, afeto, saudosismo, ressentimentos e idealizações, especialmente por ocasião de ritualidades comunitárias e étnicas, de festas de famílias, de homenagens, para viabilizar acordos de cooperação, efetivar *irmandades* territoriais e transtemporais (*gemellaggios*). As mesmas acabam revitalizando a etnicidade, as ditas “origens italianas”, produzindo, também, processos migratórios para regiões da Itália. Não há dúvida de que nesses últimos dez anos cresceram muito, nos estados do sul do Brasil, os vínculos com associações, intercâmbios, escritórios de representação, agências de intercâmbios de trabalhos, possibilidades de estágios, *gemellaggios*, etc., com microrregiões do norte e nordeste da Itália. Fizemos levantamentos nesse sentido em algumas regiões do Sul do Brasil e pudemos constatar que há um grande dinamismo, um conjunto de associações em redes formais e informais que vão produzindo fortes laços entre regiões dos dois países. Os *gemellaggios* são uma das grandes expressões e são motivados e viabilizados, em geral, por grupos políticos e atores econômicos, bem como pelo campo religioso. Esses agentes mediadores, presentes no âmbito interno, ou seja, nos espaços de origem dos imigrantes, são, em muito, correlacionados a horizontes externos, em geral da *sociedade-mãe* e, em especial, de algumas regiões do norte/nordeste da Itália.

A *italianidade* passa a ser reivindicada e realimentada pela dimensão do trabalho, uma espécie de ascendência negociada e priorizada pelo campo econômico e amparada pela esfera pública. A Lega Nord (agremiação política de grande expressão por toda a Itália, mas de maior concentração no norte e nordeste do país),⁸ em especial, contribui em muito nesse sentido, criando vínculos, ramificações, produzindo imagens e representações de uma Itália saudosa, nostálgica de “seus filhos/netos” e que valoriza o discurso que enfatiza a essencialidade da dupla cidadania, como força e base de uma imigração sob tutela do Estado.

Nesse sentido, é interessante constatar como os territórios simbólicos (no caso aqui os étnicos) passam a ser *móveis*; sua mobilidade se dá em razão de referências (trans) temporais e entrecruzadas dos grupos sociais que os vinculam. Os mesmos podem ser construídos e mobilizados por representações, tradições, patrimônios imateriais e simbólicos; podem, com isso, envolver e dinamizar etnicidades, sentimentos de pertencimento ligados a tempos longos, mediações de vários gêneros (em especial nos campos políticos e culturais), compartilhados por ritualizações, expectativas de grupos, idealizações, deslocamentos espaciais, etc.

Na realidade, a *mobilidade dos territórios* (no caso aqui com sua ligação ao horizonte étnico de grupos de descendência italiana) vai depender muito de um campo de forças em que atuam atores sociais, grupos de influência, mediações institucionais que objetivam fins políticos e práticos, em especial no atual cenário considerado preocupante do campo migratório na Itália.

Contingentes de imigrantes brasileiros possuem certa identificação com o território cultural do espaço de destino dos fluxos no interior da Itália em razão de valores produzidos historicamente, de concepções em torno do trabalho, da família e do uso do dinheiro, da descendência de muitos, etc. (AMBROSINI;

QUEIROLO PALMAS, 2005). Há um capital social produzido pela descendência migratória e que, sem sombra de dúvida, é otimizado por grupos no interior dos espaços de destino nesse atual contexto do “problema imigração” na Itália.

As redes étnicas, no interior do processo migratório, recompõem laços comunitários, sentimentos e identidades, podendo interessar a grupos políticos e empresariais, assim como ser expressão de estratégias de sobrevivência de grupos, como símbolo que classifica e diferencia socialmente determinados grupos, além, é evidente, de agregar valor, transmitir o “sangue que corre nas veias” (*jus sanguinis*). Esse processo candidata novos imigrantes para inserir-se mais facilmente no espaço hospedeiro, ainda que se saiba que os horizontes políticos que viabilizam a cidadania estejam, atualmente, muito mais orientados pelo *jus solis* (tempo de permanência e de habitação no país de destino).

Já falamos que há uma contracorrente emigratória de *oriundi* em direção a locais onde possivelmente ainda residem parentes, ao espaço de origem dos emigrados ao Brasil e onde há a possibilidade de formação de uma rede de apoio que auxilie a inserção e a permanência ainda que temporária (o caso da emigração brasileira, pós-anos 1990, e o da Argentina, pós-anos 2000, atestam isso).

A dupla cidadania é obtida a partir de alguns requisitos jurídicos. A mesma ganha conotação burocrática, sem tanta ligação e integração com o país que não é mais hospedeiro (juridicamente, o duplo cidadão é, também, membro); é uma espécie de pertencimento formal ao âmbito nacional. Na realidade, o que se apresenta é uma “cidadania de reserva”, é um *familismo legal*, de distantes raízes, o qual não garante uma persistente integração cultural e política e, também, não se exige isso para sua efetivação jurídica (ZINCONI, 2006). Ou seja, não há projetos de envolvimento cultural de pertencimento, ou melhor, uma comum identidade; é apenas uma oportunidade instrumental para o mundo do trabalho para ambos os envolvidos (imigrantes e país de destino), para passagem para outros países de mercado de trabalho mais promissor (EUA, Inglaterra e Espanha, por exemplo).



O passaporte da comunidade europeia, tão idealizado pelos imigrantes, conquistado pela presença de muitos anos no país de imigração e/ou pelo direito de descendência, não dá aos mesmos todos os plenos direitos de cidadania social e política. Há uma longa estrada para percorrer nesse sentido; grandes embates se fazem presentes, mediações e interesses o compõem e transcendem sua dimensão legalista.

A dita “emigração de retorno” (dos descendentes) é expressão de uma identidade de “bons imigrantes”; em geral tende a ser auxiliada, beneficiada, pois são os considerados mais adaptados, os que, em teoria, terão melhor capacidade de assimilação e de serem assimilados para o trabalho e para a dita, reificada e concebida genericamente, *cultura italiana*. Não é incomum ouvir discursos políticos na Itália nesse sentido, aliás, pode se tornar produto de uma concepção política de cunho nacionalista, inclusive denunciada, por grupos políticos de oposição ao atual *status quo*, como xenófoba e discriminatória.

Temos a impressão que essa dimensão do *retorno dos oriundi* ou do *direito de retorno* (como se o *retorno* tivesse base jurídica!) pode ser considerada um retorno dos que nunca foram/estiveram; são contextos de expressão distinta. Ainda que imigrantes sejam descendentes, seus horizontes culturais e espaciais são diversos. Como diz Kawamura, esses *oriundi* acabam sendo uma população que atende às necessidades raciais e ideológicas de esfera política, das demandas do mercado de trabalho como força de trabalho barata, não qualificada e, de certa forma, controlada etnicamente (KAWAMURA, 2003).

A etnicização conduz a um encarceramento do imigrante em uma identidade oficialmente chancelada pelas políticas governamentais (ZINCONI, 2006), resultando num obscurecimento da diversidade interna das populações imigrantes; cria estoques de diferenças e que devem se adequar às classificações (gestão da diferença, assimilacionismo-italianidade, multiculturalismo) (MACHADO, 2006).

Muitas entidades se servem da memória coletiva, de grupos (vênetos, piemonteses, lombardos, por exemplo), para manifestar um conjunto de representações do passado; buscam fazer com que essas permaneçam conservadas e transmitidas entre seus membros pela sua função prática de integração. Daí advém a ideia de *pertencer* (ZANINI, 2007). Pertencer dá ideia de uma ressonância moral, de vizinhança, de compartilhar do mesmo sangue, do mesmo espaço, de uma *contratualidade* cultural e simbólica acima de tudo, de cooperação solidária, afetiva e parental, identidade coletiva e genealógica (SEYFERTH, 2007).

Sabemos que as identidades são negociadas, exteriorizadas e interiorizadas. As noções de pertencimento étnico são ressignificadas pela presença e expressão de agentes interétnicos, inseridos em redes que estão localmente sedimentadas, mas que se alastram para além delas. Desse modo, descendentes de italianos manipulam sua identidade no mercado de bens simbólicos locais, fazendo uso desta enquanto capital cultural que elabora distinções sociais (ZANINI, 2007). Por isso que falar em pertencimento significa, no mínimo, colocar em evidência aspectos do âmbito territorial, social e cultural. O primeiro (territorial) significa real e simbolicamente a presença/enraizamento sobre um espaço. O segundo se apresenta nas relações que se constituem na vida do indivíduo em termos familiares, de amizade, de natureza profissional, de estilos de vida, de interações sociais. O terceiro (cultural) se expressa nos significados que *regulam* a vida cotidiana (a língua, a política, a religião...). Esses processos não se separam, estão em correlação e em momentos

variados com possibilidade de algum deles prevalecer em razão dos vínculos de relacionamentos e das intencionalidades subjetivas e objetivas em questão (RAMOS, 2003; ZANINI, 2007; AMBROSINI, 2008).

As noções de pertencimento, de comunidade e de proximidade são importantes para tornar legítimo o espaço e os tempos da memória – daí os muitos *gemellaggios* que são viabilizados entre microlocais nos dois países, porém, em grande parte, ritualizados no Brasil. Desse modo, a memória coletiva passa a ser caracterizada por um intenso componente afetivo. Este nasce da estreita interação e consequente intercâmbio de experiências, ritualidades, definições de sentidos coletivos no âmbito cultural entre os membros de grupos presumivelmente em pertencimento.

Identidade e memória coletiva étnica passam, então, a fazer parte de representações de uma origem e pertencimento grupal, espacial e, também, sanguíneo (este visto em sua dimensão cultural e muito pouco biológico!), linguístico e cultural de uma forma geral. Nesse processo de *naturalização* da identidade étnica, a memória exerce papel importante através da manifestação de símbolos evocativos de pertencimento, de seleção, de uma construção de memória e de representações que são ativadas e provocadas num cenário em que existem simbologias de etnicidades e vontades manifestas de estabelecerem diferenças (ZANINI, 2007). A dimensão épica e ufanista da memória étnica colabora para fortalecer essas representações.

As festas de famílias, de sobrenomes ligam territórios étnicos em espaços transfronteiriços e, muito dinâmicas no sul do Brasil, em geral são mediadas pela esfera do campo eclesialístico e embasadas em rituais religiosos e de expressão econômica.

Hospitalidade pragmática e *cidadania de passaporte*

Temos a convicção de que as distantes raízes não garantem processos de integração cultural e política, muito menos produzem sentimentos efetivos de pertencimento. Conseguir um passaporte da Comunidade Europeia ou a permissão para votar no país de seus avós/bisavós não garante aos imigrantes brasileiros outras formas de inserção mais equânime e humana no cenário de destino (ZINCON, 2006). Ser um duplo-cidadão e estar mediado por instituições promotoras de políticas de *retorno*, também não produz grandes resultados em termos de inserção vantajosa para os imigrantes. E a expressão “vantajosa” a que nos referimos não é tanto em relação a outras nacionalidades, mas, sim, em relação aos processos limitadores e precarizantes que configuram as relações e as políticas em torno do tema da imigração. Se a dupla cidadania produz algum resultado, podemos dizer que é, sem dúvida, em torno de processos de diferenciação interna entre imigrantes, entre os “protegidos” e os desprotegidos. Essa realidade é muito comum em meio aos imigrantes brasileiros. A noção de *extracomunitário*, sua lógica e efetivação cotidiana e prática no mundo do

trabalho, transcende esses vínculos históricos e de *sangue*, ainda que muitos dos projetos de *rientro* que analisamos (e que não temos condições de detalhar aqui), digam o contrário.

O grande projeto intitulado *Vêneto Community* (presente na região do Vêneto e que possui ramificações por várias regiões no sul do Brasil) é um desses que agrega forças e representações de várias ordens na região do Vêneto e que, em seus objetivos, expressa intenção de valorizar, resgatar e fortalecer a chamada *cultura vêneta*. Vinculado a ele está a ideia do Projeto *Rientro*, que também objetiva manter e facilitar o retorno e a inserção no território do Vêneto aos cidadãos italianos emigrados, nascidos na região; “garantir a manutenção da identidade vêneta e melhorar o conhecimento da cultura de origem [...], desenvolver iniciativas culturais [...], organizar processos de equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho na referida região”.⁹ Nesse sentido, segundo seus líderes, o mesmo possui finalidades formativas e de orientação para o mercado de trabalho, bem como de enfrentamento da noção de “emergência” que fez da imigração um projeto político para favorecer trocas e relações interculturais.

Coordenadores do *Veneto Community* deixam claras suas intenções: “agregar redes associacionistas dos emigrantes vênets, auxílio-casa para todos os que vêm do estrangeiro”.¹⁰

Ao que nos parece, a lógica econômica se alimenta por uma lógica étnico-cultural e/ou vice-versa. “O Rio Grande do Sul é aquele estado que nos últimos anos tem registrado o maior desenvolvimento de toda a federação e é rico de pequenas e médias empresas. (...). O acordo alegra o Brasil e também a nós, e a escolha não foi casual. (...). [O acordo] tem o objetivo de permitir percursos concretos relativos a casa, ao trabalho, à aposentadoria e à simplificação burocrática para os vênets que decidirão retornar ao Vêneto”.¹¹

O “Progetto Rientro in Veneto” é outro que visa viabilizar o *rientro* dos oriundos vênets e de seus descendentes;¹² oferece ajuda para encontrar trabalho, efetuar compras, conseguir moradia, empreender negócios, inserir os filhos na escola, buscar requalificação profissional, etc.

Dados informam que mais de meio milhão de imigrantes e seus descendentes transformaram-se em *italianos* nos últimos 15 anos e houve retorno à Itália de aproximadamente 200 mil que haviam emigrado do país nos últimos anos (ZINCONI, 2006). Os descendentes de italianos que, nas primeiras décadas do século XX, eram esperança de transmissão de valores e de expressão política da Itália no estrangeiro, passam agora a ser requisitados para o mundo do trabalho no país onde nunca estiveram. Por isso dissemos que é uma espécie de retorno – *rientro* – dos que nunca saíram.

Não é incomum ouvir depoimentos como:

Chegamos por meio de agências que contratam trabalho temporário lá no Brasil e, depois que tô aqui, que vence o *permesso* [permissão contratual], corro risco, mas fico, já tô

ambientado e o próprio patrão *se ne frega* [não liga ou não se importa] se continuo trabalhando; ele sabe que pra ele é melhor, já tô sabendo fazer tudo. [...]. Em Belluno há firmas e firmas com muitos imigrantes que vieram com amparo; nas famílias então, eles querem isso. (Imigrante entrevistado que preferiu não ser identificado, há um ano em Vitória Vêneto).

O que se evidencia é uma espécie de mito de um *retorno produtivo*, de que os descendentes retornem com dinheiro e qualificação para contribuir com a economia e a riqueza do país. Ou então, a Itália se move ainda como aquela de um século atrás, ou seja, um país de emigração, interessada em recuperar emigrantes italianos no estrangeiro (ZINCONI, 2006; AMBROSINI, 2008).

Não temos dúvida que essa realidade promovida pelas políticas de dupla cidadania auxilia no controle e seleção dos fluxos migratórios para a Itália, viabiliza acordos para reduzir ou para incentivar os fluxos, extinguir outros, privilegiar alguns, podendo ser temporários e/ou permanentes; uma espécie de sistema de quotas diferenciadas por nacionalidades e selecionadas entre regiões, tipologias de imigrantes étnicos, os “toleráveis”, selecionados e seletos, para tentar bloquear clandestinos. Essa realidade demonstra, também, a autoridade do Estado e das políticas no controle dos fluxos; na restrição a outros tipos de fluxos (de não qualificados, de outras nacionalidades e etnias), bem como na redução das normas ineficazes que permitem uma *invasão* de imigrantes (como esforço de “gestar a crise”, provocada pelas migrações irregulares/clandestinas).

É possível perceber nisso tudo uma grande estratégia de seleção e orientação, uma rede de garantias de assistência, de normas humanitárias dos programas do debilitado *welfare* liberal (AMBROSINI, 2008), um incremento populacional negociado e com vantagens socioeconômicas em seu tratamento diferenciado, bem como a sobreposição da força política e econômica das regiões Norte/Nordeste. O que fica evidente é a tentativa de reduzir a vulnerabilidade do mercado de trabalho e sua correlação com a economia informal, de dar visibilidade a comunidades/subcomunidades, ou seja, indivíduos que carregam determinada *cultura de origem* (no caso vêneta e/ou friulana).

Transnacionalismo e *italianidade* secularizada

A imigração apresenta-se como um processo construído socialmente por meio de interações entre grupos e forças sociais (imigrantes de etnias variadas, instituições públicas, políticas e jurídicas, o mercado de trabalho e agências recrutadoras de mão de obra, etc.), bem como conexão entre níveis micro e macro da produção dos fenômenos sociais e dos processos que fazem a mediação entre aspectos estruturais e ações individuais (SALES, 1998).

Já falamos que há uma tentativa de grupos no interior da Itália (em geral no norte e nordeste do país) de valorizar a chamada italianidade, porém, numa roupagem “secularizada”, para não dizer burocratizada (pelos trâmites todos

que envolvem a obtenção da dupla-cidadania, os *gemellaggios*, dentre outros vínculos). É evidente que não é mais aquela da dita pátria-mãe, do sujeito que viajava com a “mala de papelão”, da representação do imigrante pobre, depreciado, estigmatizado, que se localizou “*in mezzo ai monti*”.

A italianidade que se busca reconstituir por intermédio de grupos, associações, intercâmbios, *gemellaggios*, acordos de cooperação cultural, pela Lega Nord e seus difusores espalhados pelo sul do Brasil e por outras agremiações, é aquela do sucesso econômico obtido no país, da superação, de uma Itália rica e de um sul do Brasil também diferente do Norte/Nordeste, da pujança econômica dos italianos expressa de uma forma ufanista. Não é uma memória de antigamente; não é o amor pátrio à antiga Itália (esta é até bom, para ambos, esquecer!). A dimensão que se desenvolve é também pragmática, dos acordos de cooperação, de investimentos, de controle migratório, de imigrantes tutelados, de possibilidade de trabalhar e morar na Europa e/ou nos Estados Unidos pelo passaporte de duplo cidadão; é uma espécie de “transnacionalismo contemporâneo”.¹³

Sabe-se pelos dados oficiais e pela inserção que tivemos no interior dos grupos de brasileiros que a irregularidade é uma de suas marcas, tornam-se, com o tempo, *overstayers*, ou seja, entram regularmente no país e depois, ao vencer o visto de turista e/ou de algum acordo de cooperação e intercâmbio, acabam permanecendo e se inserindo no mercado de trabalho de uma forma irregular. Não dá para ver a imigração brasileira como apenas de sujeitos amparados pela dupla-cidadania. Muitos migram em busca da documentação necessária para obter o reconhecimento da origem italiana, vivem na irregularidade passando pelas inúmeras e difíceis realidades que a situação produz.

A emigração para a Itália de descendentes de italianos, talvez, crie condições para a reavaliação e ressignificação de seu pertencimento, pois o imigrante é, sim, concebido como mercadoria, como força de trabalho pelas várias expressões do capital na sociedade de destino e, desse modo, encontra barreiras que se fecham e se abrem em razão de conveniências e interesses produzidos no interior do país de destino.

Há uma complexa vinculação e interesses entre mercado de trabalho, cultura étnica e a esfera pública; há, também, um conjunto em rede, transnacional, muitíssimo bem articulado, que produz a *indústria* das emigrações, facilitando entradas no espaço de destino, um comércio paralelo internacional muito lucrativo, escondido atrás de agências de viagens, ofícios que falsificam documentos e moradias provisórias, empresas que contratam temporariamente, escritórios de agenciamento que se responsabilizam pela seleção e pelo rodízio constante de imigrantes (AMBROSINI, 2008).

Identities e nacionalidades passam a ser reificadas e estigmatizadas em razão de políticas públicas e de mensagens midiáticas em torno da imigração. Como consequência, há práticas restritivas para todos os imigrantes, possibilidades ou não de naturalização, imposição de exigências de integração, tendência de

reduzir o *jus sanguinis* para o *jus solis* para a aquisição de cidadania, permitir ou não direito ao voto, acesso aos direitos políticos e sociais, etc.; realidade essa que demonstra o caráter político da dimensão multiétnica das sociedades nos cenários migratórios, bem como o princípio da nacionalidade agindo como critério seletivo e discriminador (RAMOS, 2003).

A noção de cidadania reduzida ao estado nacional é usada para tornar a imigração mais difícil, menos atraente e mais seletiva. As leis da cidadania definem as normas para que alguém se torne cidadão, para isso há exigências na definição de um período de residência, caráter legal da identidade do imigrante no país, certa capacidade linguística, conhecimento da cultura e da história do país, condições econômicas, não ter infração penal e nem má conduta moral, dentre outras; portanto, não é um direito de todo o estrangeiro, mas de apenas alguns considerados imigrantes encaixados nas dinâmicas burocráticas definidas pela esfera pública e legitimadas no horizonte jurídico.

O transnacionalismo como perspectiva de análise não considera os imigrantes de um ponto A ao ponto B, mas sim a simultaneidade de ações nas duas sociedades diferentes (AMBROSINI, 2008). O extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte (revolução “mobilética”) aumentou o número e a intensidade dos contatos, dos fluxos materiais e imateriais entre os imigrantes com seu país; as redes e os contatos entre co-nacionais foram ampliados. As formas de interrelação transnacional são várias: se dão no campo considerado “circulatório” (o vai-e-vem geográfico dos imigrantes entre os dois países); no “conectivo” (fluxos imateriais, imagéticos, internet, dinheiro...); no “mercantil” (comércio étnico e outros bens materiais entre os dois países...) e no campo “simbólico” (esfera cultural, rituais expressivos da identidade de grupos étnicos).

A noção de *transmigrante* contempla esses sujeitos que se conectam em espaços sociais diversos, de uma parte pela sua presença e identidade étnico-cultural no país de origem, de outra por vínculos e mediações junto ao país de destino; ou, então, por relações mantidas e estabelecidas à distância com a família e amigos no local de origem (ASSIS, 1999). A ligação com esse processo, bem como seus vínculos com esferas culturais e com passados de origens comuns, se expressa pela necessidade de alimentar redes e relações sociais nos contextos de proveniência. Desse modo, essas ditas “origens” acabam por modelar projetos, representações, pertencimentos, circulação entre dois territórios, uma espécie de comunidade móvel, circulatória de vidas pendulares (operário e precarizado na Itália, empreendedor no país/região de origem; italiano no Brasil, extracomunitário e estrangeiro na Itália!).

Nessa ideia de transmigrante e/ou de transnacionalismo, há um contexto que se produz, no qual culturas estão em contato, redes são estabelecidas, políticas públicas se retroalimentam, campos sociais e culturais põem em contato a realidade do imigrante com o cenário mais amplo da imigração (ASSIS, 1999); porém, sempre revelando o caráter temporário dessa ambiguidade: a de estar em *dois* lugares ao mesmo tempo; de ir para retornar; de conhecer a terra dos

antepassados e de se sentir próximo e distante da mesma; de se sentir vangloriado no Brasil por ser descendente de italianos e ser entendido por italianos como inferior, cidadão da *Série B*, extracomunitário, não obstante a dupla cidadania.

Na realidade, independentemente dos vínculos institucionalizados em redes étnicas ou não, imigrantes estruturam sua vida em um determinado local, mas permanecem com as referências de outro e, principalmente, com seus planos, desejos e aspirações ligados ao país e ao grupo de origem, como se nunca tivessem se deslocado (RAMOS, 2003).

A dimensão transmigrante que, pelo menos em parte ou em alguns âmbitos, caracteriza tendencialmente o fenômeno migratório internacional, revela participação central dos meios de comunicação, das novas tecnologias, as quais favorecem para que imigrantes possam participar da vida social dos dois países (origem e destino); ou seja, podem fazer com que alguns habitem e trabalhem na Itália, por exemplo, e administrem atividades econômicas ou um empreendimento imobiliário no local de origem. Esse processo existe entre brasileiros e, também, pode revelar certa fragilidade de “dupla” integração ao fazer parte de duas sociedades diferentes; uma espécie de “vida dual” (AMBROSINI, 2008). Vive-se na Itália e pensa-se no Brasil, atua-se à distância; por isso há dificuldade em sentir-se italiano, ou sentem-se ao mesmo tempo brasileiros e italianos, duplo pertencimento. Muitos brasileiros, ao regressarem para o Brasil, passam a sentir, sob vários aspectos, saudades da Itália.

O campo das remessas é outro que envolve microinstâncias do campo familiar, cultural e do território de origem, mas também, macroprocessos de instâncias financeiras que atuam em redes transnacionais. Essa realidade demonstra que relações entre os dois países se sustentam, que há alguma expressão de inclusão financeira no país de destino bem como desenvolvimento do espaço de origem, que há dinâmicas de transnacionalismo das migrações reveladas por essa esfera monetária; essas questões revelam as prioridades e projetos de vida do imigrante.

Enfim...

Há certa unanimidade no sentido de afirmar que o fator cultural e étnico é importante no processo migratório atual, que imigrantes – descendentes, em especial – buscam realizar na Itália o projeto falido para muitos no passado (a fantasia de “fazer a América”), realizam o desejo de nonos (as) e/ou bisnonos (as) de retornar à “terra-natal”. Porém, ao chegarem se deparam com uma realidade muito diferente da idealizada. O espaço de trabalho oferecido, em geral, não é o de suas especializações; percebem logo que a dupla cidadania não possibilita acesso amplo ao mercado de trabalho, nem uma inserção de fato no país hospedeiro; as políticas públicas e privadas não são as mais eficientes para regularizar e oferecer uma integração menos conflituosa; nesse sentido, as redes informais exercem uma importância muito maior (AGOSTINI, 2005).

A dupla cidadania expressa mais um status de cidadão pelo passaporte; é expressão da emergência da sociedade pós-nacional, transnacional, ainda que seja o Estado-Nação a definir critérios de admissão em seu território, a modular direitos, cidadania política, etc. (ZINCONI, 2006).

O ufanismo desenvolvido em torno da (re)construção da italianidade no Brasil, em especial na região sul, através de rituais, mediações institucionais e a possibilidade de ser um duplo cidadão, não revela ser tão promissor para muitos imigrantes que estão na Itália.

Pode-se observar que há uma espécie de *transnacionalismo circulatório* alimentado por viagens de um país para outro, trocas, *gemellaggios*; há grandes processos de reinvenção de etnicidades, venda de produtos italianos em regiões do sul do Brasil e/ou imigrantes assumindo a função de vendedores de produtos italianos.

A Lega Nord e outros grupos que se estendem por regiões do Brasil e vinculam imigrantes em seus espaços de atuação permitem controlar e selecionar seus trabalhadores de fora, vendem uma imagem “de uma Itália de ontem, o que é pura enganação, porque a que existe é a de hoje, e essa não quer saber de nós”, como nos disse um retornado no Rio Grande do Sul.

Há um *mundo em movimento* em que dimensões de uma macroglobalização se imbricam com mobilidades dos mais pobres, com horizontes transnacionais e transculturais, porém, que é imensamente paradoxal quando trata da alteridade (AMBROSINI, 2008). Há um caminho longo para percorrer, principalmente na necessária preservação da própria diversidade (ZINCONI, 2006), oferecendo aos grupos sociais visibilidade e presença na esfera pública e social, convivência interétnica, experiência da identidade e solidariedade étnica; em outros termos, sentir-se verdadeiramente um *membership*, ou seja, alguém pertencente e associado, como integrante de uma comunidade sociopolítica, cultural e nacional.

Notas

1 - Dados do Ministério de Relações Exteriores. In: jornal Zero Hora. Porto Alegre, 20 de maio de 2007, p. 4.

2 - São acordos firmados entre o poder público (em geral prefeitos) de alguma cidade no Brasil com a esfera pública de alguma cidade da Itália, nessa, em geral, de espaços de proveniência de fluxos de imigrantes e que hoje possuem grupos de descendência no Brasil. Ambos os espaços passam a ser visto como gêmeos, como irmãos, frutos de um mesmo processo geográfico e étnico. Esses acordos viabilizam intercâmbios, contratações temporárias de trabalhadores brasileiros na Itália, fazem mediações na obtenção de documentos para a dupla-cidadania, mediação financeira para cursos de italiano, intercâmbios mercantis, além de viagens de turismo. No Sul do Brasil, esses processos são muito dinâmicos e contam com forte mediação do campo religioso, principalmente de congregações que tiveram presença nas colônias de imigração italiana.

3 - É desde 2002 que estamos envolvidos nesse campo de pesquisa, com viagens quase que anuais para o referido país (em geral nos meses de nossas férias - janeiro e fevereiro)

tentando entender alguns dos processos que se efetivam nessa relação migratória; buscamos acompanhar também o fenômeno emigratório em algumas regiões de maior fluxo no sentido de entender os processos que ocasionam as saídas; pesquisamos sobre os processos mediadores que vão produzindo ritualidades étnicas (festas de família, de comunidades ditas italianas, acordos de cooperação, gemellaggios, associações culturais, etc.) e que possuem implicações na determinação de fluxos de emigrantes para a Itália e, especificamente, para determinadas regiões do país. Percebemos que há múltiplas territorialidades étnicas que também migram.

4 - Uma análise detalhada sobre esse processo pode ser encontrada em nossos livros sobre o tema (TEDESCO, 2006a; 2006b e 2007).

5 - Desenvolvemos algo nesse sentido em nosso livro “Festas e saberes” (TEDESCO, 2006b).

6 - Na área da construção civil e na da saúde, conforme dados da Câmara de Comércio da região do Vêneto, o Brasil figura entre as primeiras nacionalidades empreendedoras. Vimos, empiricamente, com grande presença, na prestação de serviços na agricultura, nas atividades vitivinícolas e de criação de frangos.

7 - Caritas Migrante. Dossier Statístico, 2009.

8 - É atualmente um dos grupos de coalizão política de sustentação do governo Berlusconi; possui grande parte das prefeituras das províncias e de cidades medianas de maior fluxo dos imigrantes brasileiros. Seus vínculos com o Rio Grande do Sul são intensos em especial os que buscam viabilizar trabalhos na Itália, em especial em empresas previamente determinadas e no horizonte familiar. O referido agrupamento político prega, ainda que atualmente em menor expressão, a independência do norte/nordeste do país; advoga os valores vênéticos ligados ao trabalho, à parcimônia, à família, à religiosidade, etc.; tem-se demonstrado como o grupo político mais ferrenho contra a imigração irregular de muçulmanos e africanos de uma forma geral. Por isso que a luta pela migração tutelada, chancelada e escolhida passa a ter no sul do Brasil uma grande possibilidade.

9 - Sobre as especificidades do Projeto em seus vários temas, ver www.consiglioveneto.it/leggi/2003.

10 - Assessor Zanon, in: Vicentini nel Mondo, a. 52, n. 4, abril, 2004, p. 8.

11 - Il Giornale di Vicenza. Palavras do assessor provincial Raffaele Zanon, em 20/6/01, p. 5.

12 - www.regioneveneto.it. Acesso em 12/03/2003.

13 - FONDAZIONE MIGRANTES. Rapporto italiani nel mondo – 2009. Roma: Edizioni Idos, 2009. Ver também CERASE, F. P. L’onda di ritorno: i rimpatri. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. Storia dell’emigrazione italiana. Partenze. Roma: Donzelli, 2001, p. 113-125; ver, também, ROSOLI, G. L’emigrazione di ritorno: alla ricerca di una impostazione. In: Studi Emigrazione. Roma: n. 47, p. 235-246, 1977.

Referências

AGOSTINI, T. *Le nuove venete*. Sogni e bisogni dell’altro mondo. Verona: Nuova Dimensione, 2005.

AMBROSINI, M.; QUEIROLO PALMAS, L. *I latinos alla scoperta della Europa*. Milano: Franco Angeli, 2005.

AMBROSINI, M. Mobilità e intraprendenza attraverso i confini. Il transnacionalismo economico dei migranti. In: COLOSANTO, M.; ZUCHETTI, E. (a cura di). *Mobilità e transizioni nei mercati del lavoro locali*. Milano: Franco Angeli, 2008, p. 155-191.

ASSIS, G. de O. Estar aqui..., estar lá... Uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: SALES, T.; REIS, R. R. (orgs). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 125-166.

CERASE, F. P. L’onda di ritorno: i rimpatri. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell’emigrazione italiana*. Partenze. Roma: Donzelli, 2001, p. 113-125.

FONDAZIONE MIGRANTES. *Rapporto italiani nel mondo – 2009*. Roma: Edizioni Idos, 2009.

- KAWAMURA, L. *Para onde vão os brasileiros?* Imigrantes brasileiros no Japão. Campinas: Unicamp, 2003.
- MACHADO I. J. R. *Um mar de identidades*. A imigração brasileira em Portugal. São Carlos: Edufscar, 2006.
- RAMOS, P. S. *Hospitalidade e migrações internacionais*. O bem receber e o ser bem recebido. São Paulo: Aleph, 2003.
- ROSOLI, G. L'emigrazione di ritorno: alla ricerca di una impostazione. In: *Studi Emigrazione*. Roma, n. 47, 1977, p. 235-246.
- SALES, T. Brasil-Massachusetts: Cenas de um processo migratório. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES; CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS, et al. (orgs.). *O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio*: desafios pastorais. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 55-67.
- SEYFERTH, G. et al. (org.). *Mundos em movimento*: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.
- TEDESCO, J. C. *Imigração e integração cultural*: interfaces. Brasileiros na região do Vêneto – Itália. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF Editora/Edunisc, 2ª ed., 2006a.
- TEDESCO, J. C. *Festas e saberes*. Rituais de memória imaterial e genealogias na região colonial do RS. Passo Fundo: Méritos, 2006b.
- TEDESCO, J. C. *L'ultima America*: brasileiros na região de Vêneto. Vicenza: Agorà Factory, 2007.
- ZANINI, M. C. C. Identidades negociadas: a ítalo-brasilidade na Região Central do Rio Grande do Sul. In: SEYFERTH, G. et al. (orgs.). *Mundos em movimento*: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007, p. 337-355.
- ZINCONI, G. (a cura di). *Familismo legale*: come (non) diventare italiani. Roma-Bari: Laterza, 2006.

RESUMO

O texto analisa aspectos da emigração de trabalhadores brasileiros para a Itália; enfatiza o papel das redes formais e informais envolvidas no processo, bem como horizontes afetivos e culturais que ligam os espaços de origem aos de destino. Mostra, também, que esta emigração – marcadamente de sulistas descendentes de italianos – inscreve-se no arco das estratégias políticas da Lega Nord para atrair mão de obra seletiva. Por isso as promessas, como a da dupla cidadania, nem sempre se efetivam e muitos imigrantes acabam permanecendo no país em situação irregular.

Palavras-chave: brasileiros; Itália; dupla cidadania.

ABSTRACT

The text examines aspects of the phenomenon of Brazilian workers who emigrate to Italy; it emphasizes the role of formal and informal networks involved in this process as well as the emotional and cultural horizons which connect the spaces of origin to the destination. It also shows that the migration – especially of people from South Brazil, with Italian ancestry – is enrolled in the arc of political strategies of Lega Nord in order to attract selective workforce. However, promises like the double citizenship do not always come true and many immigrants end up staying in the country as undocumented

Keywords: Brazilians; Italy; double citizenship.

Sobre a mobilidade internacional de trabalhadores qualificados Brasil no foco do Quebec

*Tatiana Accioly **

A mão de obra internacional sempre foi objeto de ampla importância nas discussões e práticas políticas internacionais. Em muitos momentos, no cenário mundial, a importação de braços para o trabalho era crucial para o desenvolvimento das economias em vias de expansão. Mas, apesar da grande importância desses “braços”, as políticas de atração de imigrantes dos dois últimos séculos sempre foram, em alguma medida, seletivas. Os padrões de imigrante ideal foram mudando de acordo com a história, segundo as novas demandas da criação e ampliação do capital.

Durante as últimas décadas, as migrações internacionais têm adquirido novas características. A ampliação geográfica dos circuitos internacionais de migração e as políticas imigratórias que valorizam a disputa internacional por cérebros são um bom exemplo. A reestruturação produtiva, que vem se estendendo a várias partes do mundo, cria uma necessidade constante de trabalhadores com qualificações cada vez mais específicas. Para atender às suas necessidades de ampliação tecnológica, científica, produtiva, mercadológica, enfim, para garantir às economias mais desenvolvidas seu patamar de liderança e para alimentar o sonho das economias em desenvolvimento, o capital humano, representado pelo trabalhador qualificado, é disputado no cenário mundial e na política internacional.

O interesse estrangeiro pela mão de obra qualificada brasileira não é um assunto recorrente nos meios de comunicação e tampouco no meio acadêmico. Porém, ao analisar a divulgação sobre a emigração de brasileiros qualificados, nos

** Doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ.*

últimos anos, podemos encontrar uma curiosa matéria em página da *internet*.¹ A matéria em questão, *Quebec finca bandeira no Brasil* – uma das poucas do gênero –, anuncia o estabelecimento do Escritório de Imigração do Quebec no país, numa elegante avenida da cidade de São Paulo.

O Escritório de Imigração do Quebec no Brasil tem como objetivo fundamental atrair o profissional qualificado brasileiro para trabalhar, residir e se naturalizar como cidadão canadense. Para tanto, bastam o interesse pelo projeto de emigrar para essa província canadense e a comprovação da aptidão linguística, em francês, da qualificação profissional e da capacidade para a assimilação dos chamados “Valores Comuns do Quebec” – tudo isso via uma interativa forma de análise, que inclui o preenchimento de um dossiê e algumas entrevistas. Em relação à qualificação profissional, o Escritório considera que o candidato ideal é aquele que possui o nível superior de ensino completo; porém, algumas qualificações de nível técnico são, também, aceitas no processo seletivo à emigração. Tal fato nos suscitou uma pergunta: o interesse do Quebec por profissionais qualificados brasileiros, evidenciado pelo estabelecimento de seu Escritório de Imigração no Brasil, insere os profissionais brasileiros no circuito internacional de mão de obra qualificada?

Brasil – Quebec

O Canadá é, atualmente, um dos poucos países do mundo a possuir políticas ativas para atração de imigrantes, sendo sem dúvida um dos que mais investem nesse campo. A imigração para o Quebec guarda particularidades em relação à imigração para outras províncias do Canadá. Desde 1990, a Constituição do país prevê a competência partilhada da imigração entre o governo federal e algumas províncias canadenses. Em virtude do acordo Canadá-Quebec sobre imigração, cabe ao governo do Quebec a seleção dos imigrantes da categoria *independentes*, que ainda estão em seus países de origem, como também a organização e realização da recepção e da integração linguística, cultural e econômica dos recém-chegados. Ao governo federal, cabe a admissão dos imigrantes e a responsabilidade sobre a presença de estrangeiros no país, assim como a concessão da cidadania canadense aos imigrantes estabilizados no Quebec por três anos ou mais. Com o intuito de expandir a sociedade francófona canadense, o Quebec possui escritórios de imigração espalhados nas mais diversas regiões do mundo, como, por exemplo, Magreb, Áustria, França, México, Síria e Hong Kong. Em abril de 2008, o governo do Quebec abriu um Escritório de Imigração na cidade de São Paulo, Brasil.

O Escritório de Imigração do Quebec no Brasil é multissetorial; ou seja, atende às estratégias de atração de trabalhadores qualificados brasileiros para a província, além de cuidar de interesses comerciais entre o Brasil e o Quebec. Sua diretora de imigração, Sra. Soraia Tandel,² economista brasileira naturalizada canadense, é responsável por promover e administrar a emigração para o Quebec,

não somente de indivíduos provenientes do Brasil, mas também da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Até 2008, o mesmo Escritório funcionava em Buenos Aires, e sua mudança para o Brasil se deve, entre outros possíveis motivos, a um estudo cujo objetivo era otimizar sua atuação nas áreas específicas de abrangência do Escritório na América Latina. Resultados indicaram que os brasileiros possuíam melhor formação, um perfil jovem já com experiência no mercado de trabalho em sua área de formação, bem como facilidade de comunicação em francês. Ademais, pelo que se pôde perceber da comunidade brasileira, ela não evidenciava tendências à formação de guetos étnicos, apresentando uma fácil assimilação cultural e participação social e econômica na vida quebequense.

Através de palestras ministradas por Soraia Tandel, em diversas cidades de importância econômica no Brasil, curiosos e pretendentes à imigração para o Quebec têm a oportunidade de assistir a uma série de propagandas informativas sobre o clima, as belezas naturais, a elevada qualidade de vida, o acesso à educação e à saúde pública de alta qualidade, e, sobretudo, o mercado de trabalho quebequense e os já mencionados “Valores Comuns do Quebec”, pautados na igualdade, na democracia e na liberdade de expressão (CANADA, 2007). Muitas dúvidas da “plateia” são esclarecidas pela diretora, sendo mais recorrentes as que dizem respeito ao reconhecimento dos diplomas brasileiros no Quebec. Nesse sentido, é dito francamente ao público que poucos diplomas brasileiros são reconhecidos pelas Ordens Profissionais da província, embora o mercado de trabalho do Quebec esteja em expansão e necessite da mão de obra brasileira pela sua qualidade, eficiência e flexibilidade profissional.³ Aos interessados pela “vida no Quebec”, faz-se um constante convite ao projeto de imigração, uma vez que as palestras acontecem periodicamente e são divulgadas ao público-alvo via internet, universidades e cursos de francês/inglês. Essas palestras já haviam sido assistidas, em dezembro de 2008, por cerca de quinze mil brasileiros.

Para participar do processo de emigração para o Quebec, sugere-se ao candidato a realização de um teste preliminar, disponível no site do Escritório na internet.⁴ Esse teste é composto de diversas etapas, nas quais o candidato responde basicamente a respeito de sua qualificação profissional, atuação no mercado de trabalho, experiência linguística e idade.

Desde 1967, o processo de seleção de imigrantes estabeleceu um sistema de pontos, que se tornou a principal ferramenta da política imigratória para assegurar que o fluxo de imigração pudesse satisfazer as necessidades econômicas do Canadá. A província do Quebec possui seu próprio sistema de pontos, que é diferente, em alguns aspectos, daquele do sistema federativo canadense. Ao simularmos uma grande sequência de testes de avaliação preliminar, verificamos que o jovem de trinta e cinco anos, com graduação universitária em uma ou mais áreas distintas, experiência de aproximadamente cinco anos no mercado de trabalho, e conhecimento de francês e inglês acima do nível considerado médio, é o tipo de candidato com mais chances de chegar a pontos suficientes para o êxito na obtenção do visto de imigração. Posteriormente, deve-se enviar uma

série de documentos pessoais e comprobatórios profissionais, para que seja aberto pelo Escritório um dossiê de seleção para a imigração para o Quebec.

Um importante passo no processo de imigração é a entrevista conduzida em francês pela diretora Soraia Tandel e pelos demais responsáveis por essa etapa, no Escritório. Nessa entrevista, o foco principal é a verificação da abertura do candidato às culturas diversas que convivem no Quebec, como também a aptidão linguística para o francês e a flexibilidade profissional.

Através do informativo *Apprendre le Québec*, apresenta-se ao futuro imigrante uma espécie de “cartilha de assimilação” dos valores da sociedade quebequense, que, segundo um discurso idealista, prima pela democracia, pela expressão francesa e pluralista, e respeita os valores fundamentais da *Carta de Direitos e Liberdades das Pessoas do Quebec*, a qual concede a todos o direito à igualdade política, jurídica, econômica e social, e interdita todas as formas de discriminação (CANADA, 2005). Em relação à “verificação”, feita pelo Escritório em entrevista com o candidato, quanto à sua tolerância às diferenças culturais e étnicas, bem como à suposta capacidade de assimilação dos valores multiculturais da sociedade quebequense, pode-se dizer – segundo depreendemos da fala da diretora – que os brasileiros possuem o perfil ideal de imigrante, uma vez que os “Valores Comuns do Quebec” seriam assimilados pelos brasileiros que se integram à sociedade quebequense, com facilidade e sem conflitos.

No ano de 2004, foi lançado o *Plano de Ação para a Imigração, Integração e Relações Interculturais* do Governo do Quebec, cujos objetivos são os de promover a compreensão e o respeito dos direitos e liberdades de todas as pessoas, assim como a igualdade e a sua participação na coletividade e no desenvolvimento da sociedade, além de facilitar o diálogo e o intercâmbio entre os quebequenses e os imigrantes, a fim de favorecer a abertura ao pluralismo e à aproximação cultural (BLOUIN, 2005). Um bom exemplo da política participativa é o *Relatório Bouchard-Taylor*, mais conhecido como *Acordo de Acomodações Razoáveis*, elaborado em 2008. Através de negociações com a sociedade local (nativos e imigrantes), chegou-se ao consenso de que alguns valores seriam comuns à sociedade, enquanto outros, particulares de algumas etnias, seriam vividos individualmente e respeitados socialmente, contanto que não agredissem os valores comuns da sociedade. Sendo assim, símbolos religiosos podem ser utilizados publicamente, assim como outras línguas podem ser faladas livremente entre as comunidades étnicas, desde que na vida pública se utilize o francês (LOPES, 2008).

Antes de sua emigração, esclarece-se ao candidato que ele deve buscar se integrar à sociedade, sendo eficiente e flexível no trabalho, para seu reconhecimento como bom funcionário. Dessa forma, ele estaria apto a obter promoções, estando aberto às diversas culturas existentes no Quebec e respeitando os “valores quebequenses”.

Em relação à aptidão no idioma francês, Soraia Tandel esclarece a importância do conhecimento da língua, visto que o imigrante, chegando ao Quebec, viverá em uma sociedade francófona, utilizará serviços públicos informados em

francês e participará de um mercado de trabalho que se comunica em francês. Segundo a diretora do Escritório de Imigração do Quebec, a questão da língua é fundamental para a assimilação da cultura quebequense e dos valores locais, bem como para a integração econômica do imigrante. Para tanto, o governo do Quebec oferece até mil horas de aulas de aprimoramento do francês, após a chegada do imigrante à província.

Em agosto de 1977, foi adotada pela Assembleia Nacional do Quebec a *Carta da Língua Francesa*, fruto de uma política governamental valorizando o emprego e a qualidade da língua francesa na vida pública dessa província (CANADA, 2003). Os objetivos fundamentais dessa Carta residem em garantir a perenidade e a expansão do idioma francês no Quebec. Fatores como a diminuição do peso demográfico dos francófonos no Canadá, a tendência presente na maioria dos imigrantes em matricular os filhos em escolas de língua inglesa – provocando diversas crises na rede de ensino quebequense –, e, ainda, a diminuição da taxa de natalidade na província fizeram com que o futuro *demolinguístico* dos francófonos no Quebec dependesse fortemente da imigração (BLOUIN, 2005, p. 5). A expansão da sociedade francófona não é o objetivo único das políticas de imigração do Quebec, mas o francês deve ser a língua da expansão econômica do Quebec e também o ponto de união das centenas de etnias que compõem essa sociedade, nos tempos atuais.

O governo do Quebec também fornece um auxílio na busca de empregos, com a análise do perfil profissional do imigrante a fim de adequá-lo às oportunidades de emprego vigentes no mercado de trabalho quebequense, e também auxilia na busca da complementação de estudos para atender às exigências das Ordens Profissionais, de modo que o indivíduo possa exercer sua profissão, caso ela seja regulamentada.

Segundo a Diretora do Escritório de Imigração do Quebec em São Paulo, apesar de o imigrante brasileiro chegar ainda desempregado ao Quebec, ele lá recebe auxílio do governo para encontrar um emprego, seja em sua especialização, ou em outras opções de emprego vigentes no mercado de trabalho local. A diretora também esclarece que não há a intenção de alocar brasileiros qualificados nos chamados subempregos, embora, em um primeiro momento, possa acontecer de o imigrante ser alocado em uma ocupação diferente daquela de sua formação profissional, não somente por conta das exigências das Ordens Profissionais, mas também devido às demandas do mercado de trabalho. Em relação aos casos em que o profissional já chega apto a exercer sua profissão, logo obtendo uma vaga em sua especialização, Tandel relata que pode ocorrer uma diferença salarial natural, decorrente da experiência do trabalhador no mercado de trabalho quebequense. A diretora enfatiza que todo o processo de seleção realizado pelo Escritório de Imigração do Quebec é transparente, no sentido de informar completamente as condições de emprego e salário, as profissões regulamentadas e a importância do papel do próprio imigrante no seu processo de integração social e econômica.

A questão da flexibilidade profissional seria o ponto-chave do êxito econômico do imigrante brasileiro, uma vez que o diploma universitário, apesar de obrigatório para a obtenção de visto na província, não é, muitas vezes, reconhecido pelas Ordens Profissionais. Por isso, boa parte da mão de obra qualificada brasileira exerce funções diferentes ou abaixo de suas qualificações profissionais no mercado de trabalho do Quebec, levando-nos, assim, a considerar o fator da desvalorização da atuação profissional desses emigrantes. Vale ressaltar que as restrições aos diplomas universitários não são exclusivas aos brasileiros, mas a todos aqueles que possuem uma grade curricular diferente da canadense. Os emigrados que desejam exercer uma função em que tenham formação não reconhecida no Quebec devem fazer, portanto, um curso complementar para adequar suas qualificações às exigências da Ordem Profissional referente. Segundo Soraia Tandel, tal fato não se constitui como desmotivador para a maior parte dos brasileiros que buscam o Escritório de Imigração, pois os objetivos principais apresentados por esses interessados na emigração não passam necessariamente pelo “sonho” da realização profissional. Por outro lado, eles apontam como fatores motivadores a melhoria da qualidade de vida, graças ao nível próximo de zero de violência na província, e aos serviços de educação e saúde fornecidos pelo Estado, bem como uma melhoria na relação salário/custo de vida e o aumento do nível de consumo de bens materiais. As condições desejadas de salário e nível de vida são alcançadas, mesmo que o imigrante não esteja trabalhando em sua área de formação; daí a relevância do quesito flexibilidade profissional no processo de emigração - algo que acabou desafiando aquilo que, inicialmente, consideramos como a desvalorização profissional desse trabalhador.

Rumo à sociedade de conhecimento?

Sobre a política imigratória da província do Quebec, é manifesto o anseio pela expansão da sociedade francófona canadense, somado ao objetivo de formação e ampliação de uma sociedade de conhecimento de alto nível educacional e poder de consumo. Para tanto, a província teve de investir em políticas públicas de bem-estar social e em políticas imigratórias que satisfizessem aos quebequenses nativos e aos imigrantes.

Estabelecer um alto padrão de qualificação profissional no Quebec é o objetivo constante do governo provincial. Porém, faz-se necessário discutir as formas de gerenciamento da ocupação dos imigrantes no mercado de trabalho, segundo suas qualificações, bem como a integração social e econômica desses indivíduos na vida prática de uma sociedade formada por múltiplas etnicidades, e que busca uma identidade coerente com sua política multicultural. A integração *econômica* do imigrante está, segundo Reitz, diretamente relacionada à sua integração *social*. Da mesma forma, sua exclusão ou desvalorização econômica e ocupacional pode ser responsável pela geração de indisposições entre o imigrante não integrado e a sociedade local na qual está assentado (REITZ, 2004). A cidade

de Montreal, por exemplo, apresenta a maior disparidade entre imigrantes e nativos, no que diz respeito à pobreza e à segregação social e espacial.

O argumento de que uma “guerra global por talentos” estaria emergindo justificou, a partir da década de 1990, a reformulação e a criação de políticas migratórias específicas para a facilitação e o incentivo à contratação de trabalhadores estrangeiros qualificados, por parte de algumas das nações mais desenvolvidas do mundo (CORNELIUS, 2001). Tais medidas integravam os planos político-econômicos para a expansão e o fortalecimento de suas economias no mercado global.

Essas tendências apontam para um nível maior de exigência de formação e de atuação profissional do migrante em potencial: atrair “*the brightest and the best brains of the world*” (“os melhores e mais brilhantes cérebros do mundo”) surge como reconhecido lema, que reflete uma competitividade mundial por talentos estrangeiros (CORNELIUS, 2001). Nesse contexto, chegamos ao perfil do imigrante brasileiro de alta qualificação, que demonstra aptidão linguística, facilidade de assimilação cultural, sendo, portanto, um candidato ideal às estratégias de captação de trabalhadores qualificados pela província do Quebec. Há de se ressaltar, por fim, que o Escritório de Imigração do Quebec estabeleceu-se no Brasil no mês de abril de 2008, sendo, por conseguinte, uma iniciativa recente, merecedora de investigações futuras de estudiosos interessados nas amplas possibilidades de desdobramentos da emigração brasileira qualificada para o Quebec.

Notas

1 - Acesso em 10 de setembro de 2008. Disponível em:

www.administradores.com.br/noticias/quebec_finca_bandeira_no_brasil/17100/

2 - Todas as declarações em nome de Soraia Tandel são provenientes de entrevista concedida à autora do presente artigo, no dia 17 de dezembro de 2008, no Escritório de Imigração do Quebec, São Paulo, SP. A diretora foi a única representante oficial do governo do Quebec a conceder entrevista.

3 - Em palestra assistida na PUC-RJ em março de 2009.

4 - <http://www.immigration-quebec.gouv.qc.ca/placeauquebec/pt/>

Referências

- BARRETO, L. P. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. In: CASTRO, M. G. e BERQUO, E. (orgs.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: Ministério do Planejamento, CNPD, 2001.
- BLOUIN, S. *Políticas e programas de imigração, integração e relações interculturais de Quebec*. Quebec: Biblioteca da Assembléia Geral da COPA, 2005.
- CANADA. Québec. Secrétariat à la politique linguistique. *Viver em francês no Québec*. Québec: Bibliothèque Nationale du Québec, 2003.
- CANADA. Québec. Direction de la Recherche et d'Analyse Prospective. *Bulletin statistique sur l'immigration permanente au Québec*. Québec: Ministère de l'Immigration et des Communautés Culturelles, 2005.

- CANADA. Québec. Direction des Politiques et Programmes d'Intégration. *Apprendre le Québec: Guide pour réussir mon intégration*. Québec: Ministère de l'Immigration et des Communautés Culturelles, 2007.
- CORNELIUS, W. et al. (org.). *The international migration of the highly skilled*. San Diego: University of California Press, 2001.
- LOPES, L.C. Brasileiros de Montreal. *Especulo*. Revista de estudios literarios. Madri: Universidad Complutense de Madrid, n.39, 2008.
Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/especulo/numero39/> .html >.
- QUEBEC finca bandeira no Brasil. *Administradores* – o portal da administração. Acesso em 10 de setembro de 2008. Disponível em:
<www.administradores.com.br/noticias/quebec_finca_bandeira_no_brasil/17100/>.
- REITZ, J. Canada: Immigration and nation-building in the transition to knowledge economy. In: CORNELIUS, W.; TSUDA, T.; MARTIN, P.; HOLLIFIELD, J. *Controlling immigration: a global perspective*. California: Stanford University Press, 2004.
- TANDEL, S. Entrevista com Soraia Tandel, realizada por Tatiana de A. Accioly. São Paulo, 17 de dezembro de 2008.

RESUMO

Atualmente, a importação de mão de obra estrangeira qualificada se mostra como estratégia de crescimento produtivo e mercadológico, tanto nos países mais desenvolvidos, como nos menos desenvolvidos. Seguindo tendências mundiais de captação de imigrantes qualificados para a formação da sonhada sociedade de conhecimento, o Quebec estabeleceu, em 2008, no Brasil, na cidade de São Paulo, o Escritório de Imigração do Quebec, tendo como objetivo fundamental atrair o profissional qualificado brasileiro para trabalhar, residir e se naturalizar como cidadão canadense. O interesse do Quebec por profissionais qualificados brasileiros, bem como o estabelecimento de seu Escritório de Imigração no Brasil inserem os brasileiros no circuito internacional de mão de obra qualificada.

Palavras-chave: mão de obra qualificada; brasileiros; mercado de trabalho quebequense.

ABSTRACT

Currently the importation of skilled foreign workers has proven to be a strategy for economic growth, both in the developed and in the less developed countries. Following such global tendencies of attracting qualified immigrants for the sought after establishment of a knowledge society, the Canadian province of Quebec set up in 2008 a *Bureau of Immigration* in the Brazilian megacity of São Paulo. The Bureau's main objective is to attract qualified Brazilian professionals to work, live and become Canadian citizens. Quebec's interest for Brazilian qualified workers and the establishment of its Bureau of Immigration in Brazil insert the country's nationals into the international skilled labor network.

Keywords: skilled workers; Brazilian people; labor market of Quebec.

O ramo de rede

Breve estudo de parentesco sobre produtores e vendedores de redes de dormir

*Elisa Cunha **

Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho (MARX, K. O Capital, L I, vol.1, cap.1, 1996, p. 172).

Falar em *ramo de rede* é, certamente, fazer um recorte arbitrário para caracterizar as pessoas com quem mantive contato, entre os anos de 2006 e 2007, e com quem o diálogo me permitiu as próximas elaborações.

O termo *ramo de rede* foi tomado emprestado de alguns informantes, mas não chega a ser uma expressão forjada como identidade. Alguns participantes do *ramo de rede* se reconhecem como *redeiros*. *Redeiro*, por sua vez, seria uma denominação para os homens¹ envolvidos no comércio de redes de dormir, o qual se espalha a partir da Paraíba e do Rio Grande do Norte, para outras regiões do Brasil e da América do Sul. Entretanto, essa definição de *redeiros* compreende apenas uma parte de todo um campo de relações que se constituem entre o local de origem (dos produtos, dos produtores e/ou dos comerciantes) e essas outras regiões. Por isso, a expressão *ramo de rede* foi o melhor nome encontrado para designar esse conjunto mais abrangente de relações.

* Doutoranda pelo PPGAS-MN-UFRJ.

Na perspectiva que ora apresento, ressalto o modo especial com que se misturam as relações de parentesco e de comércio, fundamentais para entender a organização da produção de redes de dormir e de derivados dessa indústria têxtil, como mantas, bonés, panos de prato, toalhas, etc. Muito embora essa diversificação de produtos já seja significativa, as redes de dormir são não apenas o produto pioneiro da indústria e comércio dessa região, como se tornaram a “marca registrada” da venda pelos ambulantes e da principal cidade produtora, São Bento. Há, na entrada do município, uma placa dizendo “São Bento, a capital das redes”, que, em alguns documentos públicos, consta ainda com o título de *São Bento das Redes*.

Apesar de *ramo de rede* ter me sugerido, inicialmente, divisão do trabalho - seja por indicar a existência desse ramo produtivo em relação a outros; seja porque meu primeiro movimento, para pensar toda a amplitude de relações que garante tamanha expansão territorial, foi descrever a divisão do trabalho interna no setor -, a minha intenção, no presente texto, é explorar, de outro modo, os significados da ideia de *ramo*, considerando os nexos que se constituem entre os participantes e que sugerem, frequentemente, relações de parentesco.

Para aprofundar as considerações sobre a divisão do trabalho no *ramo de rede*, no modo como ela é constituída pelas próprias relações de parentesco - isto é, no modo como são concebidas as diferenças sociais e que podem, ou não, refletir, do ponto de vista de um observador externo, a divisão técnica do trabalho, numa tecelagem ou entre as diversas unidades produtivas - apresento, a seguir, um breve esquema das atividades. Essa pequena lista não chega a encerrar as possibilidades, mas servirá de glossário para alguns termos que estarão presentes no texto.

Termos usados para designar as atividades	Significado
(1) <i>dono de tecelagem</i>	Proprietário da fábrica
(2) <i>dono de carro</i>	Proprietário do caminhão
(3) <i>vendedor por conta</i>	Vendedor ambulante por conta própria
(4) <i>corretor</i>	O vendedor ambulante que ganha um <i>vale</i> – um empréstimo – a ser pago com a venda das redes
(5) <i>encarregado</i>	Trabalhador que recruta e controla os corretores
(6) <i>quem trabalha de tecer para os outros</i>	Tecelão
(7) <i>urdidor</i> ; (8) <i>operador de conicaleira</i> ; (9) <i>operador de máquina de trancelim</i> ; (10) <i>diarista</i> ; (11) <i>quem trabalha na estamparia</i> ;	Demais operários da fábrica. À exceção do <i>urdidor</i> , os outros trabalhos também costumam ser feitos por mulheres
(12) <i>feiteira</i>	Mulher que faz os acabamentos das redes para algum <i>dono de tecelagem</i> , e ganha por produção
(13) <i>quem compra pano e apronta</i>	Pessoa que compra <i>pano de rede</i> , na feira ou nas tecelagens, faz os acabamentos (sozinha ou com a família), e depois vende as redes
(14) <i>quem troca pano por rede pronta</i>	Mulher que faz os acabamentos para o dono de alguma tecelagem, na seguinte proporção: a cada dez redes, seis são do dono e quatro são da artesã

A preocupação afirmada e negada com a divisão do trabalho se deve ao fato de que, se por um lado, ela permite visualizar a extensão das atividades que compõem o *ramo de rede* e, desse modo, explicar o tipo de espaço social e geográfico que este ocupa; por outro lado, ela também pode ocultar os sentidos das relações entre as pessoas, conforme a própria convivência com elas me permitiu entrever, durante o trabalho de campo.

É importante ressaltar, além disso, que o modelo teórico que subsidiou as minhas interpretações, chamou minha atenção para a questão da divisão do trabalho. Desde minha primeira pesquisa (CUNHA, 2003), faz-se presente o entendimento de que a expansão do *ramo de rede* é resultado do modo como a produção artesanal - isto é, aquela executada integralmente pelas artesãs, e que serve prioritariamente ao consumo da família - transformou-se numa produção manufatureira, o que ampliou tanto a divisão técnica interna à manufatura, como também a divisão social do trabalho, no sentido de dar espaço a diversos tipos de produtores/trabalhadores/comerciantes, aliás, majoritariamente do sexo masculino.

Trata-se, portanto, de um modelo de formação do mercado, segundo o qual se compreende que a divisão social do trabalho na forma de produtores independentes² é condição *sine qua non* para a circulação de mercadorias, como também é a condição de circulação de pessoas que se encaixam, neste mercado, ao mesmo tempo, como compradores/ vendedores e mercadorias (coisas), uma vez que vendem a si mesmos, como força de trabalho.

Assim, desde que nesse mercado de produtores independentes ou autônomos, também se constitua um mercado de trabalho, o proprietário de dinheiro (e de meios de produção), ao encontrar à disposição de sua compra a mercadoria força de trabalho, pode transformar o seu dinheiro em capital; ou, em outras palavras, em dinheiro que se transforma em mais dinheiro. A partir disso, o mercado pode, pelo menos em princípio, sempre se expandir - o que seria um excelente argumento para explicar o alcance territorial de um determinado setor produtivo.

Se pensarmos o *ramo de rede* como um microcosmo do sistema capitalista, o modelo se aplica, visto que ele circunscreve os elementos da produção e da circulação (os produtores e/ou negociantes), a existência do capital (representado pelos donos de tecelagem) e de um mercado de trabalho (representado pelos que trabalham para os donos de tecelagens). Há, porém, um fator que fica de fora dessa explicação: o que mantém a coesão interna, isto é, o que permite àquele conjunto de pessoas circunscreverem processos tão complexos da economia capitalista e, de certo modo, tê-los sob seu domínio, considerando ser um ramo de negócios que mobiliza muitas pessoas, apesar da grande maioria delas terem pouco dinheiro?

Se, por um lado, podemos afirmar a complexa divisão do trabalho - a exemplo do chefe de família, que, todas as segundas-feiras, vai à Feira da Pedra, para comprar o *pano* para sua esposa e filhos montarem a rede com os

acabamentos, e as vende em Natal e Mossoró, concorrendo com a produção do *donos de tecelagem*, o qual, por sua vez, vende-as através de uma turma de *corretores*, naquelas mesmas cidades e em tantas outras em território nacional -, será mesmo que apenas um modelo teórico de desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil nos bastaria para compreender um mercado de produtores em condições tão diferentes e com tamanha expansão territorial? Isso, sem querer perder de vista toda uma gama de negociantes viajantes que vêm e vão ao Maranhão, Belém, Bahia, como vendedores por conta própria, que dispõem de estadia na casa de familiares – migrantes já estabelecidos –, e que se atualizam nesse mercado, a despeito de serem tão descapitalizados.

Lanço esta dúvida como quem se questiona sobre as bases teóricas a que precisará recorrer para dar conta de situações, ao mesmo tempo, tão específicas e particulares, como as relações familiares, e também tão amplas, como a economia de uma região que depende da constituição de vínculos com outras longínquas, através da dispersão de seus habitantes, que ora se estabelecem fora, ora retornam, ora vivem em contínuo trânsito. Como eles elaboram essas experiências de deslocamentos e negócios? Que tipo de conhecimento eles constroem para perceber as possibilidades de participação nessa rede de negócios? Como eles concebem o *ramo de rede*? Assim sendo, até que ponto podemos falar de um mercado de produtores autônomos e anônimos?

Para começar a responder a essas questões (mas não terminar), apresento uma pequena etnografia do período em que estive em contato com um grupo de parentes vivendo entre o *Sítio*³ Barra de São Pedro, próximo a São Bento (Paraíba), e Santa Inês (Maranhão) e Marituba (Pará).

Negócio com parente

Pensando nas relações internas, que fazem do negócio uma *ajuda* entre pessoas que se consideram parentes, recorro à metáfora do *analogic flow*, de Roy Wagner (1977). O *flow* ou fluxo - permitam-me, aqui, a distorção - poderia ser um fluxo de equivalente geral, ou de forma valor geral (MARX, 1996). O fluxo de equivalente geral é justamente aquilo que está posto em oposição a toda diferenciação: tudo, coisas e pessoas devem aparecer sob uma mesma forma, a forma de coisas, e o que permite essa abstração é que elas constituam mero dispêndio de trabalho humano indiferenciado:

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social (MARX, 1996, p. 194).

Quando Marx fala em “caráter especificamente social” do “mundo das mercadorias”, interpreto nessa expressão a ideia de que esse fenômeno, o da forma equivalente ou forma valor geral, é o que constitui o nexo social de tal mundo, e que ele pressupõe, concomitantemente, uma ficção: a possibilidade da similaridade entre todas as trocas. Paradoxalmente, esse fluxo só flui, só é transmitido, porque se trata de colocar em relação e, para isso, é preciso haver um esforço de diferenciação. Não se trata de uma unidade, mas de uma multiplicidade de “trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos” (MARX, 1996, p. 172). Assim, o que essa ficção instaura é a analogia entre os “produtores”.

A analogia, entretanto, não pode ser absoluta: esse fluxo encontra interrupções. Porém, as interrupções não obliteram propriamente o fluxo; elas o transformam. No caso etnográfico, o fluxo de equivalente geral se transforma, desde que o próprio fundamento das trocas seja diferente: de um lado, esse fluxo relaciona o *ramo de rede* com o mundo das mercadorias, o mundo ao mesmo tempo abstrato e real das relações capitalistas. Mas, o *ramo de rede* se relaciona com esse mundo, ao mesmo tempo enquanto um coletivo e enquanto indivíduos. Para ser um coletivo, ou seja, algum tipo de agregado que se diferencie de outros, é necessário, por outro lado, haver um fluxo que se oponha ao fluxo de equivalente geral.

A partir dessas considerações lógicas, o ponto de partida ideal do exemplo etnográfico que segue seria pensar uma família como uma unidade de negócio, e que, enquanto seus membros estão indiferenciados, não há fluxo de equivalente geral internamente (apenas externamente); ou seja, não há trocas comerciais entre os familiares. Porém, na medida em que diferentes participações nos negócios vão sendo estabelecidas, numa espécie de divisão do trabalho familiar, esse fluxo passa a existir. A situação máxima seria o momento em que as relações familiares seriam **relações entre negócios**; isto é, cada parente se constituiria, analogamente, como uma unidade de negócio. Em outras palavras, de um grupo doméstico formado por pai, mãe e filhos, cada filho se tornaria uma unidade de negócio diferente, assim como o pai e a mãe, podendo haver entre eles trocas de mercadorias.

Acompanhei a família Pereira, a partir das relações entre irmãos e irmãs. São sete irmãos e quatro irmãs, com idade entre 40 e 50 anos. Exceto por uma irmã, que mora com o pai, sendo hoje quem cuida dele, todos são ou foram casados; portanto, cada um tem a sua própria família nuclear, ou constitui um grupo doméstico próprio. Cada um desses grupos domésticos está mais ou menos relacionado entre si, e o tipo de relação que se estabelece entre eles tem muito a nos informar sobre as condições elementares que fazem do negócio uma *ajuda* ou uma *mentira*, como também sobre as trocas que formam um circuito de reciprocidade – em que os produtos e os trabalhos não podem ser alienados –, e, ainda, as trocas em que os produtos e os trabalhos podem ser alienados.

Para apresentar esses irmãos, vou agrupá-los da seguinte forma:

Irmã(o)s ou cunhados negociantes, cuja família participa do circuito de ajuda	- Véio (I), casado com Fatinha (C) - Jorge (I), casado com Silvana (C) - Lindomar (I), casado com Lurdinha (C) - Maria (C), viúva de Luisão (I) - Getúlio (C), casado com Ivete (I) - Alvinha (I) (separada)
Sobrinhos(as) que fazem parte do circuito de ajuda	- Maninha (filha de Lindomar), casada com Zé Antonio - Deda (filha de Lindomar e Lurdinha), casada com Miltinho - Santa (filha de Ivete e Getúlio), casada com Amaro. - 2 filhas de Jorge e Silvana - Filho de Véio e Fatinha - 2 filhos de Maria e Luisão
Irmãos não negociantes (não participam do circuito de ajuda)	- Celsinho (I), casado com (C) Lucinete - Dagmar (I), casada com Manoel (C) - João (I) e ? (C)
Outros circuitos de ajuda	- Zeca (I), casado com Socorro (C) - Zezé (I), solteira - Sergio, filho de Ivete e Getúlio

Ser um negociante é gozar de um *status* privilegiado nas hierarquizações familiares e, mais ainda, diz intimamente respeito à honra do pai de família. Aquilo que valia para o camponês que trabalhava com sua família na própria terra, conforme apresentam Klaas Woortmann (1988) e Garcia Jr. (1990), vale, aqui, para o homem que tem seu próprio negócio: o homem só pode governar sua família se pode governar também seu trabalho.

Os irmãos e irmãs, que outrora formavam uma única família, deveriam agora, cada um, constituir sua família de negociantes e o fluxo de equivalente geral seria pleno entre eles, como também entre eles e o mundo das mercadorias. Mas aí se estabelece outra diferenciação, além daquela presente no fato de cada irmão ter se tornado um grupo doméstico diferente. Essa diferenciação é uma interrupção no fluxo de equivalente geral entre os irmãos.

Enquanto a situação ideal não se realiza – a de cada irmão formar um núcleo de negociantes e eles poderem trocar entre si mercadorias, trabalho e dinheiro –, constitui-se uma assimetria, impedindo que os irmãos não negociantes participem do circuito de ajuda que há entre os irmãos negociantes. Celsinho (I) e Lucinete (C) repetidamente reclamavam dos irmãos/cunhados: “eles só se ajudam entre eles, só pensam neles”. Celsinho *trabalha de tecer para os outros*, e sua esposa *troca pano por rede pronta* com o dono de uma tecelagem de São Bento - atividade que ela também concebe como *trabalho para os outros*, referindo-se a ela com a mesma expressão que os *agricultores* de Garcia Jr. (1990) usavam para falar do trabalho assalariado para os fazendeiros ou usineiros: *trabalho alugado*.

A assimetria de Celsinho em relação aos irmãos negociantes impede até mesmo que haja troca de trabalho entre eles. Celsinho já chegou a trabalhar como tecelão para Zeca, mas a situação não podia se sustentar, porque era “muita humilhação”. Por serem irmãos, Celsinho esperava que a relação entre eles fosse concebida como uma troca de *ajuda*, mas, para Zeca, era apenas ele que estava ajudando o irmão. Se o trabalho de Celsinho não podia aparecer como o retorno dessa *ajuda* – a oferta de emprego de Zeca a Celsinho – era porque o trabalho de Celsinho já estaria alienado, pois ele não é um negociante. Portanto, a condição de alienabilidade ou inalienabilidade do trabalho não se inscreve no fato empiricamente observável de um parente trabalhar para o outro, mas na posição que os parentes ocupam na estrutura familiar.

Por outro lado, Zeca, a despeito de ser um negociante, não participa do circuito de *ajuda* entre os outros irmãos negociantes, porque seu circuito é o da família (no sentido extenso) de sua esposa.⁴

Este circuito de reciprocidade não se circunscreve apenas às relações de negócio entre irmãos negociantes, mas elas formam o seu eixo principal na perspectiva proposta. Também faz parte dele a *troca de pano por rede pronta*, ou simplesmente ceder uma estadia. Ademais, estou apresentando como eixo principal a relação entre irmãos, mas no circuito também estão presentes os filhos e filhas dos irmãos e irmãs (sobrinhos ou sobrinhas), suas esposas e seus maridos.

É por isso que, atualmente, embora Zeca seja o único irmão *dono de tecelagem*, há *troca de pano por rede pronta* com os panos produzidos nas tecelagens de Zé Antonio e Miltinho, casados cada um com uma filha de Lindomar (I). Quem *troca* com eles são Ivete (I) e sua filha; Silvana (C) e suas filhas e Fatinha (C).

Lindomar (I), Véio (I) e Getúlio (C) levam essas redes para vender no Maranhão, tanto as da tecelagem de Zé Antonio e Miltinho, quanto as da parte da troca das mulheres. Quando se trata da parte da troca da esposa, não há entre eles compra e venda, como ocorre quando da parte de uma irmã ou sobrinha. Eles pagam o frete para as redes, e *viajam* de carona. Algumas vezes, quem faz o frete é Amaro, casado com Santa, filha de Ivete (I) e Getúlio (C). Ele é *dono de carro*, que também compra as redes de Zé Antonio e Miltinho, bem como das mulheres. O genro de Ivete (I) costuma *viajar* para o Pará, onde Alvinha (I) está morando, e para a qual também fornece redes.

No Maranhão, Véio (I) e Getúlio (C) ficam em Miranda, enquanto Lindomar se hospeda na casa de seu finado irmão Luizão, em Santa Inês.⁵ Além de vender redes nas feiras das cidades vizinhas, Lindomar fornece redes para Maria, viúva de Luizão, e para um de seus sobrinhos.

Voltando às situações de *troca de pano por rede pronta*, é interessante notar que ela tanto pode ser considerada uma *ajuda*, quanto um *trabalho para os outros*, conforme o circuito de relações em que esteja inserida. Nesse sentido, a troca definida pelos informantes como “não é nada, só uma ajuda para o povo” reclama um *status*. A negativa “não é nada”, no início da frase, refere-se ao fato de

que, quando a *troca de pano por rede pronta* é concebida como *trabalho para os outros*, trata-se de uma condição penosa de exploração, pois se trabalha muito e se ganha muito pouco. De cada dez redes que a mulher produz (faz os acabamentos), as quatro que ficam para ela ainda precisam ser vendidas e, quando o marido não é negociante, significa que ela ainda terá que vender na Feira da Pedra, o que implica em mais um desgaste – as horas na feira debaixo do sol – e um custo – o de transporte. Assim, é necessário distanciar-se dessa situação e afirmar que aquela atividade é uma *ajuda* que a mulher está dando aos seus parentes.

Um exemplo que se destaca é o caso de Silvana (C), que se referiu à troca como *ajuda*, embora atualmente seu marido esteja doente e não possa mais *viajar*, o que o impede de continuar sendo um negociante. Porém, como Jorge (I) já foi um negociante e participava do circuito de reciprocidade entre seus irmãos, o *status* da família não foi alterado em função de tal contingência.

Ivete (I) e sua filha, Santa, afirmam nem ganhar dinheiro com isso - “é só para não ficar parada” -, pois, afinal, são os próprios maridos que vendem as suas partes da troca. Ivete, inclusive, diz que *ajuda* a filha, para que seu genro possa levar mais redes ao Pará.

Zezé (I) também *troca pano por rede pronta*, e chama isso de “uma ajuda para o povo”, só que ela não participa do mesmo circuito dos irmãos. Ela troca com a família da esposa de Sergio, filho de Ivete (I). Há uma dissidência entre Ivete e a nora e também com Zezé. A nora e o filho de Ivete moram numa parte da casa onde vivem Zezé e o pai, sendo que o pai da esposa de Sergio é dono de uma tecelagem.

Essas situações demonstram o quanto o significado das atividades do *ramo de rede* está atrelado a certa forma de conceber a família, seja o grupo doméstico, seja a família extensa. O caso que se destaca como uma ruptura no fluxo de equivalente geral e no circuito de ajuda entre os irmãos é o do grupo doméstico de Celsinho (I). Por ele não ser negociante, a vida de sua família é vista como “muito sofrida” e, independentemente do fato de sua mulher realizar as mesmas atividades que as outras mulheres - confecção de acabamentos das redes -, ela *trabalha para os outros*, o que novamente confirma que a alienabilidade ou não do trabalho depende da posição que, não apenas o parente, como também seu grupo doméstico, ocupam na estrutura das relações familiares.

Dagmar (I), cujo marido não é negociante, também está fora do circuito de *ajuda* entre os irmãos, assim como João (I), que nem sequer participa do *ramo de rede*, e se mudou definitivamente para o Pará, onde praticamente não tem contato com a família.

Na maioria das situações apresentadas, a posição do grupo doméstico na estrutura familiar depende da posição do pai de família como um negociante. Em contrapartida, a mulher que não está casada, pode usufruir de uma maior elasticidade nessa estrutura: Alvinha (I) tornou-se, ela mesma, uma *negociante*, e Zezé (I), apesar de só *trocar pano por rede pronta*, realiza essa atividade como sua participação em outro *circuito de ajuda*.

Ainda que durante a elaboração dos dados etnográficos, eu não tenha encontrado a razão pela qual Zezé não participava do circuito de *ajuda* entre os irmãos, essa lacuna gerou uma questão talvez mais relevante: como pensar que esses diferentes circuitos de *ajuda*, ou sua ausência, fundem distintos tipos de relações de parentesco? Se já foi possível verificar que as práticas sociais que constituem o *ramo de rede* não são pensadas como parte de uma esfera autônoma – a economia –, visto que as suas próprias conceituações dependem da estrutura familiar, então, igualmente, o parentesco está para além das noções, superficialmente presentes de consanguinidade.

Nesse sentido, outra comparação pode entrar em cena, desta vez com as proposições de Leach (1974) sobre a oposição entre parentesco por substância e parentesco por aliança. Para introduzir este outro modelo, vou seguir com a idéia de fluxo de Wagner. Começamos com um fluxo de equivalente geral, que era uma maneira embrionária de pensar que todas as formas de unidade – sejam pessoas ou grupos domésticos – poderiam, em princípio, manter relações idênticas de troca, como se não houvesse algum tipo de qualificação de certas trocas em relação a outras. Essa não seria apenas a estrutura ideal das relações de parentesco, como também a estrutura do “mundo das mercadorias”.

Ao propor o fluxo de equivalente geral, já tinha abordado uma primeira distinção na forma da troca: o negócio como *ajuda* e o negócio como *mentira*. No primeiro caso, os objetos e os trabalhos seriam inalienáveis: Ivete [I] pode trabalhar para a filha e para o marido da filha, ou as redes que a mãe produz se tornam da filha, porque a filha e o genro são extensões de si mesma. No segundo caso, o do negócio como mentira, supõe-se a alienabilidade de objetos e trabalhos: o negócio em que uma das partes engana a outra, rompendo-se, assim, o circuito de reciprocidade, pois a uma das partes é negado o reconhecimento ou controle daquilo que poderia lhe pertencer ou que já lhe pertenceu. Nesse contexto, portanto, produz-se um circuito de relações recíprocas por oposição ao circuito de relações não recíprocas (vice-versa); em outras palavras, produz-se diferenciação social. Ela é necessária para a própria subsistência das relações de troca, sobretudo para as relações essencialmente capitalistas, pois introduz o lucro no circuito, fundamento da circulação de mercadorias e dinheiro.

Ao elaborar o caso etnográfico dos irmãos Pereira, vimos que o negócio como *ajuda* não é uma relação necessária entre eles. Não é porque são irmãos, que eles devem se ajudar. Mas também não é porque todos os irmãos devem ser negociantes, que eles devem se ajudar - e o caso de Zeca ilustra bem isso: ele está entre os irmãos da família Pereira, mas seu circuito de *ajuda* é o da família de sua esposa.

Assim, poderíamos considerar que o circuito de *ajuda* constituído por relações de negócio é um índice da existência de relações de aliança entre parentes. Naturalmente, deve-se notar que essa compreensão parece estar solapando o fato de que as relações de aliança são consideradas a partir do casamento, mas, da maneira que as estou aplicando, elas vão aparecer também

entre irmãos. Contudo, *a priori* considero isso uma subversão não maior do que aquela que permitiu Leach identificar relações de aliança entre mãe e filho, fazendo-nos pensar de modo muito diferente das nossas próprias convicções sobre filiação e consanguinidade.

Tomando a seguinte passagem de Leach, como exemplar,

(...) em *qualquer* sistema de parentesco e casamento, há uma oposição ideológica fundamental entre as relações que dotam um indivíduo de pertinência a algum tipo de “nós o grupo” (relações de incorporação) e aquelas outras relações que ligam o “nosso grupo” a outros grupos semelhantes (relações de aliança) e que, nessa dicotomia, as relações de incorporação são distinguidas simbolicamente como sendo de substância comum, enquanto as relações de aliança são consideradas como sendo de influência metafísica (LEACH, 1974, p.42),

eu veria essa “oposição ideológica fundamental”, como existente no tempo: entre o momento primeiro, em que os irmãos formavam um mesmo grupo doméstico (nós o grupo), e o momento em que os irmãos se casariam e formariam distintos grupos domésticos (nosso grupo; aqui, a ligação entre aliança e casamento começa a ser recuperada...). É no campo das associações entre os grupos domésticos, que se definem as relações de influência a sustentar as trocas de *ajuda* (recíprocas) e ao se diferenciar das trocas de mentira (não recíprocas).

A essa altura, já podemos perceber que o fluxo de equivalente geral é transformado em outro fluxo, que também vou considerar como *fluxo de influência* - “what analogical flow carries is influence” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.13). Enquanto Zeca (I) compartilha o fluxo de influência da família de sua esposa e, por isso, o negócio deles é totalmente voltado para *ajudar* a família dela, Celsinho (I), que a princípio está fora do fluxo de influência de seus irmãos, por não ser negociante, também aparece como alguém que compartilha o fluxo de influência de Lucinete (C), sua esposa. Por esse motivo, ela é sempre tratada como uma pessoa de fora, pelos irmãos de Celsinho (I), e seus filhos se identificam mais com a família materna, que é de outro *Sítio*. De fato, os irmãos Véio, Jorge, Luizão e Ivete se casaram com pessoas do Sítio Barra de São Pedro, com quem provavelmente já tinham algum vínculo de parentesco, embora longínquo. Entretanto, ter nascido num outro Sítio não é propriamente a questão, pois Zé Antonio e Miltinho vieram do Sítio Oliveira, hoje moram na Barra de São Pedro, e, como genros, participam do fluxo de influência dos irmãos.

Considerações Finais

As próximas considerações estão inspiradas no segundo ensaio do texto de Viveiros de Castro (2002): “The gift and the given: three nano-essays on kinship and magic”. Mas, antes, quero recuperar algumas questões presentes no início desse trabalho.

Um dos objetivos iniciais era ultrapassar a noção de divisão social do trabalho, no sentido de que ela expressa, na economia da mercadoria, a ideia da existência de produtores anônimos e independentes. Para isso, o próprio termo “ramo”, que poderia denotar divisão do trabalho, precisava ser entendido como nexo, laço, conexão. É claro que Marx não concebe essa independência como absoluta, mas a interdependência, para ele, existiria apenas no sentido de que os produtores/trabalhadores devem aparecer como meras engrenagens do capital, prescindindo, para tanto, de qualquer nexo social sob outro registro.

O presente texto não quer propor que o *ramo de rede* seja alguma coisa para além da economia da mercadoria, e foi por isso que procurei incorporar alguns de seus elementos, embora utilizando linguagens estranhas ao seu repertório, como a expressão “fluxo de equivalente geral”. Mas o texto quer, sim, propor uma perspectiva que nos permita ver que nem todas as relações estão subsumidas à forma mercadoria. E, tendo esse propósito, não encontro ainda metáfora mais propícia do que a de *dom* (ou a *dádiva*).

A troca de dons, citando Viveiros de Castro, aparece aqui como um substituto de parentesco “(...) the prototype of gift exchange in this definition is marriage exchange (...) (2002, p.9)”. Mais adiante, o autor explica o sentido dessa frase: as trocas matrimoniais se referem à transmissão de coisas inalienáveis que criam pessoas, quer sejam: substância, narrativas, memórias, ligação com a terra. E, eu proporia aqui: por que não, *negócio*?

Conforme apontamos anteriormente, o negócio pode ser entendido como índice de relações de aliança entre parentes; além disso, ele é o próprio veículo das trocas recíprocas. O negócio, substantivo que sugere ao mesmo tempo coisa e relação, tem ainda no *ramo de rede* o sentido de pessoa, de personificação das coisas, ou de uma coisa com o poder de atribuir qualidades às pessoas.

Uma demonstração disso aparecia nos casos em que não era necessário ter um negócio propriamente dito, para ser considerado um negociante. Dependendo do contexto, quando se trabalha para um parente, e isso é considerado uma *ajuda*, o negócio desse parente tem o poder de transformá-lo em um negociante. Nota-se, contudo, que um dos elementos desse contexto é que a pessoa nessa situação não deve ser casada. Quando se trata de um homem jovem, essa *ajuda* é uma preparação para ele ter seu próprio negócio no futuro. Quando se refere a uma mulher, a ausência do marido permite a ela maior fluidez em suas posições na estrutura familiar. Sendo assim, é preciso considerar também que o que atribui a eles a qualidade de negociante, além de seu envolvimento no negócio de algum parente e a sua participação no circuito de *ajuda*, é o tipo de fluxo de influência que lhes alcança.

Por isso, volto a afirmar - lembrando que a troca de dons se refere diretamente ao casamento, às relações de aliança - que o negócio é uma coisa transmitida e inalienável, que cria pessoas. O negócio não é a mera produção e circulação das redes; o negócio, no *ramo de rede*, é a produção e circulação de negociantes. Por

esse motivo, quando casado, o homem tem que ter seu próprio negócio, porque ele precisa ser capaz de produzir uma família de negociantes e, com isso, dar continuidade ao fluxo de influência.

Fluxo de influência mágica – devo acrescentar -, pois o que está em questão é subverter o fluxo de equivalente geral – aquele em que tudo toma a forma de coisas, obscurecendo as pessoas e as relações sociais – em coisas com poderes especiais de revelar pessoas e relações sociais.

Notas

1 - Há, também, mulheres envolvidas neste mercado ambulante, mas a palavra “redeira”, provavelmente, só foi comum no tempo em que apenas as mulheres produziam as redes artesanamente.

2 - Vide a clássica descrição de Marx (L I, Vol.1, cap. XII, 1996) sobre a origem da manufatura, ou a descrição da formação de um mercado interno no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

3 - *Sítio* se refere a uma pequena localidade, geralmente identificada como rural, e que também pode ser reconhecida como uma comunidade de parentesco.

4 - Isso não invalida as considerações sobre a impossibilidade de Celsinho se inserir no circuito de ajuda entre os irmãos por não ser um negociante, pois a mesma situação ocorreu quando Celsinho chegou a trabalhar para a tecelagem de Miltinho, marido de uma das filhas de Lindomar (I).

5 - Santa Inês, no Maranhão, faz parte da rota para o Pará.

Referências

- CUNHA, Elisa Ribeiro Alvares da. *Rede de dormir e forma mercadoria*: das transformações na produção à mobilidade espacial dos redeiros. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- CUNHA, Elisa Ribeiro Alvares da. *Famílias do ramo de rede*: tecelagem, negócio e viagem no sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado* – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/ UnB/ CNPq, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- LEACH, E. R. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- MARX, Karl. *O Capital*: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo I., Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1996 [1867].
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “The gift and the given: three nano-essays on kinship and magic”. Texto inédito. In: BAMFORD, S. & LEACH, J. (orgs.), *Genealogy beyond kinship: sequence, transmission, and essence in ethnography and social theory*. Oxford: Berghahn, 2002.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. *Anuário antropológico* 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988, p.11-73.
- WAGNER, Roy. Analogic kinship: a Daribi example. *American Ethnologist*, 4(4): 1977, p. 623-642.

RESUMO

Este trabalho é um estudo de parentesco realizado a partir de uma pequena comunidade rural no sertão da Paraíba, onde a população está envolvida com a produção e o comércio ambulante de redes de dormir. Ao apresentar a etnografia das relações de parentesco entre irmãos de uma mesma família, situada nessa comunidade e em algumas cidades do Maranhão e do Pará, busca-se demonstrar como as relações de parentesco estão imbricadas em relações comerciais e com isso revelar as identidades e as diferenças constituídas nessas experiências de deslocamentos e trocas, sendo responsáveis pelo próprio sentido de família, de *status* social e de inserção na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Parentesco, negócio, circulação.

ABSTRACT

This work is a kinship study undertaken on a small rural community involved in the manufacturing of hammocks. It's an ethnography about kin relations between brothers living in a rural community in Paraíba and traveling for trade through Maranhão and Pará. The aim of this paper is to show how kin relations are intrinsically connected to trade relations and the similarities and differences that are so established. Such experiences are responsible for the sense of family, the social status and the insertion in capitalist society.

Keywords: Kinship, business, spatial mobility

Ciganos, Roma e Gypsies

Categorias de atribuição e classificações identitárias

*Mirian Alves de Souza **

Resultado da pesquisa de doutorado que venho realizando, este artigo tem como objetivo esclarecer que pessoas designadas como cigano não se identificam, na maior parte das vezes, com essa categoria, ainda que ela seja relevante para a construção de suas identidades. De acordo com a pesquisa etnográfica e entrevistas realizadas com algumas famílias, ativistas e lideranças políticas no Brasil, mas também no Canadá, no Reino Unido, na Argentina e na França,¹ não é possível conferir uma unidade aos ciganos, pois há entre eles consideráveis diferenças sociológicas. Cabe destacar que além de diferenças de classe social e econômicas, existem entre eles adeptos de diferentes religiões, correspondendo, na maior parte dos casos, à da população majoritária nos países em que vivem.

Nesse sentido, ainda que elementos, como a língua, possam ser extremamente relevantes para a constituição de uma identidade comum como assinalam estudiosos (COURTHIADE, 1994; MELO, 2005), nada me parece prestar a ser visto como um fator globalizante na definição da identidade étnica dos ciganos. A antropóloga inglesa Judith Okely (1983), no sentido de se buscar alguma característica mais generalizante para os ciganos, reconhece que se deve olhar para a oposição entre eles e os outros. Em outras palavras, um elemento comum entre aqueles que são classificados como ciganos é a oposição que estabelecem entre eles e nós, os gadjos, palavra dicionarizada na língua portuguesa como “quem é estrangeiro ou estranho em relação aos ciganos” (BORBA, 2004, p. 660).

* *Doutoranda em Antropologia PPGA/UFF; pesquisadora NUFEP/NEOM-UFF.*

Enquanto categoria étnica, cigano é um termo genericamente utilizado para se referir a pessoas que, do ponto de vista de sua autodesignação, se classificam de outra maneira, utilizando, por exemplo, as categorias *calon, rom, sinti, lovari, horahano, vlax, manush, travellers, romanichals*,² entre outras inúmeras formas possíveis e não passíveis de serem apreendidas por descrições fechadas. O antropólogo norueguês Fredrik Barth considera os ciganos como um grupo étnico, na medida em que se identificam e são identificados como tais (BARTH, 1969, p.11). O uso da categoria grupo, entretanto, não nos permite pensar os ciganos enquanto um grupo ou uma comunidade etnicamente fechada. Além disso, é preciso considerar que as classificações étnicas limitam a complexidade potencialmente mais rica da experiência social dos sujeitos a um número mais restrito de categorias que, como definiu Thomas Eriksen, “servem para ordenar o mundo social e criar mapas cognitivos padronizados sobre categorias relevantes de alteridade” (ERIKSEN, 1993, p. 60). Os processos de construção identitária daqueles que são classificados e se classificam como ciganos são complexos, sendo a categoria cigano conceitualmente limitadora, da mesma forma que qualquer tentativa de sistematização baseada na teoria nativa que pressuponha divisões identitárias rígidas e naturalizantes.

Existe uma série de correspondentes para o termo cigano (em espanhol *gitano*, em italiano *zingaro*, em francês *tzigane* e em árabe *dom* e *nawar*) em geral associados, em seus respectivos dicionários, a adjetivos negativos, como sujos, errantes, ladrões e não confiáveis. Podemos observar esse conjunto de representações em uma ampla literatura.

Vale a pena, aqui, citar as acepções da palavra cigano encontradas em edição de 1986 do dicionário *Aurélio* da língua portuguesa: “CIGANO: S.m. 1. indivíduo de um povo nômade, provavelmente originário da Índia e emigrado em grande parte para a Europa Central, de onde se disseminou, povo esse que tem um código ético próprio e se dedica à música, vive de artesanato, de ler a sorte, barganhar cavalos, etc... [Sin.: *boêmio, gitano*; (...)] 2. Fig. Indivíduo boêmio, erradio, de vida incerta. 3. Fig. Indivíduo trapaceiro, velhaco. 4. Fig. Vendedor ambulante. 5. Designação de um dos carneiros de guia. - Adj. 6. Errante, nômade. 7. Ladino, astuto; trapaceiro” (1986, p. 404).

Dicionários no Brasil, mas também em Portugal, na Romênia e em muitos outros países apresentam definições negativas para o termo. No Brasil, uma das primeiras ações de reconhecimento de um movimento político cigano foi a mudança na definição do verbete “cigano” nos dicionários. Até 1988, a definição do *Aurélio* apresentava sinônimos como “trapaceiro” e “velhaco”. Edições seguintes foram modificadas atendendo aos sucessivos pedidos de associações políticas e culturais. Embora os adjetivos “velhaco” e “trapaceiro” tenham sido retirados, manteve-se o estereótipo básico após retificações: “CIGANO: S.m. 1. Indivíduo de um povo nômade que tem um código ético próprio, vive de artesanato, de ler a sorte, e se dedica à música: homem de vida incerta” (1988, p. 213).

Verbetes de dicionários e enciclopédias são fundamentais para a consolidação das percepções e dos estereótipos ciganos, ao lado de uma ampla literatura. Representações negativas são muito difundidas e, em geral, obedecem a um padrão comum de classificação (cf. FAZITO, 2006; FRASER, 1992 e FERRARI, 2006). Para Willems e Lucassen, verbetes de enciclopédias e dicionários clássicos da Europa iluminista, do século XVIII ao XX, desempenharam um papel muito importante na consolidação das percepções e dos estereótipos ciganos como referências legitimadas (WILLEMS & LUCASSEN, 1990). As definições veiculadas por políticas oficiais, jornais, revistas e mídia em geral estão ligadas por uma relação circular ao “sistema de poder que a produzem e sustentam, e aos efeitos que esta induz e que a reforçam” (SIGONA, 2005, p. 35). A veiculação de notícias que associem os ciganos a ações desviantes faz parte de uma prática observada por jornais em diferentes países. A história de um crime envolvendo ciganos, assim como conflitos com a vizinhança ou de família, são temas recorrentes nos jornais. Segundo ativistas, comparados a outros grupos étnicos e nacionais, os ciganos são um tema realmente fácil para jornalistas, pois só é preciso repetir o que já foi definido como certo em relação a eles, ou seja, representações consolidadas que se reproduzem cotidianamente. Como observa Sigona, o poder de definir é um instrumento fundamental nas mãos do detentor de poder, para racionalizar e gerir aqueles percebidos como estranhos/estrangeiros/diferentes; ao mesmo tempo, as etiquetas traçam os limites dentro dos quais os etiquetados podem atuar no jogo político e construir suas demandas e suas possibilidades de promoção social. Nesse sentido, as chances de promoção social dos ciganos também estão relacionadas aos estereótipos bastante difundidos.

Cabe ressaltar que, embora diversas categorias sejam utilizadas como autodesignações – *calon*, *manush*, etc., – diferentes grupos, em algum nível, reconhecem-se nos termos genéricos cigano, *gypsy*, *tzigane*, *dom*, *nawar*... Não se trata de uma categoria nativa, mas de um termo empregado nos contextos de interação interétnica e cujo uso parece especialmente pertinente na esfera pública.

“Usamos a palavra *rom*. Não fazemos referência a nós mesmos como ciganos porque usamos a nossa língua (...). Além do mais, *rom* e *calon* são como água e azeite, nós não nos misturávamos. Mas somos todos irmãos, com algumas diferenças. Desde 1986, com o movimento cigano, começou uma aproximação” (Mio Vacite, Fevereiro de 2009).

Os processos de construção identitária daqueles que são classificados externamente como ciganos revelam a existência de grandes diferenças entre eles (inclusive entre aqueles que compartilham uma mesma categoria de autodesignação). Mas apesar de se diferenciarem sociologicamente e no que se refere ao processo de construção identitária, à escolha dos sinais diacríticos, aos padrões de moralidade, aos critérios de autenticidade étnica, eles se reconhecem como ciganos nos contextos de interação interétnica, mas, sobretudo, nas

questões de natureza política, como observa Mio Vacite, músico de origem iugoslava e presidente da União Cigana do Brasil, no trecho destacado acima.

Lideranças políticas, pessoas que se designam como divulgadores da cultura cigana ou informantes que buscam esclarecer pesquisadores sobre suas vidas fazem parte da pesquisa etnográfica que venho realizando sobre os processos de construção identitária que se relacionam com a identidade cigana. Considero importante destacar que este artigo é informado por um contexto etnográfico específico e que envolve questões relacionadas à identidade cigana, *gypsy*, *roma* apresentada e discutida na esfera pública.

Lideranças no Brasil, mas também no Reino Unido, reconhecem que o termo é geralmente associado a representações negativas, mas não se recusam a usá-lo e, dessa forma, se representam na esfera pública, nomeando-se como União Cigana do Brasil e National Association of Gypsy & Travellers, por exemplo. Assim, embora utilizem em seus respectivos contextos étnicos e domésticos, categorias distintas para a autodesignação, recorrem ao heterônimo e categorias mais abstratas no sentido de construir uma identidade pública.

Ativistas e lideranças ciganas no Brasil e Reino Unido buscam o reconhecimento positivo do termo cigano e *gypsy* perante o Estado. Como argumenta Pierre Bourdieu, o reconhecimento pelos sujeitos dos custos sociais e econômicos do estigma que lhes é imputado implica, muitas vezes, a reivindicação de categorias construídas de fora (como o Estado e aqueles que têm o poder de nomear). Bourdieu observa que “o estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema – segundo o paradigma ‘*black is beautiful*’ – e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização” (BOURDIEU, 1998, p.125).

Nesse sentido, entre as primeiras iniciativas de um movimento político cigano no Brasil e Reino Unido, na década de 1980, podemos observar reclamações no sentido de alterar o conteúdo vinculado aos heterônimos *gypsy* e cigano. Basil Burton, diretor do National Association Gypsy and Travellers, organiza campanhas sistemáticas contra certos jornais e outros meios de comunicação, por considerar que os estereótipos negativos relacionados ao grupo e historicamente construídos são insistentemente realçados por eles. Nessa mesma direção, Mio Vassitch observa que uma das primeiras ações de reconhecimento do movimento cigano no Brasil foi a mudança na definição do verbete “cigano” nos dicionários e, assim como Basil Burton, diz se reportar sistematicamente aos meios de comunicação e ao Estado para reclamar sobre a representação dos ciganos veiculada em jornais, revistas, nos livros didáticos e programas de rádio e televisão. Para lideranças e ativistas brasileiros, o uso do heterônimo não é necessariamente um problema, mas o sentido atribuído e seu lugar no imaginário nacional. Por isso, dizem não se opor ao seu uso, em consonância com o lema “*I am gypsy and proud of it*” (“Eu sou cigano e tenho orgulho disso”), veiculado por associações ciganas no Reino Unido, em

um movimento contrário ao de lideranças étnicas na Argentina e Canadá, que, atualmente, defendem o uso da classificação nativa.

No Canadá, o termo *gypsy* é usado com reservas. Instituições públicas como escolas adotam a categoria *roma*, adequando-se ao termo reivindicado por associações, intelectuais e ativistas. Ronald Lee, escritor e ativista diretamente envolvido no processo de reconhecimento do termo *roma* em detrimento de *gypsy*, observa: “Nós estamos sendo erroneamente definidos por outros. Agora nós queremos definir corretamente a nós mesmos/ *we have been erroneously defined by outsiders. Now we must correctly define ourselves*”. O Roma Community Centre, dirigido por Ronald Lee, oferece um programa para escolas e universidades canadenses sobre história, cultura e língua dos *roma*. Implementado em escolas de séries fundamentais e, em especial, em escolas nas quais estudam ciganos que chegaram ao Canadá recentemente e possuem status de refugiados, esse programa institucional busca modificar as representações em torno da identidade *roma*, adotando a designação nativa na esfera pública. Jorge Bernal, diretor do Identidad Cultural Romani Argentina, também se dirige ao Estado no sentido de questionar o uso da categoria *gitano* com o mesmo argumento de ativistas canadenses e reivindica a mudança e adoção do termo nativo *rom*. Independentemente das escolhas que fazem do ponto de vista da construção de uma identidade pública, as associações políticas de ciganos, *roma* e *gypsies* reclamam de administradores, jornalistas, professores e antropólogos e suas tentativas em definir e formalizar uma “identidade cigana” geral e abstrata.

Classificações e políticas de Estado

O contexto etnográfico da pesquisa de doutoramento que realizo envolve pessoas que se autot classificam como *calon*, *horarano*, *matchichuia* e *kalderash*... e que não estabelecem entre si, necessariamente, relações comunitárias ou de qualquer natureza. Essas pessoas, entretanto, reconhecem uma identidade comum entre elas e que tem a ver com o fato de serem externamente classificadas de uma mesma forma.

Assim, ainda que não se reconheçam como “cigano”, (ou como *gypsy* ou como *roma*), relacionam-se em algum nível com o termo enquanto categoria socialmente construída e objeto de definição estatal. Como é próprio à abordagem etnográfica, encaramos o Estado em seus planos de existência mais concretos, aqueles das experiências vividas pelos sujeitos que nele habitam. Desta maneira, como argumenta Michael Herzfeld, percebe-se imediatamente que o que se denomina com o nome de Estado, consiste, na verdade, em um conjunto aberto de agentes e operações, possuindo como denominador comum o fato de estarem voltados para uma “despoetização” da vida social, ou seja, para a essencialização, naturalização e literalização de experiências sociais sempre múltiplas e polifônicas. O Estado opera através de sua essencialização: a

ninguém será permitido possuir mais de uma religião, um pertencimento local, uma etnia ou uma cor. Identidades, sempre móveis e contextuais, convertem-se em identidades reconhecidas que, por sua vez, são cristalizadas em “etnicidades” que, finalmente, se enrijecem como “nacionalidades” (1997, p. 42-43). A “labilidade semântica dos valores locais”, que faz com que pertencimentos familiares, étnicos e mesmo nacionais funcionem como verdadeiros *shifters* (que só fazem sentido em relação aos agentes em interação em determinado contexto), tende a ser eliminada ou limitada pelo Estado. Ao mesmo tempo, uma vez substancializadas, essas variáveis retornam à vida social cotidiana e alimentam ódios, discriminações e genocídio (HERZFELD, 1997).

A mídia, em diferentes cidades no mundo, vem noticiando políticas dirigidas aos ciganos na França, Itália, Alemanha, Holanda, entre outros países europeus. Políticas que preveem deportação, banimento e controle diferenciado, como registro étnico, controle de digitais e arquivos especiais, podem ser encontradas atualmente nos países que preveem o recebimento de um fluxo populacional de pessoas do Leste Europeu, depois dos acordos que permitem a circulação de cidadãos entre os países membros da União Europeia. A identidade cigana é frequentemente associada à criminalidade, violência, nomadismo e pobreza, tanto pela mídia, quanto pelo discurso político. Os ciganos costumam ser noticiados e percebidos por muitos Estados como um problema. Vale lembrar a crítica de Abdelmalek Sayad ao fato de certos temas e assuntos serem automaticamente apresentados como problemas, em uma abordagem que não evidencia que problemas são construções sociais, políticas e acadêmicas (SAYAD, 1998).

Atualmente, a França tem sido objeto de debate por causa da política dirigida aos ciganos no país. Questionando o princípio de não-discriminação e livre trânsito de cidadãos entre os países membros da União Europeia, ciganos em Paris foram deportados para a Romênia e Bulgária. As deportações fazem parte de uma política de repressão ao crime e violência e preveem o desmantelamento de acampamentos, áreas de ocupação irregular onde vivem muitas famílias ciganas. Muitas críticas vêm sendo dirigidas a essa política que, ao associar ciganos com o crime, contribui para a afirmação de preconceitos e estereótipos amplamente difundidos. Uma das reclamações de ativistas e ciganos que participaram das recentes manifestações contra Sarkozy, é de que sua política reafirma e legitima a representação dos ciganos como pessoas ruins e não confiáveis.

Em 4 de Setembro de 2010, a manifestação organizada em Paris em resposta à deportação de ciganos e ações consideradas xenófobas pelo presidente Sarkozy reuniu pessoas que se reconhecem como *rom*, *travellers*, *tzigane*, *manouches*, *calon*, *gitano*, etc., mas que foram mobilizadas pelo discurso e ações do presidente francês. Manifestações de repúdio também foram organizadas por associações ciganas, de direitos humanos, movimentos sociais e partidos de oposição em outras cidades europeias como Lisboa e Madri. Para Nando Sigona, políticas como as de Sarkozy, na França, ou de Berlusconi, na Itália, estão diretamente

relacionadas à anunciada imigração de búlgaros e romenos, e de pessoas do Leste Europeu, dos Bálcãs, para países como Itália, França, Inglaterra e Alemanha. A entrada desses países na União Europeia realça o tratamento que muitos países concedem aos ciganos. A destruição de acampamentos e a deportação de países como a França não é uma novidade, mas agora ganha a atenção da comunidade internacional por violar regras definidas no contexto da União Europeia.

A chegada de ciganos pobres do Leste Europeu em cidades como Paris, Roma e Amsterdã pode ser observada especialmente porque entre eles encontramos vendedores de rua e pedintes. Para o cineasta Tony Gatlif, essa é uma das razões pelas quais os ciganos estão sendo deportados na França: os ciganos mendigam e isso incomoda. Mas por que incomoda? Porque confronta os franceses com a sua imagem e isso causa insegurança”.³ Quem vai a Paris encontrará na Torre Eiffel e nos lugares turísticos ciganos esmolando, entre eles muitos do Leste Europeu. Eles dizem que ir para Paris esmolar e viver nos campos pobres da cidade é a melhor opção que conseguem enxergar, uma vez que em seus respectivos países a situação é ainda pior. Eles podem ser vistos nos principais monumentos e lugares turísticos da cidade e costumam abordar os turistas perguntando: “Você fala inglês”? Se a resposta for afirmativa, mulheres com longas saias e lenços em volta da cabeça mostram um papel no qual se lê “Eu sou da Bósnia e estou em Paris há três meses. Não tenho dinheiro, meu filho tem leucemia e meu marido me abandonou por outra mulher. Por favor, me ajude. Obrigada e Deus te abençoe!”

Os acampamentos onde os ciganos pobres vivem são destruídos e reconstruídos várias vezes segundo algumas famílias. A família de uma senhora que passa em torno de oito horas esmolando na Torre Eiffel saiu de Sarajevo e viaja por cidades num processo de mudança permanente que a incomoda. A família se diz forçada a deixar as moradias que encontra porque é desalojada sistematicamente. Ela reclama que não consegue se fixar mesmo na Bósnia, porque onde quer que cheguem encontram restrições para permanecerem. Essa mesma família disse que ganhou uma caravan e a possibilidade de se registrar como viajantes/*gens du voyage* pelo serviço de assistência social francês. A identificação como nômades, uma vez que aos *gens du voyage* é concedido o “direito à viagem”, é um bom exemplo da relação entre pessoas e categorias burocráticas. Embora não se identifiquem com o estilo de vida que define *gens du voyage*, os ciganos bósnios poderiam se definir enquanto tais por corresponderem a nômades em termos da classificação estatal.

O nomadismo não pode ser naturalizado e generalizado, embora seja reconhecido como uma referência identitária bastante comum entre alguns ciganos. O nomadismo, em muitos casos, foi imposto aos ciganos em razão da perseguição constante e da hostilidade aberta. No Reino Unido, famílias que se autodesignam como gypsies reclamam que não conseguem se dissociar do que o senso comum diz corresponder às supostas especificidades culturais dos ciganos, ou seja, o nomadismo. Elas reclamam que seus planos de permanência no lugar

em que moram são ignorados e que as licenças exigidas para a construção de moradias fixas não costumam ser concedidas. Essas famílias vivem em casas modulares cuja estrutura pode ser desmontável. Elas, contudo, gostariam de construir casas de materiais mais resistentes e se fixarem. Um argumento comum para explicar o fato dos ciganos não conseguirem as licenças para a construção de moradias junto aos funcionários públicos tem a ver com a expressão pública da rejeição da população local à regularização e ao aumento do número de ciganos. As políticas do Reino Unido que prevêm a regularização de espaços para ciganos esbarram na recusa da população local em tê-los como vizinhos. Essa recusa pode ser observada em muitos países, não apenas no Reino Unido e na França, e tem muito a ver com o fato de serem atribuídas, de maneira generalizante, aos ciganos, características negativas, amplamente propagadas e que orientam políticas de Estado. A insistente definição dos ciganos como nômades está diretamente relacionada aos estereótipos difundidos que, embora possam corresponder à realidade em alguns casos, limitam a existência daqueles que são englobados por classificações generalizantes.

Notas

1 - Minha pesquisa com os ciganos começa na graduação e se estende ao mestrado e doutorado. Na ocasião do mestrado, o foco eram as famílias de ciganos *calon* que durante gerações ocupavam posições no judiciário carioca, sobretudo como oficiais de justiça (SOUZA, 2006). Atualmente, no doutorado, estou particularmente interessada nos processos de construção identitária dos ciganos e sua relação com algumas políticas de estado, como as que estão em curso contemporaneamente no Brasil. Além da criação do Dia Nacional do Cigano, em 25 de maio de 2006, instituído através de decreto presidencial, outras políticas específicas vêm sendo anunciadas pelo governo federal para as comunidades ciganas no país. Por fim, no sentido de ampliar minha compreensão sobre o tema, iniciei em 2009, pesquisa de campo no Canadá com famílias de ciganos refugiados do Leste Europeu; em 2010, com famílias de ciganos *travellers* na Inglaterra, bem como entrevistas com ativistas e lideranças políticas nesses países e também na França e na Argentina.

2 - Devo esclarecer que não existe um léxico oficial que defina a maneira de grafar essas palavras.

3 - Cf. <http://www.youtube.com/watch?v=OxXnu6gkieA>

Referências

- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (orgs.) *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998 [1969].
- BORBA, Francisco S. (org.) *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo, Editora UNESP, 2004. p. 660.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- COURTHIADE, Marcel. *La diáspora rromani – aspects linguistiques, plurilinguismes: langues de diáspora*, Paris CERPL, 1994.
- ERIKSSON, Thomas. *Ethnicity and nationalism: anthropological perspectives*. London: Pluto Press, 1993.

- FAZITO, Dimitri. O efeito da nomeação e a tradição cultural cigana: deslocamentos no espaço físico e social das identidades e representações. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 49. 2006, p. 7-23.
- FERRARI, Florencia. *Os ciganos e a fronteira: por um estudo dos ciganos no Brasil*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PPGAS/USP, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 404.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 213.
- FONSECA, Isabel. *Bury me standing: the gypsies and their journey*. New York: Random House, 1996.
- FRASER, Angus. *Gypsies*. London: Blackwell Publishing, 1992.
- HERZFELD, Michael. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York/London: Routledge, 1997.
- LIÊGEAIS, J. P. *Los Gitanos*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1988.
- MELO, Fabio J. D. *Os ciganos calon de Mambai*. Brasília: Thesaurus Editora, 2005.
- OKELY, Judith. *The travellers-gypsies*. Cambridge University Press, 1983.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SIGONA, Nando. Identidade, estereótipos e políticas: o caso dos Rom na Itália. *Travessia-Revista do Migrante*, nº 51, janeiro-abril, 2005, p. 34-38.
- SOUZA, Mirian A. *Os ciganos calon do Catumbi: etnografia, ofício e memória urbana*. Dissertação de Mestrado, PPGA/UFF, 2006.
- WILLEMS, W. & LUCASSEN, L. The Church of Knowledge: Representation of Gypsies in Dutch Encyclopedias and Their Sources (1724-1984). In: SALO, M. (ed.) *100 Years of Gypsy Studies*. Maryland, Gypsy Lore Society, North American Chapter, 1990.

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações sobre a categoria étnica cigano, realçando que aqueles identificados por ela possuem consideráveis diferenças sociológicas e culturais entre si. A partir de uma pesquisa etnográfica que compreende famílias que se autoclassificam como *calon*, *horarano*, *kalderash* (entre outras formas de autodesignação) e, sobretudo, lideranças políticas, exponho a relação entre classificações estatais, práticas transnacionais e sujeitos cujo processo de construção identitária tem a ver com a identidade cigana geral, fortemente marcada por estereótipos.

Palavras-chave: cigano; classificações; identidade.

ABSTRACT

This article presents some considerations on the ethnic gypsy category highlighting that those identified by it have considerable cultural and sociological differences among each other. Based on an ethnographic research that includes families that classify themselves as *calon*, *horarano*, *kalderash* (among other forms of auto designation) and political leaderships, this article shows the connections between state classifications, transnational practices and subject whose process of identity constructions is related to general gypsy identity.

Keywords: Gypsy; identity; category.

Escrita afirmativa

Reflexões sobre a produção literária elaborada e consumida por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

*Maria Catarina Chitolina Zanini **

Este artigo¹ tem por objetivo efetuar algumas breves reflexões acerca dos diálogos possíveis entre Literatura, Antropologia e Estudos Migratórios, e a forma como se pode, por meio do estudo da literatura produzida (e consumida) pelos próprios grupos, compreender mais sobre eles mesmos, e suas experiências individuais e coletivas, e como estas passam a fazer parte de determinadas estruturas de significado, mais amplas, ou não. Meu estudo se efetivou entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil), com quem desenvolvo pesquisa etnográfica desde os anos de 1996/97.² Estudar a produção literária dos grupos de imigrantes que vieram para o Brasil é, de um modo geral, algo ainda por fazer. Minha inspiração para tal empreitada veio das reflexões efetuadas por Seyferth (2004, 2005) acerca da literatura produzida por descendentes de imigrantes alemães no Brasil. Escrever e ler, com certeza, torna-os produtos e produtores de muitas outras significações sociais, que cabe, aos estudiosos dos processos migratórios, conhecer e analisar. Penso que tal produção literária pode auxiliar no melhor entendimento dos processos de eleição de pertencimentos étnicos,³ e também de como estes sujeitos interpretam seu processo colonizador no Brasil. Para estas populações, escrever não é uma atividade cotidiana, ainda hoje, mas sim, algo que envolve ritualidades, reflexões (individuais ou coletivas), algum elemento motivador maior; enfim, eu diria que em relação ao ato de escrever há, ainda, um universo a ser mais bem compreendido, que envolve uma

* Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

maior intimidade com as trajetórias de vida individuais, familiares e também grupais.

Compreendo que o escrito pode revelar trânsitos (PRATT, 1999) e deslizamentos por entre seus ditos, como ressalta Bhabha (2001, p. 27). Observo, igualmente, que os critérios para consideração de tais escritos literários não são seu valor estético (vide HUBER, 1993), mas sim, a história particular que cada um desses produtos revela acerca de seus autores, situações de escrita e finalidade de publicação. Essa produção literária é vasta, diversa, circula entre os descendentes (e mais além, também), e já é reconhecida como um elemento importante de sua própria autoidentificação. Além da escrita, não se pode negligenciar seu acompanhamento, a leitura, que, sendo uma atividade socialmente construída (CHARTIER, 2002), tem também adquirido um papel importante entre os descendentes de italianos, atualmente. Dessa forma, o crescimento dessa literatura, sua produção, circulação e consumo, criaram um mercado editorial próprio no Estado.

Conheci e passei a consumir a produção literária de descendentes de imigrantes, quando de minha pesquisa de campo na região central do Rio Grande do Sul, em 1997. Fui apresentada a um grande número de memórias, livros, livretos e outras edições que eram colocados como parte importante da vida das famílias, das localidades e de pessoas em particular também. Possuir um livro publicado era um sinal de prestígio muito grande em algumas famílias, o que me levava a pensar que “o livro” fosse algo que já estivesse nas estruturas de significado (vide GEERTZ, 1989) daqueles descendentes, e que fazer circular um livro impresso era, também, um sinal de prestígio e gerava distinção entre os descendentes.

No estado do Rio Grande do Sul, de uma forma geral, o aumento do número de publicações feitas por descendentes de imigrantes italianos cresceu depois das comemorações do Centenário da Imigração Italiana, em 1975. Nessa produção, podem ser citadas as receitas culinárias, os livros de rezas, autobiografias, memórias pessoais e familiares, história de localidades, genealogias, sagas familiares, cantos (os *cantici, canti*),⁴ provérbios e também tirinhas em quadrinhos,⁵ entre outros. Um personagem histórico muito importante, nessa produção literária, é o Frei capuchinho Rovílio Costa, responsável pela EST Editora, e relevante agente interétnico que estimulou muitos estudos, inclusive, facilitando a editoração e publicação dos mesmos.⁶ Há, porém, uma série de produções menos elaboradas e feitas “em casa”, pelos próprios descendentes.

A enormidade de estilos, formas e formatações desses escritos é evidente; minha investigação centrou-se, entretanto, na análise dos trânsitos entre identidades e produtos literários (ARCHETTI, 1994, p.14), buscando compreender como os descendentes conseguiram e/ou conseguiam traduzir “experience into text” (CRAPANZANO, 2004, p.22), transformando em palavras aquilo que viveram, ouviram, viram ou mesmo imaginaram. Em quê a escrita teria interferido em suas concepções de mundo e de si mesmos (cf. GOODY, 1968)? Como eles

transformavam o vivido em escrita? Quem escrevia? Por quê? Para quem? Onde? Quando? Havia relações de poder envolvidas na arte de escrever? E na leitura? E na circulação de tais produtos? Muitas destas questões são reveladas pelos próprios autores que justificam o porquê da investida literária naquele momento específico de suas vidas. Além disso, durante minha pesquisa nos anos de 2007 e 2008, realizei entrevistas com alguns descendentes escritores.⁷

Italianos no Rio Grande do Sul: breves informações

A imigração italiana para o estado do Rio Grande do Sul iniciou-se maciçamente nos finais do século XIX, em 1875, quando as primeiras famílias de emigrados italianos foram atraídas e encaminhadas para a região serrana, fundando as três primeiras colônias (Princesa Isabel, Conde D'eu e Campo dos Bugres). Na região central do estado, próximo à cidade de Santa Maria, esse processo se deu a partir de 1877/78, com a criação da Colônia Imperial Silveira Martins. Tratava-se de migrações similares: os emigrados vinham em família, eram católicos em sua maioria, provenientes do norte da Itália e, em sua grande parte, camponeses pobres ou empobrecidos pela situação da Itália naquele momento específico (GROSSELLI, 1987). Grande parte daquelas populações era iletrada, mas destacavam-se alguns indivíduos com maior grau de instrução, tais como Julio Lorenzoni (1975), Andrea Pozzobon (1997) e Ancarani (s.d.), entre outros, que deixaram suas contribuições escritas acerca daquele momento histórico específico. Os dois primeiros migrantes mencionados deixaram memórias, que foram posteriormente traduzidas pelos seus descendentes, e publicadas. Era comum também a troca de cartas, como está registrado na obra *Os Povoadores da IV Colônia* (RIGHI et al., 2001).

A Itália, recém-unificada em 1870, não era um Estado nacional de fato. Era, em verdade, uma junção de diferentes grupos, com dialetos distintos, e regionalidades específicas. Um dos grandes elementos que os unia era a catolicidade (cf. DE BONI e COSTA, 1980), que favorecia uma coesão entre eles. Compreendo que a noção de “italiano” foi algo que se desdobrou e adquiriu significado no decorrer do processo migratório, na medida em que eles interagiam com os “brasileiros”. Assim, passaram a se perceber e a se referir a si mesmos coletivamente (e adscritivamente) de uma forma diferenciadora dos “nativos” e também dos demais grupos de imigrantes já existentes na região, tais como alemães, poloneses, espanhóis e outros (ZANINI, 2006).

Quando do período do Estado Novo (1937-1945), houve repressão aos descendentes de imigrantes italianos no país como um todo, fazendo-se sentir no Rio Grande do Sul também. Em 1942, o Brasil entrara na II Guerra Mundial, lutando contra o Eixo, formado por Itália, Japão e Alemanha, e os descendentes destes grupos, em nível nacional, foram compreendidos pelo governo brasileiro como “perigos”. Uma vigilância passou a ser exercida sobre essas populações, com presença de aparato policial (SEYFERTH, 1997; CANCELLI, 1994). Naquele

período, ocorreu o que denominei de *varredura cultural* (ZANINI, 2005, 2006), momento em que muitas famílias destruíram seus vestígios materiais de pertencimentos, tais como fotos, documentos, rezas, cartazes, móveis, enfim, uma enormidade de objetos que passaram a ser considerados perigosos, pois podiam revelar pertencimento.

Escrever para existir?

Na produção literária escrita e tornada pública, observo haver uma tentativa de expressão das subjetividades e de expressões de si, que em determinadas obras se revela mais forte e noutras está presente em tom mais implícito. Compreendendo que as subjetividades, emoções e sentimentos são aprendizados coletivos, salienta-se o quanto o ato de escrever pode adquirir um valor específico no interior de um grupo marcado historicamente por uma forte vivência religiosa católica. Como descendentes de famílias camponesas, o letramento, para muitos desses indivíduos, foi uma conquista de gerações e que deveria estar devidamente registrada como um símbolo do sucesso migratório. Nas palavras de Bourdieu (In: CHARTIER, 1993, p.281), “le pouvoir sur le livre, c’est le pouvoir sur le pouvoir que exerce le livre” (« o poder sobre o livro é o poder sobre o poder que o livro exerce »). Assim, o livro, enquanto um processo que pode envolver a família toda, ou pode ser solitário, cristaliza um processo de ascensão social e pode tornar público um processo migratório tido como de sucesso. O livro pode representar, em alguma medida, também uma tecnologia para a construção e manifestação da subjetividade, que, para Foucault (1982), vem acompanhada de disciplinas e controles. Assim, a escrita necessita ser conhecida, reconhecida e exercida, para ser partilhada.

O que esses livros guardam e/ou revelam, para serem considerados tão importantes? Por que alguns se tornam *best-sellers* locais? Compreendo que eles acabam por materializar um patrimônio humano em movimento: antepassados, nomes, casamentos, nascimentos e mortes, narrados num tempo e espaço específicos. Eles são construtores de memórias e, ao mesmo tempo, são memórias construídas que permitem sobre si mesmas uma enormidade de releituras. Por memória, compreendo, conforme Halbwachs (1990), a leitura do passado elaborada no presente; ou seja, leituras possíveis encaminhadas pelos agenciamentos de sentido dos descendentes no tempo/espaço em que estão inseridos contemporaneamente. Herdeiros de uma tradição mais voltada para o grupo do que para os projetos individuais, alguns desses relatos apresentam o que denomino de narrativa “filho de” em que os indivíduos compreendem a si mesmos e querem ser situados partindo de sua posição familiar e/ou grupal.

A família, como elemento importante de coesão grupal e também de eixo formativo da pessoa, é algo constante nos escritos. Um poema que exemplifica, de certa forma, esta linha de pertencimento foi escrito pela autora Regina Toaldo Agostini:⁸

FILHO DE IMIGRANTE

Minha mãe trouxe da Itália
Minhas fraldas de algodão
Fiou um saco de palhas
Para encher o meu colchão.

Meu pai, da madeira tosca
O meu berço cinzelou
Colhi frutos da videira
Nos braços do meu avô.

São fortes e calejadas
As mãos que abrem caminhos
Mas que se tornam suaves
Pra me tocar com carinho.

Os braços que me carregam
Também carregam o trigo
Como galhos, não se vergam
No afã de me dar abrigo.

Os olhos que me vigiam
São gotas de azul profundo
São estrelas que me guiam
Pelos atalhos do mundo.

Sou uma centelha de amor
Acesa em terra distante
Gerando luz e calor
Numa família imigrante.

As flores azuis dos vales
A sombra dos seus abetos
A seiva dos verdes caules
Eu saúdo em dialeto.

(Espirais de Prata, 1999, p.53-54)

Oriundos do mundo camponês europeu, aqueles imigrantes que vieram para o Brasil, em finais do século XIX, tinham, ainda, poucas noções individualistas. Sua forma de vida orientada para a organização familiar fazia com que os projetos individuais fossem menos importantes do que os projetos coletivos do grupo. Assim, a ideia de “filho de” representa um pouco desse valor delegado à família e a uma ascendência que remetia a noções de honra, de valores cristãos e de

uma moral bastante rigorosa, na qual o grupo posicionava os indivíduos e lhes delegava, de certa forma, uma possível trajetória de vida.

Conforme observado no poema de Onilse Noal Pozzobon,⁹ denominado *Um Massolino di Fiori* (nome de um importante *cantici* dos descendentes), deixar escrito um tributo aos antepassados é algo considerado relevante e fonte inspiradora de poesia:

No repique dos sinos
O eco da saudade...
Na melodia
Sonhos de aventura...
Nas mãos unidas
Muita esperança...

A arte,
A música,
A fé,
Se mesclam
Fazendo parte da história
De um povo forte
Que do além mar (*sic*)
Trouxe na bagagem,
Principalmente,
A vontade de vencer.

MÉRICA... MÉRICA... MÉRICA...
Na melodia do passado,
O grito crescente do imigrante,
Rompe o silêncio
Se faz presente...
Compondo com harmonia
Um painel
Onde (*sic*) a complexidade da vida
Pincela
Os primeiros toques da aurora...

O eco se expande.
As mãos se juntam.
O chão se ilumina.
O condor encontra seu espaço.
Ao longo dos caminhos
Prolifera abençoado.

(*Um lindo ramalhete de flores*, 1999, p.74-75).

Outro elemento importante, nessas criações literárias – como já foi por mim analisado noutro artigo (ZANINI, 2009) –, são as constantes invocações ao mundo religioso, presente no universo de origem italiano. São poucos os escritos que não remetem à religiosidade e a todo o universo que a circundava. Ela era um elemento formador daqueles imigrantes enquanto sujeitos. Estava presente desde antes de seu nascimento, bem como em seu crescimento e em sua socialização como um todo:

“Em casa do vovô, após o jantar e a reorganização da cozinha a cargo da equipe feminina, as três gerações da família reuniam-se em círculo, na sala, para rezar o Rosário.

As cinquenta Ave-marias e os Pais-Nossos, mais cantados que recitados, em latim, e mais as orações complementares, entretinham o grupo de orantes por quase uma hora.

Todos ajoelhados nas tábuas do assoalho e debruçados sobre o assento de cadeiras coloniais, únicos móveis da sala, aguardavam o sinal da Cruz que silenciaria as brincadeiras das crianças. O vovô, com sua bonita voz de baixo e a vovó quase um soprano, repetiram muitas vezes: “Ave Maria, gratia plena...” Filhos, noras e netos concluíram em coro: “Santa Maria, Mater Dei...”

Se, naquela hora, eventuais retardatários passassem pela estrada, recolheriam, junto com o sereno, a certeza de que, antes de dormir, aquela família louvava o “senhor” e a “madona”, pedia-lhe chuva em época de seca e, bom tempo, quando os arroios transbordavam e invadiam as plantações.

Camilo e seus primos, embalados pela monotonia da cantilena rezada, cabeceavam de sono já antes de chegar ao segundo Mistério” (LOVATO, 1988, p.27).

Para as gerações contemporâneas de descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, a religiosidade é um sinal diacrítico distinto do que foi para seus antepassados, mas com certeza é ainda muito forte de um modo geral. Na tríade terra, trabalho e religião, pode-se dizer que há ressignificações históricas, mas os elementos justificadores ainda se mantêm, embora de forma diversa daquela presente no universo dos pioneiros imigrantes. A religiosidade é um dos universos que se mescla com outras dimensões da vida, nas construções literárias, especialmente nas questões que geram culpa e sentimento de que não houve um retorno ao que era deles esperado pelo grupo. A reflexividade propiciada por meio da vivência da catolicidade e seus confrontos com o mundo contemporâneo é por mim compreendida como um dos elementos que podem ter contribuído para o ato da escrita. Por meio dela, os indivíduos exteriorizam e conseguem trabalhar suas subjetividades em contraste com um mundo, por vezes, distante daquele de suas origens. O passo seguinte, o da edição e

publicação dos escritos – como foi por mim observado –, torna-se um exercício coletivo (entre casais, pais e filhos, avós e netos, e, por vezes, a parentela mais ampla). Por este motivo, uma de minhas questões sempre foi: por que publicar? Há motivos vários, múltiplos, mas todos remetem à força da ancestralidade em suas vidas, para o bem ou para o mal.

Considerações Finais

Embora duas produções escritas, apresentadas neste *paper*, sejam de autoria de mulheres, a produção feminina é muito inferior à masculina. Os autores costumam ser homens, com alguma instrução, e que já haviam passado por processo de ascensão social no trajeto de mais de um século de colonização no estado. Foram por mim analisadas, até o momento, mais de 200 obras produzidas no estado do Rio Grande do Sul, com edições de 1975 até o momento atual. Há, ainda, uma enormidade de material a ser analisado, cujo crescimento é algo constante e impressionante. Concordo com Gardelin (1988), ao afirmar ser necessário um novo levantamento literário de toda essa produção; e é difícil para alguém como eu, que não é uma estudiosa da Literatura especificamente, classificar tal produção.

Um dos elementos que considero importante ser analisado na referida produção é a relação de poder quando os próprios sujeitos tomam para si a tarefa de escrever suas histórias. Nesse sentido, entendo que a atividade da escrita, sua edição e publicação constituem uma ação de afirmação de uma identidade tida como ainda pouco conhecida. Um dos objetivos seria, com certeza, dar visibilidade positiva ao descendente do imigrante italiano no estado. Além disso, não se pode esquecer que, ao recontar as histórias, criam-se versões que podem entrar em conflito com aquelas vigentes na historiografia oficial, e também que as narrativas dessas memórias se tornam documentos importantes para os estudiosos que desejam ter conhecimento de múltiplos pontos de vista. Esses escritos favorecem, produzem e são produtos de toda uma partilha de construções de memórias que resultam na constante reivindicação de uma italianidade no estado do Rio Grande do Sul, já bastante organizada em formas de associações, círculos, entre outras. Com certeza, escrever traz retornos aos escritores, sejam sociais, pessoais, ou mesmo, como apontam alguns, revela o simples prazer que o ato de escrever propicia.

Notas

- 1 - Este artigo foi apresentado, originalmente, no evento VIII RAM (Reunião de Antropologia do MERCOSUL), ocorrido em Buenos Aires, no ano de 2009. Nele, foram inseridas as sugestões advindas do debate. Ele constitui o resultado parcial de minha pesquisa de Pós-Doutoramento, realizada de 2007 a 2008, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ, sob a orientação da Profa. Dra. Giralda Seyferth.
- 2 - Considero importante informar que também sou descendente de imigrantes italianos

no Rio Grande do Sul, e que meus estudos são, geralmente, acompanhados de vigilância epistemológica acerca do “fazer etnográfico” entre iguais.

3 - Compreendo os descendentes de italianos enquanto grupo étnico, uma vez que reivindicam uma origem diferenciada e possuem, num sentido weberiano (WEBER, 1994), a crença numa origem comum, além de estabelecerem fronteiras adscritivas entre si e os outros (cf. BARTH, 2000).

4 - Um exemplo deste tipo de publicações é a obra *100 - Cento Canti talini*, organizado pelo Padre Clementino Marcuzzo (s.d).

5 - No âmbito desse gênero literário, pesquisei a obra de Carlos Iotti, criador do personagem *Radicci* e sua família (a esposa Zenoveva, o nono Guilhermino, e o filho, jovem universitário). Suas tirinhas são publicadas em jornais no sul do país (*Zero Hora*, *Diário de Santa Maria*, *Diário Catarinense*).

6 - Pode-se dizer que Frei Rovílio Costa foi um dos estudiosos que, com certeza, percebeu a importância de os descendentes deixarem seus escritos registrados e publicados.

7 - Estas entrevistas foram fonte de dilemas metodológicos também. Algumas delas foram efetuadas na forma clássica “face to face”, e outras foram feitas “on line”, via e-mail.

8 - Pelas informações contidas na obra *Espiraís de Prata*, sabe-se que a autora nasceu em São Sepé (RS), no ano de 1917. Foi professora em Arroio Grande e Santa Maria, e, poetisa reconhecida, teve algumas de suas criações musicadas.

9 - Pelas informações contidas na publicação, a autora, nascida em 1948, seria natural de Santa Maria. Formada em História, foi professora e colaboradora nos jornais locais.

Referências

- AGOSTINI, Regina Toaldo. *Espiraís de Prata*. Santa Maria: Gráfica Palotti, 1999.
- ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. *Revista Comemorativa do Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria-RS 1814-1914*. [s.l; s.d.].
- ARCHETTI, Eduardo (ed). *Exploring the written*. Anthropology and the multiplicity of writing. Oslo: Scandinavian University Press, 1994.
- BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 25-67.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1994.
- CHARTIER, Roger e BOURDIEU, Pierre. La lecture: une pratique culturelle. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger. *Pratiques de la lecture*. Paris: Edition Payot & Rivages, 1993, p. 267-294.
- CHARTIER, Roger. História e literatura. In: *A beira da Falésia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 255-271.
- CRAPANZANO, Vincent. *Imaginative Horizons*. An essay in literary-philosophical Anthropology. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- DE BONI, Luis Alberto. & COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: EST/ Caxias: Universidade de Caxias, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GARDELIN, Mário. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1988.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlandia, 1994.
- GOODY, Jack (org). *Literacy in traditional societies*. Cambridge University Press, 1968.

- GROSSELI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer*. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HUBER, Valburga. *Saudade e Esperança*. O dualismo do imigrante alemão em sua literatura. Blumenau: Editora da FURB, 1993.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- LOVATTO, João A. *Trem de argila*. Porto Alegre: Posenatto Arte & Cultura, 1988.
- POZZOBON, Andréa. Uma odisséia na América. In: POZZOBON, Z. F. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- POZZOBON, Nilse Noal. *Momentos*. Santa Maria: Gráfica Palotti, 1999.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- RIGHI, José Vicente et al. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, nº 1, 1997, p. 95-131.
- SEYFERTH, Giralda. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, nº 22, 2004, p. 148-198.
- SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: DEMARTINI, Zeila et al. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos, EdUFSCAR, 2005. p.13-52.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. In: DALMOLIN, C. (org.). *Mordaca verde e amarela*. Santa Maria: Palotti, 2005. p.113-128.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria: EdUFMS, 2006.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Fé escrita: elementos literários da imigração italiana no Rio Grande do Sul (Brasil). Trabalho apresentado no III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos culturais e Hibridações. *Anais/CD*, 2009.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol.1. 3ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1994.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a forma como a literatura produzida e consumida por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul tem dialogado com seus processos identitários e de construção de memórias. Por meio desses escritos observa-se que há um processo de resistência e de tentativa de narrarem a si mesmos, como agentes de suas existências e historicidades.

Palavras-chave: literatura; italianos; memórias.

ABSTRACT

This article aims to analyze the way by literature is consumed and produced by descendants of Italian settlers in Rio Grande do Sul state (Brazil). In addition, we analyze how this process has influenced identity processes and the construction of memory. These writings are part of a resistance process in which they try to narrate themselves, their historicities and discourses about their existences.

Keywords: literature; italians; memories.

Trabajadores migrantes del Cono Sur de América Latina residentes en Argentina y Brasil

*Gabriela Adriana Sala **

A comienzos del Sigo XXI Argentina continuaba siendo un país con una tradición marcada en la captación de migrantes poco calificados de la región y Brasil mostraba una presencia exigua de migrantes regionales, entre quienes predominaban los de escolarización media y alta.

En el año 2001 fueron censados en Argentina 233.464 bolivianos, 34.712 brasileños, 212.429 chilenos, 325.046 paraguayos y 117.564 uruguayos, que totalizaban 923.215 migrantes limítrofes. En el año 2000, en Brasil fueron censados 28.822 paraguayos, 27.531 argentinos, 24.740 uruguayos, 20.388 bolivianos y 17.131 chilenos. En ambos países, durante el último período intercensal, la presencia de bolivianos y paraguayos creció a mayor ritmo que la de otros migrantes de países del Cono Sur.

Este artículo identifica diferencias y transformaciones en el perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil, a partir de información proveniente de los últimos censos demográficos de estos países. También se refiere a la sobrecalificación de los trabajadores migrantes y nativos y a las características de la inserción laboral de quienes concluyeron estudios. Finalmente comenta algunos hallazgos sobre las diferencias salariales de migrantes y nativos en ambos países.

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (Conicet) – IDES.

El nivel de instrucción¹ de los migrantes regionales residentes en Argentina y Brasil

Los migrantes regionales residentes en Argentina tenían menos escolaridad que la población residente en este país, mientras que en el Brasil, quienes provenían de Argentina, Bolivia, Chile y Uruguay, tenían mayor escolaridad que la población residente. La escolaridad de los paraguayos residentes en Brasil se asemejaba al de la población total censada en ese país.

En Argentina, casi la mitad de los hombres y cuatro de cada diez mujeres del total de población tenían escolaridad baja. Un poco más de un tercio de los bolivianos y paraguayos, la mitad de los brasileños y tres de cada diez chilenos no habían concurrido a establecimientos educativos o los habían abandonado antes de concluir estudios primarios. Tenían nivel de instrucción bajo cuatro de cada diez hombres bolivianos, un poco más de un cuarto de los brasileños, casi la mitad de los chilenos y un poco más de la mitad de los paraguayos y uruguayos. Casi tres de cada diez uruguayos y un quinto de los bolivianos tenían estudios secundarios completos y terciarios o universitarios incompletos. Cuatro de cada diez bolivianas y brasileñas y casi un tercio de las paraguayas tenían nivel de instrucción muy bajo. Tenían nivel de instrucción muy bajo o bajo casi el 80% de las bolivianas, 71% de las brasileñas, 77% de las chilenas, 86% de las paraguayas y 59% de las uruguayas. La instrucción de las mujeres bolivianas era menor que la de los hombres del mismo origen. Entre los migrantes regionales, el porcentaje de migrantes con estudios superiores concluidos era mayor entre los nacidos en Brasil y Uruguay y menor que en la población total clasificada por sexo.

En Brasil, los nacidos en Paraguay se concentraban en los niveles educativos más bajos. Los varones y mujeres nacidos en Chile y en la Argentina y los varones bolivianos y uruguayos estaban más concentrados en los niveles educativos medio y alto. Las mujeres de todos los grupos migratorios tenían menor instrucción que los varones del mismo origen. Los argentinos, bolivianos, chilenos y uruguayos tenían mayor escolaridad que el total de residentes en el Brasil, mientras que los nacidos en Paraguay mostraban mayor similitud. Los varones y mujeres argentinos, bolivianos, chilenos y uruguayos y los varones paraguayos presentaban un porcentaje mayor de personas con estudios superiores completos que el total de los residentes en Brasil. En Brasil, en 2000, los nacidos en Chile presentaban el mayor porcentaje de personas con estudios superiores concluidos (39,5%, entre los hombres y 33,8%, entre las mujeres). El porcentaje de migrantes calificados era también importante entre los argentinos (35,5%, entre los hombres y 30,7%, entre las mujeres); los bolivianos (34,1%, entre los varones y 19,5%, entre las mujeres) y los uruguayos (19,8%, entre los hombres y 15,7%, entre las mujeres).

Entre quienes se radicaron en Argentina a partir de los años setenta cayó la participación de aquellos con instrucción muy baja y creció la de quienes tenían escolaridad baja y media. Entre los migrantes regionales que se radicaron en Brasil durante los años ochenta y noventa creció el porcentaje de los menos

escolarizados y de trabajadores insertos en ocupaciones menos calificadas. No obstante, entre los argentinos, chilenos y uruguayos de ambos sexos y los hombres bolivianos, continuaban predominando las personas con instrucción media y alta. Los migrantes paraguayos censados en Brasil mayoritariamente presentaban escolaridad muy baja y esta característica se mantuvo en las diferentes cohortes.

En Brasil, entre los migrantes de ambos sexos argentinos y bolivianos se observó una diferencia en la escolaridad de los pioneros y de los nuevos migrantes, menos escolarizados a medida que el tamaño de las cohortes aumentaba. En Argentina ocurrió un fenómeno claramente diferente, ya que las nuevas cohortes en general presentaban mayor escolarización y calificación laboral que sus predecesoras y estas mejoras coexistieron con aumentos y reducciones en los tamaños relativos de las cohortes.

En ambos países, la escolaridad de los migrantes bolivianos y paraguayos de ambos sexos y de las mujeres uruguayas que se radicaron durante el período 1990-2000/1 tendió a aproximarse a la de la población nativa. En Argentina continuó siendo menor y en Brasil, sólo los hombres y mujeres paraguayos tenían menos instrucción que la población residente total. En ambos países, aunque especialmente en Argentina persistía la segregación laboral de los trabajadores migrantes, en relación a la mano de obra nativa, pese a la mayor convergencia de la escolaridad de los migrantes regionales con la del total de población residente.

Segregación laboral

En Argentina, en el año 2001, persistía la concentración de los trabajadores limítrofes en ramas como la agricultura, construcción, manufactura, comercio y servicio doméstico. Actividades vinculadas a la agricultura, ganadería y pesca concentraban a casi un cuarto de los hombres bolivianos, casi a la mitad de los brasileños, a 14% de los chilenos, a un cuarto de las brasileñas y a 13% de las bolivianas. La construcción concentraba a un cuarto de los trabajadores brasileños y a un cuarto de los chilenos, a casi un tercio de los paraguayos y 11% de los uruguayos. En la industria manufacturera se insertaban casi un quinto de los trabajadores bolivianos, 10% de los trabajadores brasileños, 14% de los chilenos, 17% de los paraguayos y 16% de los uruguayos. La mayoría de las trabajadoras bolivianas, chilenas, paraguayas y uruguayas se insertaba en el servicio doméstico, rama que concentraba a un poco más de un cuarto de las trabajadoras bolivianas, a más de un tercio de las chilenas, a seis de cada diez paraguayas y a un quinto de las uruguayas. Comercio y reparación de bienes congregaban a 13% de los hombres bolivianos, 15% de los chilenos, 15% de los paraguayos, un quinto de los uruguayos y a un quinto de las trabajadoras bolivianas. Casi un quinto de los varones nativos se insertaba en el comercio y reparación de bienes, 15% en la industria manufacturera y 12% en agricultura,

ganadería y pesca, casi 10%, en los servicios de transporte, almacenamiento y comunicaciones y 10% en la administración pública. Entre las mujeres nativas, casi un quinto se dedicaba a la enseñanza, casi 16% al servicio doméstico, 16% al comercio y reparación de bienes y 10% a los servicios sociales y de salud.

En Brasil, la mayoría de los hombres nacidos en este país y en Paraguay trabajaba en la agricultura (23% y 32%, respectivamente). Los argentinos y uruguayos estaban concentrados en actividades comerciales y de reparación de vehículos automotores, objetos personales y domésticos (17,4% y 26%, respectivamente). Los nacidos en Bolivia y Chile se insertaban en la industria de transformación (33% y 26%, respectivamente). Entre las mujeres ocupadas, naturales de Brasil y Paraguay, la mayoría trabajaba en el servicio doméstico (19% y 32%, respectivamente). La mayoría de las trabajadoras argentinas y chilenas se insertaba en educación (18% y 21%). Las mujeres bolivianas se concentraban en la industria de transformación (33%) y las uruguayas, en el comercio y reparación de vehículos automotores, objetos personales y domésticos (23%).

En Argentina la inserción por ramas de los varones y mujeres chilenos y uruguayos era semejante a la de los hombres y mujeres argentinos. Las mayores diferencias con la mano de obra nativa correspondían a los trabajadores bolivianos, en este caso, una población con muy baja escolarización, mientras que en Brasil se detectan entre los trabajadores chilenos, grupo migratorio muy escolarizado. En Brasil, los trabajadores paraguayos (especialmente hombres) estaban menos segregados en ramas específicas del mercado de trabajo. En ambos países, dentro de estos subgrupos poblacionales era mayor la segregación laboral de las mujeres. En el mercado de trabajo argentino estaban más integrados los chilenos y uruguayos, que provenían de las dos poblaciones que en los noventa registraron crecimiento negativo; mientras que en el mercado brasileño era mayor la integración de los trabajadores paraguayos, que formaban parte del grupo migratorio regional que mayor crecimiento registró durante esa década. En Argentina estaban más segregados los trabajadores bolivianos y esta población registró un importante crecimiento durante los noventa. En Brasil, era la segregación de los trabajadores chilenos, población que registró tasas de crecimiento negativas en el período 1991-2000.²

En Argentina, el censo 2001 mostró la permanencia de patrones de inserción selectivos de algunos grupos migratorios en algunas ramas. Con relación a los trabajadores argentinos, se destaca la concentración de hombres y mujeres bolivianos y brasileños en la agricultura y de los hombres bolivianos, paraguayos y chilenos en la construcción. En el servicio doméstico estaban sobrerrepresentadas las mujeres bolivianas, chilenas, paraguayas y uruguayas, destacándose el mayor nivel de segregación en esta rama de las nacidas en Paraguay. En la industria manufacturera sólo es destacable la sobrerrepresentación de los hombres y mujeres nacidos en Bolivia y Paraguay, con relación a los trabajadores argentinos. En el comercio estaban ligeramente sobrerrepresentadas las mujeres bolivianas y paraguayas y los hombres uruguayos. Casi todos los grupos migratorios, a

excepción de los varones bolivianos, estaban sobrerrepresentados en hotelería y restaurantes, pero ésta es una rama de escaso peso en la estructura ocupacional de los diferentes grupos. En Argentina, se destacan los niveles de segregación por rama de actividad de los trabajadores brasileños y bolivianos en agricultura, ganadería y pesca; de los trabajadores bolivianos, paraguayos y chilenos insertos en la construcción y de los uruguayos ocupados en actividades de servicios vinculadas a la hotelería y los restaurantes. El mayor nivel de segregación correspondía a las mujeres bolivianas, que estaban sobrerrepresentadas en la industria manufacturera, en el comercio y reparación de bienes y en el servicio doméstico. Es destacable la semejanza de la inserción por rama de las mujeres chilenas y uruguayas con las argentinas insertas en los servicios sociales y de salud, situación que podría relacionarse con la presencia de enfermeras y personal de servicios en clínicas y hospitales.

En Brasil las ramas con mayor sobrerrepresentación de los argentinos, bolivianos, chilenos, paraguayos y uruguayos, con relación a los trabajadores nativos, eran educación, salud y servicios sociales y otros servicios colectivos sociales y personales (no domésticos). La sobrerrepresentación era mayor, entre los trabajadores argentinos, en educación y servicios sociales y personales, chilenos, en educación y bolivianos, en salud y servicios sociales. Con relación a las trabajadoras nativas, es destacable la sobrerrepresentación de las mujeres bolivianas en la industria de transformación y de las paraguayas en el servicio doméstico, ya que ambas ramas concentraban a casi un tercio de las ocupadas de cada uno de esos países.

En Brasil, entre los hombres y mujeres argentinos, chilenos y uruguayos y los hombres bolivianos, la gran concentración en las ramas del sector servicios, posiblemente, se vincula a la mayor calificación y tiempo de residencia de muchos de ellos. La importante polarización de la distribución, según escolaridad, de los hombres bolivianos, queda en evidencia en la inserción por ramas de actividad económica. La información censal permite suponer la existencia de un antiguo proceso de migración de profesionales bolivianos, especialmente del área de la salud y un flujo más reciente de hombres y mujeres, con calificación media y baja, que se concentraban, mayoritariamente, en la industria. Los nacidos en Paraguay y una parte de los bolivianos mostraban un padrón de inserción por rama más desfavorable que los trabajadores brasileños, al concentrarse los migrantes de ambos países en la industria; los hombres paraguayos en la construcción y las mujeres paraguayas en el servicio doméstico (SALA, 2005).

En Argentina, en el año 2001, los trabajadores con calificación operativa constituían más de la mitad de los trabajadores argentinos y limítrofes y esta categoría concentraba a siete de cada diez bolivianos y paraguayos. Los argentinos presentaban los mayores porcentajes de trabajadores con calificación profesional y técnica, seguidos por los trabajadores brasileños y uruguayos (8% de los argentinos y brasileños y 6% de los uruguayos desarrollaban actividades profesionales). Sólo los nacidos en Chile y Bolivia tenían porcentajes más

elevados de trabajadores no calificados que los argentinos (15,9%, 15,4% y 14,6%, respectivamente). Entre las mujeres nativas y brasileñas predominaban las trabajadoras con calificación operativa y entre las bolivianas, chilenas y paraguayas, las trabajadoras no calificadas. Esta última categoría reunía a 45% de las bolivianas, a un poco más de la mitad de las chilenas, a dos tercios de las paraguayas, a cuatro de cada diez uruguayas y a 28% de las argentinas.

En el mercado de trabajo brasileño la mayoría de los hombres nacidos en Argentina y Chile eran profesionales de las ciencias y las artes. Entre los nacidos en Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay, la mayoría eran trabajadores de la producción de bienes y servicios industriales. Este grupo ocupacional concentraba a 30,1%, de los brasileños; 35,3% de los bolivianos; 35,6% de los paraguayos y a 20,2% de los uruguayos. En torno de 20% de los argentinos, 14% de los chilenos y uruguayos eran miembros superiores del poder público, gerentes, dirigentes de organizaciones de interés público y de empresas. Eran profesionales de las ciencias y de las artes en torno de 25% de los argentinos, 27% de los bolivianos, 23% de los chilenos, 14% de los uruguayos. Un quinto de los brasileños y de los uruguayos eran trabajadores de los servicios, vendedores del comercio en tiendas y mercados. Los nacidos en Chile, Argentina y Uruguay presentaban los mayores porcentajes de técnicos de nivel medio entre sus ocupados (18,8%, 13,7% y 12,4%, respectivamente). Estos porcentajes muestran que era muy importante la proporción de trabajadores calificados entre los ocupados nacidos en Argentina y Chile y, en menor medida, entre los nacidos en Bolivia y Uruguay. Paralelamente, la mayoría de los trabajadores paraguayos y parte de los uruguayos y bolivianos tenía ocupaciones poco calificadas. Sin embargo, también entre los paraguayos era importante el porcentaje de trabajadores calificados (20%). La mayoría de las mujeres nacidas en Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay eran trabajadoras de los servicios y vendedoras de comercio, en tiendas y mercados.

En Argentina eran mayores las semejanzas de la distribución según calificación de los hombres argentinos y uruguayos y de las mujeres argentinas y brasileñas. Las mayores diferencias con los trabajadores nativos de cada sexo correspondían a los hombres bolivianos y paraguayos y a las mujeres paraguayas. En Brasil eran más semejantes las estructuras ocupacionales de los hombres y mujeres brasileños y los trabajadores nacidos en Paraguay y mayores las diferencias entre los trabajadores nativos y los ocupados chilenos. Se destaca la mayor segregación en la estructura ocupacional brasileña de las trabajadoras chilenas.

La inserción de los migrantes regionales en los mercados de trabajo de ambos países presenta indicios de segregación por rama de actividad y ocupación. En general era mayor la segregación laboral por rama de los migrantes censados en Argentina, a excepción de los hombres y mujeres chilenos y de los hombres bolivianos, que estaban más segregados en el mercado laboral brasileiro. Los niveles de segregación detectados entre los migrantes limítrofes residentes en Argentina se explican por la inserción en ramas de actividad mano de obra intensivas, como la construcción, la industria manufacturera, el servicio doméstico

y en menor medida, en actividades vinculadas a la hotelería y los restaurantes.

Mientras en Argentina la segregación de los migrantes en ramas mano de obra intensivas y ocupaciones menos calificadas se tradujo en peores condiciones de empleo que las de los trabajadores nativos; en Brasil, la segregación laboral de chilenos, argentinos y uruguayos los ubicaba en una situación relativamente más beneficiosa. En ese país, sólo los trabajadores paraguayos y una parte de los bolivianos, compartían con los nativos la inserción más desfavorable en el mercado de trabajo.

Sobrecalificación de los trabajadores migrantes³

En la literatura internacional, fue señalada la subutilización de la escolaridad y experiencia de los trabajadores extranjeros al insertarse en ocupaciones que requieren menor calificación que la que poseen. Esta situación en parte se explica por la carencia de canales de incorporación al mercado de trabajo de la sociedad receptora, el insuficiente conocimiento del idioma del país de destino y por la existencia de barreras formales que limitan el acceso a las profesiones de ejercicio regulado, como la medicina, el derecho o la ingeniería. En ellas, las asociaciones profesionales obligan a revalidar, en el país de acogida, los estudios y la experiencia obtenidos en el extranjero (GIRARD y BAUDER, 2005).

Durante los años noventa, el incremento de la presencia de migrantes de países del Cono Sur en Argentina y Brasil coincidió con mejoras en la escolaridad de las poblaciones y de la fuerza de trabajo de ambos países. Durante la segunda mitad de esa década el mercado de trabajo argentino mostró síntomas evidentes de crisis (desempleo creciente, precariedad laboral y deterioro salarial). En este contexto, el crecimiento de la oferta de trabajadores más escolarizados, contribuyó a incrementar la sobrecalificación de los ocupados. En Brasil el incremento de la escolaridad y de la sobrecalificación de la fuerza de trabajo se produjo en un contexto menos recesivo que el argentino.

En Argentina, la estimación de la sobrecalificación a partir de la comparación de la calificación de la ocupación y el máximo nivel de instrucción alcanzado indica que los varones con nivel de instrucción medio y alto nacidos en Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay; las mujeres oriundas de los mismos países con instrucción baja, media y alta y las mujeres brasileñas con instrucción media y alta tenían mayor porcentaje de trabajadoras sobrecalificadas que el total de la población residente. En ambos sexos, las mayores brechas correspondían a los nacidos en Bolivia y Paraguay con escolaridad media y podrían explicarse por la sobrecalificación de los migrantes que arribaron durante los noventa, que mayoritariamente tenían nivel de instrucción medio.

En Brasil, entre los ocupados nacidos en países del Cono Sur, los mayores porcentajes de trabajadores sobrecalificados correspondían a los chilenos y argentinos y los menores, a los paraguayos, aunque casi un cuarto de los trabajadores paraguayos estaban sobrecalificados. Los inmigrantes del Cono

Sur, a excepción de las mujeres paraguayas tenían un porcentaje mayor de trabajadores sobrecalificados que los trabajadores brasileños del mismo sexo. En este país, la sobrecalificación estaba asociada a la mayor escolaridad de los argentinos, bolivianos, chilenos y uruguayos.

Los datos del censo brasileño apoyan las hipótesis de la literatura migratoria, sobre la mayor propensión de los trabajadores migrantes a estar sobrecalificados, pero introducen una consideración referida a los menos escolarizados, ya que una porción sustancial de los nacidos en Paraguay, mayoritariamente de muy baja escolaridad, estaban subcalificados. En Argentina, sería posible llegar a una conclusión semejante.

La incidencia de la sobrecalificación de los migrantes calificados era mayor en Brasil que en Argentina. Es posible concluir que la sobrecalificación de los trabajadores migrantes calificados, además de relacionarse con factores derivados de la dinámica del Mercado laboral, resulta de limitaciones legales para el ejercicio de las profesiones reguladas y/o de las barreras idiomáticas. La existencia de barreras idiomáticas es especialmente pertinente para explicar el alto porcentaje de migrantes sobrecalificados viviendo en Brasil y de mujeres profesionales brasileñas residentes en Argentina. En el último caso, ellas habrían migrado fuera de los esquemas de contratación transnacionales, que podrían haber garantizado una inserción laboral coincidente con su escolaridad, como en el caso de muchos hombres brasileños.

Inserción laboral de migrantes del Cono Sur con estudios superiores completos⁴

La mayoría de los migrantes limítrofes calificados residentes en Argentina desempeñaban ocupaciones relacionadas con la salud y sanidad, la educación y ocupaciones administrativas, legales, contables y financieras, que requería una escolaridad promedio acorde a la que poseían. Por otro lado, se observó un pequeño porcentaje de migrantes calificados insertos en los nichos laborales clásicos de los migrantes limítrofes, en ocupaciones de la construcción y la infraestructura, de la producción industrial y artesanal, de la comercialización y de la limpieza doméstica y no doméstica. Estas ocupaciones requerían menos escolaridad que la que poseían quienes habían concluido estudios superiores y exhibían notables niveles de precariedad. Ellas exhibían mayor concentración de migrantes limítrofes con estudios superiores completos que de argentinos con idéntica escolaridad.

Las ocupaciones relacionadas con el cuidado de la salud eran especialmente convocantes para los migrantes calificados de ambos sexos nacidos en Bolivia y Paraguay y para las mujeres uruguayas y chilenas. En este grupo ocupacional los varones migrantes tenían niveles de precariedad semejantes o menores a los de los argentinos y se destaca la mayor debilidad del vínculo laboral de las mujeres migrantes. También es remarcable la participación de los hombres brasileños,

chilenos y uruguayos en ocupaciones directivas, gerenciales y de comercialización y de las mujeres brasileñas en las ocupaciones de la educación.

En las ocupaciones administrativas contables y financieras, los migrantes limítrofes presentaban mayor precariedad que los argentinos del mismo grupo. En las ocupaciones de la educación se destaca la precariedad de la inserción laboral de las mujeres brasileñas y en menor medida, de los nacidos en Bolivia, Chile, Paraguay. Los nacidos en Chile, Paraguay y Uruguay vinculados a ocupaciones de otros servicios sociales básicos tenían un vínculo laboral más precario que el de los argentinos.

En Brasil, dos grandes grupos de ocupaciones concentraban a los migrantes calificados del Cono Sur. En primer lugar, es posible distinguir aquellas que requerían una escolaridad acorde a la de quienes completaron estudios superiores (ocupaciones profesionales de las ciencias biológicas y de la salud, de las ciencias exactas, físicas y la ingeniería, de la educación y las ciencias jurídicas, directores de compañías y organizaciones (excepto aquellas de interés público) y profesionales de las ciencias sociales y humanas). Por otro lado, se ubicaban aquellas que requerían en promedio menor escolaridad: ocupaciones directivas, los técnicos de nivel medio, gerentes, profesionales de la comunicación social, artistas y miembros de órdenes religiosas, profesores sin diploma, vendedores y proveedores de servicios comerciales.

En ese país la inserción en actividades vinculadas al cuidado de la salud era muy relevante entre los bolivianos y paraguayos. Los varones argentinos, chilenos y uruguayos también se concentraban en ocupaciones directivas. Los hombres y mujeres de los cinco grupos migratorios estaban sobrerrepresentados entre los profesionales de la educación, siendo remarcable la participación de los argentinos, chilenos y uruguayos.

La mayoría de los profesionales de la salud sudamericanos se radicaron en Argentina y Brasil durante los años setenta. A partir de entonces, en todos los grupos migratorios, a excepción de los nacidos en Bolivia, declinó la cantidad de personas que fijaron residencia en estos países. Tanto en Argentina como en Brasil se destacan los contingentes de médicos bolivianos, residentes en las jurisdicciones con mayor población y disponibilidad de profesionales de salud.

Entre los médicos migrantes del Cono Sur predominaban quienes efectuaban aportes a los sistemas previsionales. Sin embargo, en Argentina era muy importante el porcentaje de quienes tenían una inserción laboral precaria, especialmente, entre quienes habían migrado durante los años noventa. En Brasil, quienes recibían un salario y hacían aportes jubilatorios tenían mayor peso relativo entre los médicos chilenos, argentinos y uruguayos y menor entre los bolivianos. A diferencia de lo que ocurría en Argentina, la estabilidad de la inserción laboral no estaba relacionada con la mayor antigüedad de la residencia en Brasil.

La información censal mostró que Bolivia y Paraguay, países con muy baja disponibilidad de profesionales de salud exportaron médicos a países con

mayores recursos sanitarios, como Argentina y Brasil y que la emigración de profesionales de salud bolivianos se sostuvo en el tiempo. Argentina y Uruguay habrían alimentado flujos de profesionales de salud orientados hacia Estados Unidos y Europa y en mucha menor medida a Brasil, aunque cabe mencionar el carácter excepcional de las médicas y enfermeras uruguayas, que optaron por destinos regionales en Brasil y Argentina.

Ingresos de los trabajadores del Cono Sur en Brasil⁵

Los migrantes del Cono Sur presentaban mayor escolaridad que los trabajadores brasileños, pero este atributo era en media peor remunerado. Las ecuaciones mostraron que la sobrecalificación, en relación a la escolaridad media en la ocupación, reducía los ingresos y que la titulación universitaria anterior a la migración a Brasil era menos remunerada que la obtenida en universidades brasileñas.

El tiempo de residencia en el Brasil fue significativo en las ecuaciones de los bolivianos, chilenos y uruguayos e incrementaba los ingresos de estos trabajadores en un porcentaje muy bajo y menor al de la experiencia. La experiencia anterior a la migración era mejor remunerada que la obtenida en el mercado de trabajo brasileño, pero las diferencias eran destacables sólo entre los trabajadores chilenos y uruguayos y prácticamente inexpresivas, entre los argentinos, paraguayos y bolivianos. Esto permite concluir que, en el mercado de trabajo brasileño, para los migrantes del Cono Sur importaban la escolaridad y los estudios superiores concluidos en el Brasil. Eran menos relevantes el tiempo de residencia, la experiencia de trabajo y el país donde ésta fue adquirida.

La desigual distribución regional de los migrantes afectaba sus ingresos, ya que residir en la región. Sudeste mejoraba las remuneraciones de los trabajadores brasileños, uruguayos, chilenos, argentinos y bolivianos y, en menor medida, paraguayos. También se evidenció que la inserción en ocupaciones de dirección, profesionales y técnicas otorgaba a los trabajadores calificados ingresos notablemente superiores a los que recibían los ocupados no calificados de la misma nacionalidad.

En Argentina, el análisis de las diferencias salariales entre trabajadores argentinos y migrantes limítrofes, fue realizado a partir de información de la Encuesta Permanente de Hogares del segundo semestre del 2006 y mostró que los argentinos tenían en promedio mayor escolaridad, mayor proporción de trabajadores asalariados y de ocupados calificados, menor proporción de residentes en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), menor experiencia laboral y mayor salario promedio. Cada año de escolaridad incrementaba el ingreso de la ocupación principal alrededor de 4%, entre los argentinos y de 3%, entre los migrantes limítrofes. Los asalariados argentinos percibían ingresos 40% mayores que los patrones y trabajadores por cuenta propia; mientras que entre los migrantes limítrofes esta diferencia era del 42%. Los argentinos que

desempeñan ocupaciones calificadas tenían ingresos 90% mayores que sus compatriotas con ocupaciones no calificadas. Entre los trabajadores limítrofes esta diferencia era del 87%. Residir en el AMBA incrementaba el ingreso medio de los argentinos 18% y 6% entre los trabajadores limítrofes. Tanto entre los argentinos, como entre los nacidos en país limítrofe, cada año de experiencia incrementaba el ingreso en la ocupación principal en un 4%.

Notas

1 - Nivel de instrucción muy bajo: hasta primaria incompleta. Nivel de instrucción bajo, primaria completa o secundaria incompleta. Nivel de instrucción medio: secundaria completa o terciaria o universitaria incompleta. Nivel de instrucción alto: educación universitaria o terciaria completa.

2 - Las diferencias entre los migrantes nativos en ambos países fueron determinadas a partir del índice de asociación global, bajo un modelo log-lineal saturado, que permite determinar grados de segregación y de sobrerrepresentación en ramas y ocupaciones. Un desarrollo más extenso de la metodología y los resultados obtenidos puede ser consultados en Sala (2005 y 2008).

3 - Una explicación detallada de las metodologías empleadas para estimar la sobrecalificación de migrantes y nativos en Argentina y Brasil puede encontrarse en Sala (2009a).

4 - Las características de la inserción laboral de los migrantes con estudios superiores completos residentes en Argentina y Brasil fueron analizadas en detalle en Sala (2009b).

5 - Sala y Rios Neto (2008) analizaron la desigualdad en los ingresos de los hombres ocupados, nacidos en los países del Cono Sur de América Latina residentes en el Brasil y de los trabajadores brasileños, considerando variables como el tiempo de residencia en este país, la escolaridad, la experiencia de trabajo, la sobrecalificación, en relación a los requerimientos medios de la ocupación y la residencia en la región Sudeste del Brasil. También estimaron la existencia de formas de discriminación salarial entre los trabajadores migrantes y los brasileños.

Referencias

- GIRARD, Erik y BAUDER, Harald. *Barriers blocking the integration of foreign-trained immigrant professionals: implications for smaller communities in Ontario*. Guelph, Ontario: University of Guelph, Department of Geography, 2005. Disponible en: http://www.uoguelph.ca/geography/research/ffw/papers/immigrant_credentials.pdf
- SALA, Gabriela. *Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponible en: http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2005/Gabriela_Adriana_Sala.pdf
- SALA, Gabriela. Perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil. En: *Migraciones Internacionales*. Vol 1. Nº 15. Julio-Diciembre de 2008. El Colegio de la Frontera Norte, México. Disponible en: http://www.colef.mx/migracionesinternacionales/Volumenes/Vol4_No4/n1573-106.pdf
- SALA, Gabriela. Sobrecalificación de los migrantes del Cono Sur residentes en Argentina y Brasil". En: *Migraciones Internacionales*, Vol. 5, Núm. 17, Julio-Diciembre de 2009a. El Colegio de la Frontera Norte, México. Disponible en: <http://www2.colef.mx/migracionesinternacionales/revistas/MI17/n17-123-152.pdf>

SALA, Gabriela. Qualified migrants born in the Latin American's Southern Cone living in Argentina and Brazil. Paper presented in the *IUSSP 26th International Population Conference*, Marrakech, Morocco, 27 September to 2 October of 2009b. Disponible en: <http://iussp2009.princeton.edu/download.aspx?submissionId=91650>

SALA, Gabriela y RIOS NETO, Eduardo. Diferencias salariales entre trabajadores migrantes del Cono Sur de América Latina y trabajadores brasileños. En: MEICHTRY N. Pellegrino A. y BOLOGNA, E. (Orgs.) *Migrantes latinoamericanos. El estado de las investigaciones en la región*. Serie investigaciones Nº 1, Rio de Janeiro. Brasil, 2008. Asociación Latinoamericana de Población ISBN 978-8562016-00-4 Pág. 119-148. Disponible en: <http://www.alapop.org/docs/publicaciones/investigaciones/MigrantesALYC-6.pdf>

RESUMEN

Este artículo sintetiza las conclusiones de estudios previos que identifican las diferencias y transformaciones en la educación y en el perfil laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil. También se refiere a la sobrecualificación y a los diferenciales salariales de los trabajadores migrantes y nativos.

Palabras clave: migración regional; migración laboral; Sudamerica.

ABSTRACT

This article summarize the conclusions of previous studies that identify the differences and transformations in the education and labor profile of new and old regional migrants recorded in Argentina and Brazil. It also refers to over-qualification and to income differentials between native and migrant workers.

Keywords: regional migration; labour migration; South America.

Imigrante brasileiro em Portugal – “pé de passada”

*Por: Eduardo Gabriel **

Por ocasião de minha pesquisa de doutorado “Catolicismo carismático brasileiro em Portugal”, por duas vezes estive em Portugal em pesquisa de campo. De modo particular, fiz pesquisas na cidade de Leiria, localizada no centro do país. Os períodos de estadia foram: dezembro de 2006 e janeiro de 2007, primeira etapa, e, em 2008, de março até novembro. Antes de iniciar a pesquisa de campo, navegando pela internet para obter informações, deparei-me com uma comunidade virtual na rede social Orkut, criada por Augusto, com a finalidade de auxiliar os imigrantes em suas dúvidas sobre a legislação e informações sobre política, economia e vida social em Portugal. Sabendo da importância dessas redes para os imigrantes e da sua crescente utilização, bem como da sua transformação, em alguns casos, em verdadeiras armadilhas de exploração dos próprios imigrantes, quando não de fomento ao tráfico de pessoas, decidi-me a conversar com Augusto.

O contato e a aproximação com Augusto foram mais fáceis do que imaginava. Usando do espaço da própria comunidade, escrevi manifestando meu interesse em conversar pessoalmente com ele. O retorno foi imediato e, manifestando grande entusiasmo, disse estar pronto para um bate-papo. Para minha grande sorte, ele morava na mesma cidade onde eu me encontrava. Combinamos dia, horário e local para uma entrevista. O encontro transcorreu numa lanchonete da cidade, uma vez que para lá teria que levar os filhos e a esposa Rosa. Não fiz objeção nenhuma e, conforme combinado, nos encontramos.

** Doutor em Sociologia pela USP*

Augusto é brasileiro e Rosa é filha de portugueses, mas nascida em Angola. Conheceram-se no Brasil, para onde os pais de Rosa migraram por um período após terem deixado Angola e, atualmente, moram em Leiria, região central do país.

Por fim, devo um esclarecimento quanto à expressão “pé de passada”. Quem a proferiu foi um padre português, também de Leiria, quando me disse: “Os brasileiros sempre estão a chegar e a partir, são pés de passadas...”, expressão que sintetiza a ideia com a qual Augusto conclui a sua fala.

E: Eduardo

R: Rosa

A: Augusto

Trajectoria imigrante

E: *Você é portuguesa, mas já tem uma história de migrante, inclusive morou no Brasil. Por quanto tempo viveu lá?*

R: Dezoito anos. Eu nasci em Angola, Luanda, mas o sonho do meu pai era ir para o Brasil, e surgiu esta oportunidade quando houve a guerra. Ao invés de ir para Portugal, com a família, fomos para o Brasil.

E: *Isso foi em que ano?*

R: [19]75.

E: *A guerra foi em que ano?*

R: Quando nós saímos de lá, ainda tinha guerra.

E: *Ao invés de voltarem para Portugal, vocês foram para o Brasil.*

R: Os meus pais são portugueses mesmo, e minha família toda está aqui. Quando saímos de Angola o meu pai quis conhecer o Brasil, e foi direto para lá, eu e minha mãe ainda viemos para Portugal, e ficamos aqui oito ou nove meses, para que eu pudesse conhecer meus parentes que ainda não conhecia, e também a minha avó, mãe da minha mãe. Depois de nove meses, chegamos ao Brasil, que foi no dia de carnaval, eu lembro que foi dia 28 de fevereiro, justamente naquela confusão, e o meu pai nos levou logo para ver o carnaval. Ficamos no Brasil 18 anos, em Santana, São Paulo, Zona Norte.

E: *Você chegou ao Brasil com quantos anos?*

R: Eu cheguei entre os 9 para 10 anos, e fiquei até os 28 anos. Chegou uma época que meus pais estavam querendo vir pra cá, na terra deles, e eu não queria, pois tinha meus amigos, a faculdade, estudei na Faculdade Santana, fiz o curso de Administração de Empresas, que não valeu nada, mas fiz o curso, comecei, não gostei, e quis parar, porém, meus pais não deixaram, o que não adiantou nada, porque hoje não exerço minha profissão. Nessa época que meus pais queriam

vir pra cá, eu rezava para que eles não conseguissem vender a casa para eu não vir para cá.

E: *Os seus pais trabalhavam com o quê?*

R: Meu pai trabalhava com bilhetes da loteria lá na Praça da Sé, aquelas barracas que o pessoal vendia bilhetes; minha mãe era costureira, trabalhava em casa, e eu também tinha o meu trabalho. Meus pais não estavam conseguindo vender a casa, porque não é fácil vender uma casa, e naquela época a situação já não estava boa. Nesse meio tempo, eu conheci o Augusto e ele falou que o sonho dele era sair do Brasil, conhecer outros lugares. Como os meus pais sempre quiseram voltar para Portugal, na hora em que ele disse que não se importava em vir...

E: *Os seus pais são de Leiria mesmo?*

R: Não, meus pais são de Vila Real, Trás-os-Montes, lá do frio, onde até neve tem. Hoje meus pais moram em Leiria também, pois moramos aqui. Então viemos do Brasil, ficamos uns anos aqui, mas tínhamos a intenção de voltar ao Brasil. Chegamos em [19]93 cá em Portugal, quando casamos. Casamos no Brasil e viemos! Em [19]96 fomos lá de férias, e ficamos dois meses. Em [19]97 nós voltamos para morar definitivamente, sendo que também não tínhamos grandes coisas aqui, porque a gente nunca pensou em ter nada, pois a nossa cabeça era sempre voltar, só que ficamos lá [Brasil] uns oito meses, e as coisas voltaram para trás por conta da violência e tudo. Resolvemos voltar para Portugal para sempre, não deixar passar muito tempo, principalmente para o Augusto que trabalha com programa de computador. Então resolvemos voltar e ele continuou o que já tinha.

E: *E você, faz o quê?*

R: Eu cuido de uma senhora de idade. Trabalhei na “loja dos 300”, depois fomos para o Brasil em [19]97, montamos uma “loja dos 300 lá”.

E: *O que é “loja dos 300”?*

R: Aquelas coisas baratinhas, 1,50. Quando nós fomos de férias, em [19]96, não havia nenhuma, mas quando fomos em [19]97, estava cheio já.

E: *E agora, qual a relação com o Brasil?*

A: Nós já estamos inadaptados ao Brasil.

E: *Já são portugueses...*

A: Já, já...

Imigrantes em Portugal

A: Nós acompanhamos o início da imigração dos ucranianos e dos russos em Portugal. Quando chegamos, em [19]93, ainda não havia por aqui nem russos e

nem ucranianos, sendo que eles começaram a chegar mais ou menos em [19]97, mesmo aos pouquinhos! Começamos a ver que eram estrangeiros, e depois a imigração russa e ucraniana começou a aumentar, e a partir de [19]98, eles chegaram com força.

E: *Como você está ligado a estes grupos imigrantes, pois eu vi no seu Orkut que tem ajudado as pessoas?*

A: A minha profissão não tem nada a ver com isso. Eu trabalho com programas de arquitetura, e estou a fazer licenciatura de Arquitetura, trabalho no desenvolvimento de software. Mas notei que realmente as pessoas têm dificuldades de informações, e algumas dessas informações estão dispersas.

E: *Mas em algum momento você teve necessidade pessoal para isso?*

A: Sempre me interessei por isso, pois também sou casado com uma portuguesa, e eu tive que correr com os papéis da documentação, e vi realmente que é bastante difícil. No meu caso, eu tive que ir para a Espanha colocar os papéis no consulado, e sei das dificuldades das pessoas estarem sempre precisando de informações. Simplesmente notei este detalhe, e comecei a participar de algumas comunidades no Orkut, e vi que as pessoas precisavam de informação, mas depois aquilo se perdia, e logo entrava uma nova pessoa com a mesma dúvida. Eu entrei em contato com várias pessoas que eram moderadoras de comunidades, e propus esta ideia: “porque vocês não criam uma parte para as pessoas que já estão resolvidas, as pessoas chegam e veem se aquilo já está respondido ou não”, isto seria bom para todos. De tantos moderadores que eu falei, nenhum respondeu. Sendo assim, eu tentei criar a minha comunidade, mas não conhecia ninguém, não tinha contato nenhum, e fiz mesmo por boa vontade.

E: *Eu pensei que você tivesse alguma ligação institucional com algum órgão.*

A: Não, não, eu nunca imaginei criar comunidade, nem ser moderador, nem nada. Depois, aos poucos, eu vi que a maior parte dos moderadores das comunidades estavam ligados a alguma coisa, ou do ramo de direito, ou do ramo de legalização de imigrantes, e algumas dessas comunidades funcionam até como angariação de clientes.

E: *Explique melhor isso, por favor.*

A: Estão ligados a escritórios de advocacia.

E: *Mas escritórios de advocacia de portugueses ou de brasileiros que estão em Portugal?*

A: As duas coisas. Eu descobri que alguns não tinham a intenção de facilitar, mas sim de dificultar. O brasileiro sempre tem aquela coisa de ajudar de “boa vontade”, e cria um vínculo com a pessoa. A partir disso, se essa pessoa precisar

de alguma coisa, ela vai tratar com alguém que ela confia, e aí lhe é indicado: “eu tenho um fulano em Lisboa que pode tratar disso”. “Ótimo, então vamos lá...”

E: *Você conhece pessoas assim?*

A: Conheço! É até decepcionante, porque uma dessas, uma mulher, se fazia passar por advogada e não era, estava ali só para angariar, e até era tratada como doutora; era uma santa mulher, porque estava sempre disponível, estava sempre dando informações, estava ajudando as pessoas, mas na realidade não estava ajudando nada, estava olhando os interesses dela. Comecei a achar estranho! Ela tinha uma comunidade parecida com a minha, “Defesa do Imigrante”, ou coisa assim, e eu me identifiquei um bocado com aquela comunidade, pois ela estava sempre prestativa, sempre respondendo as perguntas. Eu comecei a mandar algumas mensagens para ela, a fim de saber se nós não poderíamos trocar algumas informações. Por exemplo, questões que tinham sido resolvidas na minha comunidade podiam ser passadas na dela, e vice-versa, mas ela não me respondia, e achei estranho: “uma pessoa que é tão prestativa com as pessoas, tão paciente, não me responde?” Depois eu vim a descobrir, e soube que ela não é advogada, tem até um processo criminal em cima, e que estava ali somente para angariar as pessoas. Descobri mesmo porque saiu na comunidade esta informação, e depois ela dizendo a verdade, que ela não poderia exercer esta atividade aqui em Portugal.

E: *E agora, tem notícias desta comunidade?*

A: Não sei, porque eu me afastei um bocado disto, pois foi uma quebra de confiança.

E: *Sabe se ela estava ligada a algum grupo?*

A: Que eu saiba, não! Estava mesmo ligada a negócios, porque nessas comunidades há sempre muitas pessoas, mil, duas mil. Na minha tem 1.060.

E: *E qual é a maior dúvida que as pessoas mais querem saber?*

A: É a legalização.

E: *Todos querem se legalizar...*

A: Sim, sim, querem sair do Brasil já com o visto, e o próprio consulado não informa corretamente.

R: Mas isso é normal aqui, qualquer repartição que você vá, um fala uma coisa, outro fala outra, isso no mesmo lugar. Hoje em dia não sei como é.

A: A maior procura é de pessoas, ou que estão tratando de legalizações, ou naturalizações, e como há muita procura, o governo não tem interesse em abrir as portas, porque a economia está em crise severa, pois desde que nós estamos aqui, nunca estive numa crise desta, nunca estive pior. A economia do país está

numa recessão mesmo. Houve momentos, antes de 2002, por exemplo, em que havia liquidações, e as lojas ficavam vazias, porque as pessoas compravam tudo. Para você ter uma ideia, não sei se já observou, aqui os carros têm a data da matrícula, o ano que o carro foi matriculado está inscrito na placa, então a gente consegue ver por aí, nós andávamos por aí e víamos, em 1999 e 2000, era um carro atrás do outro, pois as pessoas sempre estavam comprando, nós víamos pelas placas. No início do mês já começava a aparecer os carros daquele mês, e no mês seguinte também, e era assim, uma loucura, pois as pessoas trocavam de carro como trocavam de roupa. Além disso, trocavam de apartamentos, embora tivessem um apartamento em boas condições, mas se aquilo já não dava mais, vendia e já comprava outro porque era mais perto do serviço, só por capricho, pois a economia estava numa ascensão, e foi nessa época que vieram os ucranianos e os russos. Os prédios estavam a construir, havia só os esqueletos dos prédios, e se chegávamos para comprar, já estavam todos vendidos. Nós compramos o nosso apartamento com sufoco, só conseguimos comprar na planta, pronto não havia.

E: *Eu li, esta semana, no jornal, que em Lisboa existem duzentos e tantos...*

A: Vagos! Mas isso é agora, porque começou em 2002 esta queda.

E: *As pessoas estão tendo que se desfazer dos apartamentos, é isso?*

A: Não! Para construir, as pessoas se endividaram nas épocas das “vacas gordas”, e agora não têm condições de pagar, pois naquela época as pessoas podiam fazer uma dívida de mil euros para pagar a prestação de um apartamento, pois havia facilidade de crédito por conta da economia que estava em ascensão; as pessoas com bons empregos. Depois disso foi caindo, o próprio banco dificultou; antes os juros eram mais baixos, agora os juros subiram bastante, e antes havia também o crédito bonificado, não há mais, o governo pagava uma parte dos juros. Então, antes era facilíssimo comprar um apartamento, até mesmo para imigrantes.

E: *Eu não tenho ideia, qual o preço de um apartamento aqui?*

A: Cem mil euros, um apartamento razoável.

E: *E um carro, aqui?*

A: Novo, está a partir de quinze mil, um carro popular, Pegout.

E: *Em Portugal, compra-se como, há financiamentos?*

A: Há tudo, inclusive pode comprar com visto de residência, na época eu comprei meu apartamento com visto de residência.

E: *Mas, os brasileiros conseguem fazer isso hoje?*

A: As leis estão sempre a mudar, naquela altura havia facilidade de crédito. Nós compramos nosso apartamento sem penhor, sem nada, hoje possivelmente seria

só com penhor, pois houve uma restrição de crédito, um aperto, um arrocho, pois as pessoas se endividaram muito, ao ponto em que alguns perderam o apartamento. O país mudou muito. Hoje o país é outro, em seis anos mudou completamente.

E: *Gostaria que me dissesse um pouco disso, quando chegou aqui que Portugal, você viu que país?*

R: 1993.

A: Nós vimos três países diferentes. O primeiro foi um país um pouco antiquado, arcaico ainda, em [19]93, pois era um país sossegado, e não era um país arrojado de crescimento acelerado. Isto foi sossegado para nós criarmos os nossos filhos e termos uma vida razoável, e também com relação à segurança, porque não havia ainda muita coisa conturbada da violência. Portanto, em 1993 víamos aqui um país sossegado. Depois, a partir de 1997, o país entrou numa taxa de crescimento aceleradíssimo. Mas começou a crescer mesmo foi quando teve a Expo 98. A partir daí a autoestima do português subiu de tal maneira... Você ouviu falar que teve a Exposição Mundial em 1998, que foi no Parque das Nações. Foi nesta altura, quando começaram a construir a Expo, que apareceu a questão se Portugal tinha dinheiro para tudo aquilo, pois isso era coisa de país rico. Mas aquele evento colocou a autoestima de Portugal lá em cima, porque foi a melhor Exposição Mundial que teve de todos os tempos, sendo que a última tinha sido em Sevilha, quatro anos atrás e tinha sido um fracasso. Porém, em Portugal, foi realmente uma coisa fantástica, tanto que você vê aquilo hoje e está lindo mesmo, não é!? A partir disso, Portugal entrou numa ascensão econômica e a própria moral dos portugueses subiu muito, porque o português sempre é um bocado pessimista, sempre notamos isto.

R: Chegamos em [19]93 e já choravam que a coisa estava mal.

A: As pessoas sempre foram muito negativas, mas em [19]98 foi o contrário, as pessoas começaram a ter mais autoestima. A construção civil começou a aumentar, as pessoas começaram a comprar apartamentos, casa na praia, etc. Portugal se candidatou à organização do Euro 2004, contra a Espanha, e ninguém achava que Portugal ia vencer a Espanha numa disputa para sediar um evento, a Eurocopa, mas eles foram e derrotaram a Espanha. Resultado: estádios novos para todo lado. A Eurocopa foi em 2004, mas a aprovação da candidatura foi em 2002, dois anos antes, e a partir disso já começaram a construir estádios fabulosos, e o do Porto é lindíssimo, o Estádio do Dragão, por exemplo.

R: O nosso foi o de Leiria.

E: *Houve campeonato aqui?*

A: Sim, dois ou três jogos só. Então foi este Portugal que nós conhecemos; primeiro o Portugal antiquado, que havia nesta altura até [19]97, com

pouquíssimos brasileiros aqui, muito pouco brasileiro, quase todos os brasileiros que nós encontrávamos eram parecidos conosco, que vieram para ter uma vida mais tranquila, e não víamos brasileiros que trabalhassem em McDonald's, na construção civil, nos restaurantes, etc. Algumas vezes você encontrava um no restaurante, a servir mesa, mas era por opção de vida, não porque o Brasil estava mal, queriam apenas mais tranquilidade de vida. Em [19]97, quando começou esta ascensão, começou também a vir os homens para as obras, e aí começou a se ver muitos brasileiros, a migração maciça de brasileiros com incentivo do governo.

E: Qual o incentivo?

A: Houve um incentivo do próprio governo, pois era preciso de mão de obra, porque a economia estava crescendo a uma taxa daquelas, e para isso os brasileiros eram os preferenciais. É verdade que os imigrantes do Leste também vieram com força.

E: Também com o incentivo do governo?

A: Sim, pois quando a economia está em expansão, o governo facilita a obtenção do visto. Para você ter uma ideia, um trabalhador da construção civil estava a terminar uma obra, chegava um empreiteiro, e dizia: "deixa seu telefone que à noite quero conversar com você", e chegava a telefonar oferecendo salário maior, porque não havia mão de obra. Esses anos de 1998 até 2002, Portugal era outro país.

E: E você, o que estava fazendo neste momento?

A: Eu estava ligado à área de projetos de construção, fazia projetos e programas, como faço agora.

E: E aquele momento estava bastante bom?

A: Estava, estava, foi a altura que nós compramos o apartamento.

R: Se fosse agora para comprar, não comprávamos nada.

A: Compramos o apartamento, construímos um sótão, nós temos um apartamento que é tipo duplex, e o de cima é um sótão que tem um escritório, uma cozinha, um banheiro, uma sala, e foi tudo nesta altura, pois enquanto muitas pessoas aproveitaram para trocar de carro, nós investimos bastante no nosso patrimônio. Mesmo para os passeios, nós nunca fomos ao Algarve, e nunca tiramos férias a sério. A vida de imigrante é completamente diferente da vida do português.

E: Depois a boa situação começa a cair, mas por quê?

A: Porque era uma situação das pessoas estarem a se endividar para sempre. Chegou uma altura que as casas aqui estavam a custar mais caras do que na Espanha, quer dizer, com a especulação, houve muita procura, e os preços

estavam a subir. Para você ter uma ideia, nós pagávamos ágio para comprar um apartamento.

E: *Nesta altura já havia muitos brasileiros aqui?*

A: Sim, nós encontramos alguns que tiveram dificuldades, que perderam o emprego, foram embora e depois muitos voltaram, pois a maior parte dos brasileiros volta.

R: Pelo menos conhecemos alguns que trabalhavam na construção civil, foram, e voltaram.

A: Foram para o Brasil e depois voltaram para cá novamente.

R: Juntaram dinheiro para comprar uma casa, ter uma vida estável, mas retornaram, e trouxeram a família.

Imigrante conhece imigrante

A: Conhecemos muita gente que vai e volta, quando o imigrante sai do Brasil, a vida da pessoa sempre fica dividida. Aqui é muito bom, mas também falta muita coisa, é diferente, tudo, e a adaptação é difícil.

R: Os portugueses aqui estão muito endividados, eles gastam mais do que ganham. O pessoal não abdica de tirar férias, de ir para o Algarve, ir para outros países de férias. Quando voltam das férias de verão, logo a seguir começam as aulas, e eles fazem crédito [empréstimo] para pagar o material das crianças.

A: Isto está relacionado com o crédito imobiliário, pois para uma pessoa comprar um apartamento, o crédito vai até os quarenta anos, então muita gente que fez crédito no período bom, está a pagar aqui uma fortuna. Por exemplo, um casal usa o salário todo para pagar a prestação, mas se fosse fazer esta dívida hoje, não faria, porque é inviável, mas naquela altura fizeram, porque a economia estava em ascensão, e os salários eram melhores do que hoje. Em suma, hoje muita gente está endividada, e isto não dá para se perceber, só morando aqui mesmo.

E: *Qual é a “aparência” do brasileiro para o português?*

A: Não é das melhores...

R: Aqui, nota-se logo quando é brasileiro: “chininho no pé”, “camiseta cavada”.

A: Isso é um estereótipo, não é!

R: Até entre nós dizemos que é brasileiro: “aquele é brasileiro”, “aquela é brasileira”, até mesmo pelo jeito de andar nós notamos.

A: No jeito de andar, nota-se. A minha sobrinha esteve aqui 45 dias, e aonde ela ia, todo mundo sabia que ela era brasileira, ainda que ela não é morena, e

fisicamente poderia ser portuguesa. Fisicamente não diz nada, mas o jeito de andar, o jeito de falar, sim.

E: *Mas isso influencia o quê, por exemplo?*

A: Os portugueses gostam muito do brasileiro, porém, tem uma relação tensa, e eles acham que quase toda mulher brasileira está ligada a esta área de que são fáceis.

E: *Como foi o famoso caso das “Mães de Bragança”?*

A: É verdade, foram os bordéis, perto de Vila Real. Nos bordéis havia somente brasileiras trabalhando, e elas movimentavam a economia da cidade, eram as que usavam mais os salões de cabeleireiro, centro de estética, os táxis, e as mulheres sentiram-se incomodadas, porque Bragança é um bocado rural. Então, as portuguesas, as mães, fizeram um movimento para ver se expulsavam as brasileiras, e realmente a polícia foi nos bordéis e fechou aquilo tudo. Porém, elas se mudaram para a Espanha e ficaram bem ali, 60 km de distância, bem fronteira. No final das contas, a população achou que aquilo foi ruim para a economia da cidade, que quebrou um bocado. Os taxistas ficaram sem serviço algum, por exemplo.

E: *E hoje, os brasileiros estão fazendo o quê aqui?*

A: Estão dispersos, a maior parte trabalha no setor de restauração [restaurantes], e construção civil. Mas é mais na restauração mesmo, se for a Lisboa vai ver muitos brasileiros nos cafés, bares, restaurantes, servindo no balcão, McDonald's, etc.

E: *E você sofreu algum preconceito inicial? Como foi sua inserção aqui na comunidade europeia?*

A: Foi boa! Naquele tempo o preconceito contra brasileiro não era tão grande quanto agora, essa primeira fase, de [19]93 até [19]97, o brasileiro era até bem-visto aqui, e as pessoas gostavam do nosso sotaque, pois os brasileiros que vinham eram mais selecionados. Houve uma polêmica na altura em que nós chegamos, que foi com os dentistas brasileiros, mas isso foi uma coisa de classe profissional, porque para ser médico dentista aqui, tem que ter o curso de medicina e com especialização em medicina dentária. Porém, lá no Brasil, não, e como o brasileiro era mais carismático com as pessoas, os dentistas portugueses acharam que os brasileiros estavam a tirar um pouco a clientela deles, então houve este choque de classe profissional, mas a própria legislação não colocava impedimentos. O resultado é que eles endureceram um bocado, a associação dos médicos dentistas, mas não foi da população. Por parte da população, se houvesse um médico dentista português e um brasileiro, às vezes era capaz de optar por um brasileiro, porque achava que o brasileiro era mais amigo, mais cuidadoso, etc., e foi isto que vimos neste primeiro período. Depois foi o da Igreja Universal, no Coliseu, do Porto. Mas o grande preconceito contra brasileiros foi

quando começou esta grande migração no período de [19]97 até 2002, e as pessoas começaram a ficar estafadas: “brasileiros, brasileiros, brasileiros”, mas ainda houve uma tolerância grande. A economia entrou em crise, as pessoas começaram a perder empregos, os portugueses começaram a ter dificuldades, e neste contexto os imigrantes são os primeiros a pagar: “estão a tirar os nossos empregos”.

E: *Você sofreu alguma coisa por ser brasileiro?*

A: Sempre há, sempre há, e até hoje há, vai ser sempre, mas não é mal, é uma coisa natural, acho que qualquer país que recebe imigrante tem este problema. Um dia desses, eu liguei para um gabinete, atendeu a secretária, e eu queria falar com tal pessoa, mas eu consegui ouvir a conversa ao fundo, e ela falou: “é aquele tal brasileiro que veio aqui”, e o outro ao fundo: “não, não quero falar com aquele brasileiro”. Quando ela me retornou, disse-me: “ele está em reunião”, e eu disse: “olha, não precisa dizer mais nada, eu consegui ouvir tudo”! Isto foi há duas semanas, o que é perfeitamente compreensível, pois no Brasil também temos preconceitos contra imigrantes, isso é natural.

E: *Você tem contatos com outros brasileiros aqui, casais de brasileiros, etc.?*

A: Não! Temos pouquíssimas amizades ao longo desses anos, pois fomos nos afastando. Notamos que há esta coisa, quando há interesse comum, as pessoas se aproximam, e quando não há este interesse as pessoas se afastam, e isso já vem do Brasil, este individualismo.

R: Eu pelo menos não achava que lá era assim.

A: Mas aqui nota-se isso. O exemplo que eu estava dando dos portugueses, em qualquer lugar que formos da França, basta ir numa cidadezinha pequena, e haverá uma associação de portugueses. Por que aqui não há associações de brasileiros?... Só há a Casa do Brasil. Mas, por outro lado, há uma forte associação de cabo-verdianos.

E: *Mas isso não é um pouco o medo das pessoas se organizarem, sendo que há muitos ilegais, e talvez a forma de se reunir acaba sendo um pouco fácil do governo encontrar?*

A: Eu acho que não, porque há outras comunidades que se reúnem, até os próprios ucranianos que chegaram aqui tinham comunidade, rádio, jornais, mas os brasileiros não têm nada. Na verdade, há alguma coisa, mas sempre tudo muito fragmentado, não há nada daquela coisa que vingue.

E: *Mas qual é a dinâmica dessas associações de imigrantes?*

A: Quando há problemas diplomáticos, geralmente é a Associação dos guineenses que toma a frente para resolver, e olha que é um país pequeno. Houve um problema sério em Portugal; estavam chegando tantos imigrantes ilegais aqui,

e as autoridades colocaram esta população em containeres adaptados, lá no aeroporto, antes de desembarcar. Um repórter entrou no aeroporto, no Porto, e as pessoas estavam sendo alojadas lá, sem condições alguma, antes de poder embarcar de volta, e também estava cheio de brasileiros lá dentro, pessoas com crianças e tudo. Quem interveio nessa situação? Não foi nenhuma associação de brasileiros, foi a Associação guineense.

E: *Quando foi isso?*

R: Em 2004. Guiné, que é um país pequeno, tem mais representação institucional do que as instituições brasileiras. Aqui a comunidade de brasileiros é muito desagregada, muito mal vista. Um brasileiro sempre quer passar a perna no outro, quer tirar vantagem, e, infelizmente, é o que a gente nota. Voltando ao exemplo dos portugueses, em qualquer lugar você vê uma comunidade de portugueses, na Alemanha, na Suíça, na França, pode procurar que vai encontrar uma associação forte. Aqui em Leiria deveria haver uma de brasileiros, mas para haver isto, o que é necessário? É necessário alguém que seja responsável por isto. Mas não se faz nada sem dinheiro, é preciso que as pessoas se organizem para haver um caixa. Quando começa a envolver dinheiro, já começa haver desconfiança, e aí se o fulano trocou de carro: “olha, o presidente da associação já trocou de carro, trocou o apartamento, opa, estamos a pagar, será que ele está...?” É o que acontece; as pessoas estão ali a vestir a camisa e outras estão ali a puxar o tapete, isso é muito ruim! Já nota-se porque nada vinga. Porém, boa vontade, em um jogo do Brasil, por exemplo, ouve-se: “vamos nos reunir para assistir o jogo!”, e todos vão lá, pois é uma coisa sem compromisso. Mas se for isto: “vamos nos reunir para montarmos uma associação?”, as respostas dirão: “agora não”, “é preciso responsabilidade”, “é preciso arrendar um espaço”, “precisa de um nome”, “precisa dedicar horas do seu trabalho para ir lá de forma voluntária”, e as pessoas já não estão para isto.

E: *Eu não imaginava que houvesse esta situação.*

A: Há uma desconfiança muito grande, tanto que na minha comunidade do Orkut as pessoas das outras comunidades querem saber meu interesse nisso. Eu vi um comentário de um desses moderadores de comunidade que escreveu: “tem um cara de tal comunidade, que é um bocado autoritário”. Pois na minha comunidade eu tento manter um controle daquilo que é colocado, não deixo as pessoas colocarem informações que não são confiáveis. E este moderador escreveu mais sobre o meu trabalho: “esta referida pessoa, eu ainda não sei o interesse dela, mas eu estou a tentar descobrir qual o interesse dela”. Então, é tudo assim, é muita desconfiança, mas até certo ponto com razão, porque a gente tem visto coisas de brasileiros que são incríveis.

E: *Para terminar, qual o maior problema do imigrante aqui?*

R: O problema maior é a saudade da família.

A: É tudo! Conseguir emprego é difícil, o salário que pagam não dá para ter uma vida que um português tem, e uma pessoa com um salário mínimo aqui não consegue viver.

R: Os brasileiros que trabalham aqui se juntam para conseguir pagar o aluguel do apartamento. É preciso de quatro ou cinco pessoas para conseguir pagar.

A: As pessoas começam a ver que com o tipo de sacrifício que estão a fazer aqui, elas não conseguirão comprar um apartamento, um carro bom como um português, não vão passar férias. Chegam a uma conclusão: “eu estou aqui, mas no Brasil eu ganhava pouco e tinha família, tinha férias, tinha meu carrinho”. Para você ter um carro aqui, o custo é tremendo, o seguro aqui é obrigatório, fora os impostos de selo, a gasolina que é caríssima, etc. Então, os imigrantes têm que andar a pé, e com uma situação assim, não vale a pena. O que fazer? Trabalhando, trabalhando, e o dinheiro não dá para pagar as contas: “eu vou embora”! Tem muita gente indo embora, mas tem gente nova chegando também.

O CATIVEIRO DA TERRA

José de Souza Martins
Nova edição, revista e ampliada
Editora Contexto, 2010, 282p.

Uma das melhores notícias para aqueles que desejam um estudo aprofundado, teoricamente instigante, sobre a história das migrações no Brasil é a do lançamento de uma nova edição, revista e substancialmente ampliada, do hoje considerado clássico *O cativo da terra*, de José de Souza Martins. A investigação sobre a transição da economia escravista para o sistema de trabalho livre no colonato, com a introdução de grandes levadas de trabalhadores imigrantes no país, tornou-se um dos grandes referenciais para o entendimento da realidade brasileira. Com esta nova edição, com os acréscimos que foram feitos e a nova organização do trabalho como um todo, sua importância pode se tornar ainda maior e confirmar sua repercussão como uma das obras sociológicas mais significativas para a compreensão da questão migratória na estruturação da sociedade brasileira.

Por isso, antes de mais nada, resenhar um tal livro se apresenta como uma tarefa delicada, seja pela relevância que essa obra já possuía no cenário acadêmico, seja pela riqueza e profundidade de sua reelaboração para a presente edição. Com efeito, para aqueles que puderam se debruçar sobre a edição anterior, buscando entender a intrincada questão agrária brasileira e como ela se relacionava com a questão da migração, encontrando em sua reflexão um referencial inesgotável, é surpreendente ver a magnitude que ela pode ainda adquirir com os acréscimos e a remodelação feita. Surge, então, como uma leitura interpretativa ampla do Brasil atual, posicionando a questão migratória, nas suas várias vertentes, como um vetor explicativo fundamental para a sua compreensão.

Parece inevitável, portanto, que iniciemos essa apreciação crítica por uma comparação entre a edição anterior e a atual. Para além de tantos detalhes que se poderiam anotar, e das próprias observações feitas pelo autor no “prefácio à 9ª edição”, é importante sinalizar que houve uma significativa alteração na organização da disposição dos textos,

que se pode verificar na consulta do seu sumário. Na edição anterior, o conteúdo estava dividido em duas partes: aquela que corresponde ao atual primeiro capítulo, “A produção capitalista das relações não capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café”, o verdadeiro texto gerador da obra como um todo, enquanto aquele que destrincha as relações do colonato, ao qual o autor continua hoje se referindo como “a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (p. 10); e, uma segunda parte, “A influência do café na industrialização e na formação da classe operária em São Paulo”, reunindo outros três textos independentes tratando da gênese da industrialização, do operariado e da ideologia em torno da noção do trabalho. O termo comum entre as duas partes é a produção capitalista de relações não capitalistas de produção, no colonato e na indústria nascente, por meio da economia do café. Existe uma preocupação teórica muito forte, concentrada na questão da “renda capitalizada da terra” e na discussão sobre a noção ideológica do trabalho na estruturação das relações de classe.

A nova edição não possui uma explícita divisão em partes, mas relaciona os sete capítulos como textos independentes, escritos em ocasiões diferentes e aqui reunidos de maneira coerente para tratar de temáticas inter-relacionadas. Se a primeira edição, como nota o autor, foi produzida no contexto de uma forte discussão acadêmica e militante, em que se procurava compreender e transformar o destino político do país, a atual, por sua vez, apresenta um olhar mais distanciado, buscando mais a relevância das informações obtidas para uma interpretação ampla da formação social brasileira no último século. No entanto, implicitamente, pode-se observar uma divisão em três partes, separadas entre si pelos dois ensaios fotográficos, enriquecidos por mais fotos, mas que continuam estruturados basicamente como na edição anterior.

Os três primeiros textos, reunidos no que seria a primeira parte, concentram-se na investigação do colonato e nas relações de produção geradas por este. O primeiro, o mesmo da primeira edição, mas reformulado, continua tendo a sua pertinência como texto gerador de todo livro, ao procurar explicar os meandros da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, por meio do regime do colonato. Se a discussão em torno do tema da “renda capitalista da terra”, como chave para se entender o novo modo de produção (capitalista de relações não capitalistas), continua tendo o lugar mais importante, a questão migratória ganha uma relevância e um espaço mais significativos nesta edição. Primeiramente, porque ao longo do texto, o autor demonstra como os diferentes modos de organizar a migração de trabalhadores, acompanharam a gestação do novo regime social de trabalho: tráfico de escravos, tráfico interprovincial,

imigração financiada pelos fazendeiros (com uma longa exposição do caso da fazenda Ibicaba, e o problema da “dívida” dos imigrantes), a imigração “subvencionada” para colônias oficiais, até chegar ao sistema que vigorou no estado de São Paulo, articulado em torno da Hospedaria dos Imigrantes. Mas também, sobretudo, pela preocupação em demonstrar como essa transição se dava no cotidiano desses mesmos trabalhadores, pela subjetividade por eles representada, no processo de viabilização do regime de trabalho em suas diferentes fases. Ao lado do processo objetivo de organização da produção, com todas as suas contradições, colocavam-se os diferentes momentos de incorporação dos trabalhadores e suas famílias e, logo, os diferentes grupos e correntes migratórias. Nesse sentido é que se pode entender a importância da introdução de dois capítulos inéditos: “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira, 1880-1930”, que analisa o caso dessa numerosa e importante corrente migratória para o Estado de São Paulo, porém, mais tardia e mais pobre, e considerada de segundo plano; e “Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914: a gênese do trabalhador volante”, que demonstra de maneira notável os fatores que foram conduzindo, por várias e sucessivas formas, o colonato em direção ao trabalho assalariado puro, pela externalização da produção de subsistência do trabalhador para fora do âmbito da fazenda de café, criando as condições para a predominância posterior do trabalho temporário na agricultura. Esse último texto, em particular, demonstra como, ainda durante o regime do colonato, e ao longo de sua lenta desagregação, a partir do início do século XX, puseram-se as condições para o surgimento da migração interna sazonal e temporária, que vigora plenamente hoje no mundo rural, disseminada por todo território nacional.

Uma segunda parte seria aquela que, com mais clareza e profundidade, discute como da transição ocorrida durante o colonato, nosso genuíno processo de acumulação primitiva, foram dadas as condições, seja para o desenvolvimento da indústria e a emergência do empresário nacional, seja para a formação social e ideológica da classe operária no estado de São Paulo. Também aqui, um levantamento minucioso da trajetória do imigrante estrangeiro no meio urbano e no trabalho industrial, bem como sobre sua concepção de trabalho, aportaram uma relevância ainda maior à sua compreensão da formação da indústria nacional. Reúne três textos, dois dos quais são originários da primeira edição, revistos e reordenados na sequência do sumário: “As relações de classe e a produção ideológica da noção de trabalho” e “O café e a gênese da industrialização em São Paulo”. Da edição anterior, eles conservam o peso de uma forte discussão teórica, seja sobre como os imigrantes seriam devedores de certa ideologia

do valor do trabalho, embutida na cooptação ao sistema do colonato – em que se conceberia o trabalho como criador de riqueza e meio para aquisição da propriedade (seja como pequeno proprietário rural, ou empresário) – seja sobre as diferentes interpretações sobre como a riqueza acumulada pela produção do café teria propiciado a industrialização em São Paulo. É importante sublinhar como o segundo texto foi substancialmente ampliado e enriquecido, com uma descrição do desenvolvimento, no cotidiano, dos vários ramos da indústria paulista. Neste texto, existe também um esforço tanto para demonstrar os ramos da indústria nos quais foram se introduzindo os imigrantes, quanto para traçar a trajetória exemplar de um grande empresário, fazendeiro de café, industrial e financista, oriundo das classes tradicionais do Império e, posteriormente, grande figura política da Primeira República: Antônio da Silva Prado. Ele não só teve um papel fundamental na proposição da imigração subvencionada como solução para a questão da mão de obra no colonato, mas também revelou, por sua trajetória exemplar, como a economia do café se tornou o contexto propício para a gestação de um determinado modelo de empresário nacional.

No entanto, outro texto inédito, acrescido a esta parte do livro e coerente com sua linha de desenvolvimento, traz uma grande contribuição para o entendimento da participação dos imigrantes italianos no processo de industrialização do país. O texto “Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914: o caso de São Paulo”, busca associar a história da imigração ligada ao colonato, ao processo de inserção do imigrante na indústria nacional. Distanciando-se dos mitos sobre a ascensão do imigrante nacional, de colono a empresário bem-sucedido, o autor examina os muitos ramos de desenvolvimento da indústria nacional e as diferentes vertentes da imigração italiana, que também contou com vários empresários que se instalaram no país interessados no dinamismo econômico produzido pela presença dos imigrantes italianos. Numa indústria que crescia fortemente, impulsionada pela economia do café e recebia investimentos estrangeiros, sobretudo nos ramos ligados ao transporte e à exportação, empresários italianos instalaram-se no país, principalmente no setor bancário, e interessados nas poupanças dos imigrantes italianos. Ao lado desse grupo de imigrantes, outro grupo, formado por artesãos, aumentava sua presença no meio urbano, inserindo-se numa atividade fabril de características ainda artesanais, e voltada para o aumento das camadas baixas e médias da população urbana em ascensão. Imbuídas de uma ideologia conservadora do trabalho, que o viam como uma forma de acumulação de riqueza e ascensão social, as associações dos imigrantes, de trabalhadores, mas também empresariais, viviam numa tensão constante

advinda da sobredeterminação de seus referenciais socioculturais de classe (trabalhadores X empresários) e de nação (italianos X sociedade nacional). Os conflitos criados pelas ambiguidades dessa dupla determinação em seu processo de identificação social, caracterizando a formação da subjetividade dos imigrantes na capital paulista, nas primeiras décadas do século passado, sinalizam para o perfil contraditório, tanto do operariado, quanto do empresariado nacional.

O último texto, “A morte do burguês mítico”, transposto da edição anterior, coloca em cena as ambiguidades da figura do Conde Francisco Matarazzo Junior, considerada como a representação da mitologia do empresariado nacional, que imaginava a ascensão do colono a industrial, pela virtude da moralidade de trabalho do imigrante. Oriundo da primeira edição, ele ocupa a mesma posição no conjunto da obra, mas aqui foi como que anunciado pelas análises do texto anterior. Neste texto, confirma-se o mito como uma cristalização da ideologia do trabalho, que unia, num mesmo universo moral, o empresário e o trabalhador imigrante. Esse mito como que reifica uma convicção difundida entre os imigrantes, a de que o trabalho produzia a riqueza: “...o trabalho do próprio patrão, o trabalho árduo, submetido aos rigores de uma ética ascética que fazia do patrão o primeiro dos trabalhadores” (p. 263).

Com a análise dessa figura mítica do imigrante bem sucedido, termina o percurso empreendido pelo autor. Em seu desenrolar, os dois ensaios fotográficos, ao mesmo tempo em que ilustram o conteúdo histórico e analítico dos textos, indicam os vetores do desenvolvimento da obra como um todo. No primeiro ensaio, “O café: as mediações do luxo”, as fotos históricas demonstram, lado a lado, tanto o percurso dos trabalhadores, escravos negros e imigrantes, nos portos, nas hospedarias, no eito das fazendas, quanto o percurso do próprio café, do seu processo de produção até se transformar em mercadoria de luxo nas principais capitais europeias. Posicionado entre os três primeiros textos, sobre o colonato e o mundo rural, e os três seguintes, sobre a indústria nascente e o mundo urbano, essa seção de fotos é extremamente sugestiva do significado dessa mercadoria como mediação da transição social da sociedade brasileira, e sua inserção contraditória na modernidade capitalista. No segundo ensaio fotográfico, intitulado “O imaginário da ascensão social pelo trabalho”, como analisado nos dois últimos textos, entre os quais se encontra essa seção, as fotos ilustram, de maneira exemplar, a ideologia dos imigrantes e sua noção do valor do trabalho, encontrando seu exemplar “mítico” na figura do Conde Matarazzo.

Como destacado nesta resenha sobre a nova edição desse trabalho seminal, seja por meio de sua reestruturação, pelos textos incluídos e

mesmo pela revisão realizada em cada um deles, percebe-se como a mobilidade do trabalho ganha uma importância maior ao se buscar novas interpretações sobre a constituição das relações sociais vigentes em nosso país. Acreditamos que isso se deva a um reconhecimento da importância das relações sociais estabelecidas no cotidiano, quando entra em jogo a subjetividade dos agentes envolvidos no que diz respeito à importância e ao valor do trabalho. Nesse sentido, para aqueles que se interessam pelo estudo da história das migrações, boa parte da riqueza dessa nova versão se encontra na atenção dada à alteridade representada pelos imigrantes diante de outros grupos, com os quais interagem: o colono italiano frente ao fazendeiro, ou frente à concepção de trabalho representada pelo escravo e pelo trabalhador livre nacional; o operário italiano frente aos operários de outras nacionalidades, ou mesmo compatriotas de outras origens regionais; o empresário italiano frente ao empresário nacional ou aos demais imigrantes, inclusive os da mesma nacionalidade. A condição social de migrante, como estrangeiro deslocado social e politicamente, sobredetermina sua mentalidade, seus pertencimentos familiares e associativos, seu projeto de vida, suas decisões políticas, a gestão econômica de seu capital. A contribuição histórica e analítica destes textos, ao mesmo tempo em que vinculam a migração de modo dialético às grandes questões nacionais, apontam para uma compreensão mais integrada do significado da migração, seja para a formação da nação brasileira, seja para uma melhor compreensão do momento atual em que ela se encontra. Extrapolando, uma melhor compreensão desse passado poderia ajudar no entendimento do sentido da migração nas particularidades do processo amplo, complexo e contraditório da inserção do Brasil na globalização.

Evidentemente, limites e lacunas poderiam ser encontrados. Por exemplo, podem incomodar as várias repetições e retomadas das mesmas questões em boa parte dos textos, em particular quanto ao modelo explicativo sobre o regime do colonato. No entanto, como se sabe que são textos independentes, reunidos em torno de uma temática de fundo comum, escritos para ocasiões diferentes, essas repetições são normais e até necessárias (mesmo pedagogicamente falando) para poder dar conta do entrelaçamento das várias temáticas abordadas. Também se poderia pensar numa comparação mais explícita entre esses dois modelos tão significativos de empresários no período estudado, Antônio da Silva Prado e o Conde Matarazzo. Porém, essa é simplesmente mais uma vertente possível de desenvolvimento num conjunto que desperta uma ampla gama de possibilidades de pesquisa e reflexão sobre a realidade das migrações e sobre o modo como se estrutura a sociedade brasileira no seu cotidiano.

Enfim, o objetivo vislumbrado pelo autor mais do que se cumpriu:

“...o estudo das singularidades do colonato, forma de trabalho livre que aqui nasceu socialmente das ruínas da escravidão, corroída pelas carências das próprias formas avançadas de multiplicação do capital, não é simplesmente, nem principalmente, um estudo de história social regional. É antes o retorno à dialética e o exame científico de um tema histórico banalizado, num caso denso de conteúdos reveladores” (p. 14).

O convite ao “retorno à dialética”, a uma visão que não desconsidere a complexidade do real, que não desrespeite os pequenos dramas dos migrantes, mesmo aqueles que se manifestam nos interstícios das relações cotidianas, talvez seja aquilo de que mais precisamos para descobrir os “conteúdos reveladores” que a alteridade dos migrantes representa para a sociedade que estamos construindo.

Sidnei Marco Dornelas

Assessor do Setor Mobilidade Humana e Missão Continental da CNBB

Escrevo-lhe

há dias num afinco de letra e numa insistência de carta, embora palavra em papel é um tanto incompleta. Persiste o buraco, onde nem palavra mete o pé; só saudade entra e lugar há de sobra.

Coisa ruim é a ausência quando dói, lateja, pesa; leva tempo incontável pra acabar e, por isso, decidi pela carta. Cabe dentro de si tanto silêncio como a palavra factual no meio do corre-corre da vida. Já vivi tanta reviravolta nesse caminho que o melhor é contar, embora história, a única que eu posso, é a minha. Ainda, assim, ela me escapa aos dedos, ora é a fadiga, ora a interrupção, ora o branco, a confusão, a lembrança e, outra vez, a obscuridade. Esquecimento. Confusão. Tontura. Vontade de voltar o tempo, mas ele não obedece não.

Escrevo na minha língua essa viagem em terra estrangeira; eu mesmo estrangeiro de mim e portanto eu não contava com isso...

Ando um tanto passivo, dorido pelo ritmo, ando desconfiado, suspeitando dessa rotina migrante: as suas horas vazias, as noites em claro, os trabalhos temporários, as descontinuidades, as dúvidas, as inseguranças e o que mais? Não sei. Não vivi. Entre a partida e a chegada é um longo e nutante caminho; é a indeterminação, o talvez, o provisório como peleja, a regra estrita da clandestinidade e o não sei...E é preciso saber de si mesmo, senão, a deriva temporária vira perdição ou condição de vida.

Escrevo-lhe sob o esforço que há dias levanta e assenta beira de estrada. Há duas ou três semanas que não me lavo e desde então pareço pedra. Coisa. Torrão. Tijolo. Embrutecido. Mudo. Calejado. Curtido. Brutalizado. Desumanizado.

... Aqueles banhos de sol, de chuva, de rio e mar é que me lavam pela retina da memória, pois é de lá que me lembro do que fui e do homem que em algum lugar sobrevive.

Imagino, contudo, esses outros homens ainda mais miseráveis do que eu. Eles que sequer conheceram um córrego, um riacho no tempo da infância ou um alfofre durante a mocidade. Vivem afoitos por uns metros

quadrados de piscina, por um veraneio à beira do mar em ilha distante e pela pescaria no colo de um rio qualquer. Miséria nesse mundo tem muitas caras, pois tem!

Minha carta é terra esparramada em letra errante. Viaja como eu pelos labirintos pobres da África. É carta contra o esquecimento, contra esse tosco da vida que recolhe o melhor do bom e, um dia, nasce dentro da gente um segundo homem: taciturno, mal acabado, irregular como a própria carta é e testemunha.

Minha letra torta parece confinada à lembrança de meu pai naqueles arredores do seu Sudão, no buraco, onde nascera e fugira para conhecer, noutros anos, minha mãe, nascida nos Camarões, mulher de beira de estrada, até o dia do casamento que lhe plantou de vez num sítio de Angola...

Ah, minha mãe! Corri a sua terra e nem queira ver o que vi! E paizinho? Em fardo dobrado pela inquietude? Porém não posso de outro jeito, um outro que não esse tanger de linha; o parco sinal de vida de tempo em tempo e nada mais porque dinheiro ainda não tenho...

Imigrante como eu, contam-se milhares e contar-se-ão milhões. Pela televisão ou pelos jornais somos magramente conhecidos como: *les sans papiers* (os sem papéis, sem documentos, sem domicílio e sem trabalho limpo). Se não constituímos novidade à imprensa ou a toda gente esse clichê, no entanto, nos precede, como também nos infringe tanta dificuldade, seja durante a travessia, seja em cada estadia...

Após minha frustrada tentativa para a Córsega, passando pela Tunísia e depois pela Sardenha, já se foram dois anos e meio ou, se calhar, três! Contudo, não imaginava a força do tempo, sem a qual as estadias no Gabão e em Chade teriam definido, infalivelmente, o meu retorno ao país.

Os passantes de fronteira arruinaram minhas economias e quando não há dinheiro qualquer objeto presta serventia: relógio, porta-retrato, mochila, sapato, chapéu, mala, dente de ouro, cordão de família, aliança, roupa, cobertor, colchonete, boné ou agasalho. Pobre diabo se nada tiver para cambiar! Levam tudo! Piedade não há! Furtam até o que se julgava bem guardado, no fundo do saco, como reserva ao sustento da integridade de um homem...

Deixa estar! Marcas sobre o papel jamais testemunharão contra o infortúnio do maltrato e da selvajaria. O que disto fica só mesmo a memória sabe dizer e silenciar. Nem palavra abarca, suporta, traduz ou interpreta. Fica corroída como a inocência quando sonhou com o Eldorado, noutro

mundo, suposto melhor, embora o vil papel tem derramado o seu merdeiro pelas curvas da bola azul...

Os arames farpados, os cães, os postos de detenção, os olhos mortíferos da complacência branca, o silêncio do desterro, a negação da pátria, da língua e de si mesmo, tudo, pela concessão de uma estadia ainda que provisória. Tudo isto é o que não conto, oh meu amigo, tudo banalizado sobre o que acontece dentro e fora dos “campos de concentração” destinados aos ilegais. Sim, há campos espalhados para todo lado. O holocausto continua de um outro modo, noutro nome e mecanismo, cuja legalidade é matéria jornalística e bem conhecida por todos. Ali, concentrados, os que devem permanecer fora de circulação, fora da sociedade, longe dos direitos humanos e da Europa. Dentro, outros excluídos excluem porque no interior há de tudo, inclusive, o tráfico da miséria, a máfia da diáspora, a exploração sexual, e quando se escapa de lá, pode-se dizer que algum milagre acontece sobre a terra, embora a pele permanece como um pano tocado pela nódoa.

A fronteira, definitivamente, não é a mesma para todos e depender dela é o fim do mundo; parece que não chega nunca mais! O sonho anda pra frente... Traça uma linha no horizonte... A gente pensa que chegou e a linha avança... Quilômetro em quilômetro vai saber quanto andei? Já não sei!

Dá-se de um tudo na fronteira, e ela nunca se contenta. Arranca tudo de cada um e engole viva a vida dos mais fracos e até a dos mais fortes. A fronteira come e não escolhe a cor ou o sexo da carne, embora carne negra e mestiça ficam mais vezes expostas à fome. Para que dez, vinte ou trinta atravessem-na outros tantos, cem, duzentos, trezentos serão sacrificados. Bebés, crianças, jovens, mulheres, velhos e homens de toda idade que a fronteira devora, ora pelo mar, ora pelo deserto, ora dentro dos *containers*, ora ainda através das balas dos homens e de um chão anônimo, de uma cidade a outra, donde seus corpos serão enterrados: sem cruz, sem identificação, sem rastro e sem testemunha, pois nessa hora quem tem olho corre risco.

Escrevo-lhe, embora a caneta oscila entre os meus dedos...

Não pude escrever-lhe antes. Fiquei, como dizem, fora de circuito. Precisei roubar e não deu boa coisa! Aquilo acabou comigo. Mãe se visse botava a mão na cabeça e me dava por perdido!

- *Filho meu Ladrão, meu Deus do Céu!*

- *Não sou não, minha mãe, mas carecia roubar... não tive outro jeito... a fome arranca o que a gente tem de melhor... e o medo come a alma, corrompe o sonho,*

a esperança e a fê...e o frio? O frio deixa uma marca na gente que é pior ou igual a navalha...Perdoa, minha mãe, perdoa!

Fui assistido dias depois por um grupo na periferia da cidade. Ganhei umas mudas de roupa, um novo endereço para um trabalho temporário, até bilhetes de transporte, uma cama quente, um prato de sopa e um cobertor vermelho!

Eu aproveito o durante nessa balada de trem para entreter a razão e prosseguir com essa carta que não termina...

...faça disso tudo a emenda, se alguma houver, pois escrevo quando dá e o tempo não dá, o dinheiro não dá, nada dá certo e chegar não chega nunca. Já comi tanta terra e parece que ainda não deu, não é suficiente...

...a mancha da tinta sobre o papel (não bote reparo!) nasceu do frio, no dia de ontem, num banco de branco fugido, onde tão poucos vêm para as minguadas horas de sol! E até o sol se abstém; sem ele é mais difícil...

... a tinta correu a página e escorreu como um menino solto à frente do vento...

era um menino e um vento de cinema. Tudo de mentira. Um menino inventado pelo realizador e o produtor de um filme que eu inventei pra matar o tempo...

um filme mudo sem os sons do vento. Vento quando vazado e sem fronteira, quando ele adriça a alma pela coragem e afugenta o pavor. Vento livre pela aventura dos papagaios. Vento que eu conheço, desde menino...

o vento quando por aqueles nomes ele grita pela parte de Deus, embora é o demônio quem responde, e responde aquilo que só orelha de menino escuta...

... um menino triste, de dar pena, como tantos que andam, por aqui, agarrados à terra, embora cativos por outra força estranha que os assenta no chão em passo de sapato, botina de couro ou tênis de marca.

Porém, o mais esquisito foi quando dei de cara com um menino de verdade!

Ele correu com olhos discretos o meu papel manchado de tinta. Sendo um menino de carne e osso, logo, puxei conversa e abri sorriso porque um menino é capaz de enxergar outro menino no correr do vento. Menino tem asa na cabeça. Menino sabe que se bebe mais desilusão pela água da realidade do que, propriamente, a fantasia pelo balde da imaginação.

Ele, entretanto, um menino trancado em sua miniatura de homem adulto. Fechou-me a cara! Disse que não falava com estranhos – ordem da mãe que lhe deu um puxão pela manga do blusão e mandou que ele ficasse

quieto! A mãe, ainda mais desconfiada que aquele menino ensinado, olhou com desdém a minha parte de bicho; bicho virando pedra; pedra embrutecendo...

essa parte evidente por demais sobre a pele surrada em carne de homem: preto, pobre e agora também expatriado...

o que é melhor do que ser “puro”, pois o milho da pureza é a farinha da decadência e nesse ponto não cheguei, embora eu me pergunto muitas vezes: por onde andam os meninos? O que fizeram deles?

O inverno é pior do que imaginei, todavia, há ali qualquer coisa – uma beleza irrefutável – quando em chuva branda caem os primeiros flocos de neve do outro lado da vidraça. Há qualquer não dizer, pois falta combina com palavra, a falta é o sangue em cada palavra ou, talvez, a sua alma, esta, que ultrapassa uma expressão infante, a nina inocência que a neve tem, embora tal beleza, inclusive, a da natureza resguarda alguma ambiguidade. A neve também é frieza, tanto quanto é impiedosa e de algum modo melancólica...não gosto dela!

As palavras enviesam frases por estranhos parágrafos? Sei disso.

É a minha caligrafia indefinida, que imita meu desalinho de refúgio em refúgio, embora a escrita sabe e sela meu sacrifício numa esperança por outro dia: dia novo, dia melhor!

Ela não exige o que não tenho, mas arranca palavra com raiz e herança.

A escrita mora do outro lado da linha. Eu ando um passo, ela recua dois outros... Ilibada na outra margem enquanto eu me sujo todo de tinta, ela me olha e debocha.

...Estou misturado e confundido pelos desacordos da minha língua em terra estrangeira nesse acordo, sem acordo com a outra língua que também é estrangeira.

A escrita exige um bocado de coerência e outro tanto em coesão, mas isto eu não tenho para dar! Nenhum que seja imigrante, sem padrinho ou guarda de escolta, não pode oferecer, pelo menos, enquanto estiver no meio do caminho...

Tal força, a da escrita, senão a do rabaz que arranca sua gente da terra, gente sem plantio certo, mas que se mete noutro destino - imperfeito e impreciso - como era o seu, mas aquela gente não sabia, como eu não sabia, e se soubesse eu não acreditaria que tal inferno existisse!

Assim, tem sido, desde a nossa despedida em Angola.

Fomos carregados pela força do povoado: as preces do pai, as palavras da mãe e daquele gente velha que sabe os dizeres contra quebranto e reza de benção...

Reza minha gente; reza forte! Por enquanto atravesso o limbo; não é fácil não!

Os meses correram além de nós.

Assusto o povo daqui, embora não seja o único preto das bancas de lá, mas ainda não fiz amizade segura. Evito falar do que é da ordem do sonho, embora há outros sonhadores mais ávidos do que eu.

O pó, mês a mês, recobriu nosso sonho primeiro, perfeito e sem mancha... Quanta poeira viajadeira agarrou em nossa pele de terra-de-siena, comeu nosso preto e deixou esse alaranjado de homem de barro?

Estou como um boneco de terra, por vezes, inanimado e inexpressivo, mas a querer – o querer de sempre – um palmo de terra carcomida por insetos e assistida pelas plantas que dão chá, remédio e matam fome. Quero o meu belga, o meu direito à gleba, meio torrão, leiva ou blandim, mas que seja terra beijada de sol e enamorada por lua que anda em Luanda.... E COMO QUERO!

Lembra-se?

Acendida a fogueira pela nossa maior idade fabulado, então, o sonho de mudança, cujo intuito, de partida e regresso, serviria à compra de um quinhão e, dele, a nossa cooperativa. Sentimo-nos grandes – gigantescos – como os nossos verdes anos sob a cor daquela promessa...promessa de viagem...a nossa perdição...o nosso rumo dividido...a nossa amizade de perto, agora, separada...

Amizade unida apenas pela carta; carta que não termino; carta que já comecei; carta engolida mil vezes pra policial não tomar conhecimento e saber donde vim e me mandar de volta!

Sob o pó o meu olhar lá. Lá, onde imaginação deu à Europa um tamanho que não tem! O mar, este, sim, é imenso! Maior que a nossa travessia e impossível em barco clandestino... barco miúdo...barco preso... barco de todo jeito...barco da noite...barco do dia...barco pago...

Eu já falhei duas vezes!

Nada é como o sonho inventou. E ai dele se bebesse apenas na fonte da realidade, não sobreviveria! Sonho exige ser maior que a nossa altura

d'homem. É preciso ter uma vontade casmurra; destemida como a do marroaz contado pelo ancião da aldeia ao lembrar as navegações entre a Costa da Arábia e o Mar Vermelho. Uma vontade que não naufraga; sonho carece disso! Porque é no mar que se define o final da luta, a parte do risco sem limite e, para isso, é preciso ter mais sal do que sangue nas veias...

Na terra o combate é sempre outro.

No oceano é melhor ser sal e se misturar ao mar.

Se cair. Se o barco virar. Se a polícia chegar e não tiver pulado. Se ela não te pescar feito um peixe procurado. Se sobreviveres sem morrer na barriga da baleia, então, amigo, se tem sal e não sangue, quem sabe (?), há-de ser misturado à flor do mar e não ser jogado junto ao outro sal. Este que será lavado, apurado, ensacado, vendido e expedido pros quintos do mundo!

Numa noite dormíamos, eu e uns forasteiros, em uma espécie de acampamento que existia na periferia de Lagos. Não sei como, mas às altas horas deu-se por ali uma violenta inspecção. Eram dez ou quinze policiais da capital. Vinham não sei sob qual comando, a partir de qual denúncia, mas chegaram seguros de si. Traziam a força da farda e aquilo deu no que deu; um valha-me Deus e não foi coisa boa!

Fugi atarantado para a zona do lixo, lá no fundão. Fiquei misturado com os escombros, com os restos de comida, lata, bicho, rato vivo e morto, misturado com um tudo e com um nada e, por isso, acabei por ter mais sorte que os outros. (Se é que se pode chamar de sorte, a de não ser identificado senão como lixo!) Permaneci imóvel ou quase. Fiquei ali, durante horas e horas até a primeira hora do sol quando, enfim, debandaram sob novas ordens.

Quando deixei o lugar foi pior. Ficaram colados à pele os restos de vida em óbito, como também o cheiro indescritível da podridão e da morte, como ainda não a conhecia: rançosa, fétida e asquerosa! Insuficientes serão os adjectivos para os sítos, vermes e insectos proliferados às vidas morticças do lixo. Aquilo, feito um pesadelo nefasto, perseguiu-me dia e noite, semana após semana. Na ocasião não houve banho que terminasse com a danação embrenhada aos poros.

Foi como ser perseguido por uma alma penada, esquartejada e moribunda, como a de um louco, quando atravessado por um trem da meia-noite. O errante agarrado à sua morte, um desviado do paraíso, buscou insistente o meu corpo. Um corpo perdido no mundo, mas que ele tinha a intenção de usar até o fim!

Chamava-me pelo meu nome. E quando eu não o respondia, então, gritava, gritava e em confusão paranóica eu gritava também. Foi um ranger de dentes. Uma perdição de nomes. O meu limite entre a loucura e a sanidade. O meu quase mediante um estrangeiro, um fantasma, sem corpo, sem documento e mais desesperado pela vida do que eu.

Eu usava, na altura, nome e documentos falsos. Tudo comprado pelas mãos de dois passantes em Agadez, incumbidos do meu transporte para a Argélia, contudo, meu amigo, aquilo foi outra desventura; contarei mais tarde.

Há tanta miséria sob o nome do medo e da fome.

Nos olhos das meninas e dos meninos que usavam a alfurja para os seus biscates de triagem e revenda, para eles, aquele lugar era apenas uma usina, de onde deveriam tirar para si e para a família alguma comida, roupa e calçado, que separavam com certo cuidado para evitar as agulhas, os cacos de vidro e os dentes dos ratos. Para eles, os meninos do lixo, aquele lugar permitia a sobrevivência. Os pirralhos da zona do lixo, embora sem banco de escola, reconheciam, melhor do que eu, o mundo como um sistema, portanto, sabiam que a exclusão é uma condição de vida e é dentro dela que vivem como podem, e sem reclamar.

Preciso deixar essa sina de bertoldo. Largar de ser o parvo do Velho Mundo, senão passo a vida em arapuca ou continuo perdido como tenho andado de um lugar para outro.

Ficou qualquer coisa minha agarrada ao Níger, à sua marginalidade, à carroçaria do caminhão e à terra vermelha da estrada. Gente e sacos de carvão, tudo misturado, sorte e azar sob o cheiro do suor. Depois é o calor incrustado de areia quando bate na pele, machuca, gruda, dorme, cola uns nos outros, acorda e separa um morto, quando ele cai estrada abaixo.

Serei eternamente o nômade do começo? Sempre em terra alheia? No fiango improvisado como tudo de que dispõe aquela gente humilde do Congo, dos Camarões e da Nigéria?

Caminho longo, sobretudo, quando você partiu para se casar e se instalar em Toulouse.

Brincamos com os mistérios da fogueira, mas, de fato, o seu destino veio em porta de aliança. Espero que me esperem: você e a sua enfermeira franco-espanhola. Como vai a sua dona? E o amor faz tanto bem como cantam? E a França, ela concede uma parte ao nosso sonho? Já fez menino? Já tem trabalho?

Busquei fronteira nas terras da Guiné, Senegal e Mauritânia. Reunidos os recursos pude, então, pagar o preço reclamado para travessia do Saara. Mas dinheiro não basta! Foi por pouco que o monstro não me devorou pelas entranhas! E se tive socorro, graças dou, e darei até o fim dos meus dias, a um Saaráui do deserto. Um guia incomum nos arredores de Aên-ben Tili. Ele surgiu por milagre ou comisseração da fé, que eu me forcei a ter para salvar, exclusivamente, a mim mesmo.

O guia, logo, me convenceu sobre a ineficácia do trajecto, segundo o meu apontamento na folha do caderno. Traçou um novo estratagema. Reorientou a rota para Argélia, e de cuidado em cuidado o necessário tomou feito. O mais difícil foi garantir a passagem para o Marrocos, pois o acesso pela fronteira é complicado e os documentos que eu tinha em nada ajudavam. As rotas alternativas e os meios de fuga eram, por ele, bem conhecidos. Sem contar seus tantos e fiéis, amigos e familiares, que ele mantém naquela zona e, sem eles, tudo seria impossível.

Escrevo-lhe e a carta é, por si, sinal de êxito, embora foi gasto muito mais tempo que o previsto e o custo mais que quadruplicado! Mudei tantas vezes de nome quantas foram as exigências e os limites entre as fronteiras. Precisei arrumar trabalho e angariar dinheiro. Fui aceito em família que nunca vi. Fui expulso por aqueles com quem contava. Fui ajudado e denunciado. Fui perdendo a minha pele negra. Fui ganhando outra, mais surrada, porém mais forte! Tenho agora uma pele estrangeira, língua estrangeira, letra, identidade e nome estrangeiros, como o meu presente e o meu futuro são e serão de um forasteiro.

Escrevo-lhe porque isso tudo dói por dentro, embora venci...ESTOU VIVO!

O plano foi seguido à risca e, sob incisivo conselho do Saaráui, queimei todas as minhas anotações. Parte minha foi junta! Porém, arriscado demais, segundo ele, manter um diário não sendo nem jornalista, nem escritor. Forjaria um outro para preservar o caderno. Ele, porém, alegou categórico que minhas mãos testemunhariam contra mim e, em caso de fiscalização, trair-me-iam.

...Danação de vida, quando se é pobre e o corpo todo denuncia a condição!

A vigilância foi cada vez mais açulada e além do que esperávamos. Há tantos ou mais postos de fronteira, hoje em dia, como também

patrulhamentos locais, ora dia, ora noite, ora no meio da madrugada.

Aqueles nomes e identidades nada diziam comigo, mas integrei, memorizei tudo, abri caminho, falava pouco, embora nunca consegui tapar a vergonha – a minha desapropriação – esse resíduo de liberdade e miséria que nem roupa e nome falso encobrem.

...Mãe sabia disso: *feliz o bicho da cidade, pois tem boca grande, dentes largos, apetite selvagem e come voraz bicho da mata.*

Vou largar de ser *aardvark*: o porco menor da África, que captura apenas cupins e formigas durante toda a sua existência.

...Dou jeito não; essa vida é dura demais! A mentira sabe o pedaço que ela rasga, mastiga e devora dentro gente. Ser um outro; passar-se por outro só em teatro, cinema ou televisão! Na vida ser um outro, um estrangeiro diante de si e dos outros é dívida sem pagamento e sem perdão.

... É como a nossa África! Não pode ser o que é e, por isso, paga caro, dívida sobre dívida, por não ser uma outra nação, outra terra, outra cultura e outra economia nesse mundo indecente! E, aí da África se quiser sustentar o castiço; dão cabo dela! Não vê a Angola, a Guiné Conakry e a Namíbia?

Por intermédio dos passantes mais experimentados encontrei ajuda ocasional junto aos aldeões. Participei daqueles cultos... e a mulher berbere teve suas visões... aconselhou o que quis e limpou o que pôde do meu caminho... Meu corpo embrenhou daquele fogo! Fui tomado pelo demônio ou, então, pelas forças que ele comanda nesse fosso terrestre, onde quem mais tem é quem mais tira... O azar remediado por alguma sorte transformou o sonho numa vontade capitosa e resistente... Fiquei com o corpo fechado. Endurecido pelo desejo que me fez mais forte e menos eu. A mulher fechou minha dor. Abriu meus olhos. Cicatrizou minha alma e me deu um amuleto.

A África ficou do outro lado das Canárias. Economizo tudo e mais do que posso para a estadia em terra Espanha, mas não na ilha... Não sei como, mas consegui, estou a caminho! Ainda não alcancei a França, mas já me vou e muito mais próximo. Como deve presumir estou de chegada, seguindo os ganhos dos trabalhos itinerantes oferecidos à nossa estirpe: nenhuma!

Somos e seremos imigrantes. Somos e estaremos em permanente viagem. Seremos sempre estrangeiros e permaneceremos exilados. Um exílio voluntário ou por mandato do sonho, da urgência, da fome e da

família que conta com o nosso amanhã; conta com a nossa diáspora!

Preciso me virar! As gorjetas são magras, como também o “salário” nos hotéis de luxo. Vendo, quando muito, alguns livros e revistas trazidos por turistas; gente bacana, gente fina, gente sorridente, gente de papel de revista! Eles vêm dos confins da terra para uma temporada nas águas Canárias. Ao que parece eles têm tantos livros que não se aborrecem em “perder” suas leituras de viagem e, é por isso, que aproveito! Capturo tudo que me possa servir como moeda ou troca: um favor, uma informação, um pagamento.

Primeiro passo tudo pelos olhos e, a seguir, gravo o que posso, pois memória não me falta. Aprendo o necessário sobre o discurso supérfluo, mas que me serve como matéria de impressão entre os turistas. Leio, guardo e solto frases feitas! Os ricos adoram ser surpreendidos, e uma gorjeta extra é sempre bem-vinda. Eles supõem que meu saber é fruto “do mérito pelo esforço”! Imagine só, se descobrissem, seus livros surripiados pelo meu esforço sem mérito? Um risco que vale algum dinheiro pelo preço pedido para a travessia de barco. Benditos livros, cuja soma soldada junto ao mercante da cidade vai me tirar dessa ilha! A fantasia de uns poucos! A ilusão de uns tantos!

Depois foi preciso aguardar as noites sem lua, as falhas da vigilância marítima e o sinal entre os informantes, uns, em terra, outros, do outro lado do mar...

... Já me desconheço como homem e uma ave de rapina me cairia melhor. Dava minha alma nisso, pois que conheci Deus, mas fiz negócio com o Diabo.

Aquelas aulas de leitura e escrita, nos cursos da noite, serviram-me de arrimo. A leitura quebra o silêncio e o anonimato. O autor fala com a gente e a solidão fica dividida ao meio, pelo menos, é isso que eu sinto...

A leitura me acompanha e me faz dormir; fico mais sossegado! Porém, nunca leio no meio dos outros e, se me perguntam digo que não sei ler, mas que gostaria de aprender pra não morrer estúpido! De vez em quando viro o livro de cabeça pra baixo e, assim, descubro que outros sabem ler, embora escondam.

Saber demais pode denunciar a língua e o país de origem, por isso, a discrição é trato passado com a sorte e, isto, não é, de modo algum, dispensável durante a travessia.

No entanto, à medida que leio pareço um bocado cambaio e me desentendo pouco a pouco com a realidade... Essa coisa enfadonha, desigual e absurda que é a realidade!

Ando cansado de ver dor. Fecho os olhos e prefiro o que vejo dentro; o que aprendo em livro e existe só em livro! Embora se alguém escreveu deve existir...?! E se não existe alguém mais criativo encontrou um meio para curar as dores do mundo. O que eu não alcanço, a imaginação resgata. Aberta ela pode mais, e mais depressa, alcançar o mundo desenhado pelas palavras...E como existe palavra bonita!

Escritor é, por isso, mais rico! Vende o que falta e como há falta nesse mundo...terra sem um único Deus e com tanto diabo à solta... ele preenche a falta. Escritor prospera dia a dia às custas das mazelas! Mas digo-lhe francamente: quanto mais leio, viro pedra e, inevitavelmente, recolhi algumas com as quais divido a rota.

Outro dia, eu permaneci folha morta e nenhum turista de espreguiçadeira deu com minha natureza em mutação... O melhor, no entanto, foi virar vento... Morrer uma morte sem dor numa flor cansada... Deixar o estado sólido e virar gota d'água... Correr pelo copo virado... Cair da altura da mesa... Ser tomado pelo colo do chão... Morrer dentro do calor do sol que consumiu parte da água... Ser bebido pelo céu e morar numa nuvem...Depois, a outra parte, a que ficou por cima do cimento, ao lado da piscina, ao pé da mesa, donde caíra o copo, partira o vidro e eu recolhera os restos, esta parte, desapareceu... Morreu sem pena... Entrou pela fenda...Caiu nas funduras da terra... Misturou-se num lençol... Viajou na água...Virou parte de um oásis... E pela sede na vida de uma serpente foi, então, engolida pelo deserto, que engoliu um camelo, um boi, uma ovelha, um homem e um cachorro...

Cachorro, sim, é um bicho de sorte! Tem madame que preza mais seu cachorro que o próprio marido. Filho, então, passa depois. Primeiro: cachorro! Depois: marido! No meio: o dinheiro e o trabalho! Acima: a vaidade que ultrapassou a independência, a autonomia e a solidariedade. Família já não conta! Filho, talvez, noutra encarnação porque a vida é por demais curta e as mulheres têm atraso com seus desejos.

Os dias morreram lentos e sem piedade: sol fumegante e lua alta. Mantive a espera. Passaram outros mais vindouros e, enfim, a confirmação da partida. A Espanha em terra firme, sem ilha, a do lado de lá, agarrada à Europa, ao meu destino, ao nosso reencontro, ao fim dessa viagem e ao começo de uma outra.

Sendo homem eu sei que eu não dou vida e sequer me dei à vida, mas alguma vida nasceu dentro de mim. Acho que vem dessas coisas a natureza límpida da palavra plenitude

e, por isso,
alguma generosidade conspirou pelo melhor
ao mar deitei as minhas pedras
elas correram do estômago para a garganta e dali em diante já pude
sentir alívio
a leveza
quando aquelas pedras sem limo rasgaram meu corpo e caíram dentro
do oceano... O peso fora do meu ventre morto... O passado deitado água
adentro e o futuro diante de mim, lá fora... como a Espanha é bonita! Essa
gente sabe disso?

Em terra firme comprei um caderno de bolso, uma caneta, um lápis
e roubei meu primeiro dicionário. Esse livro tem sido de uma exemplar
companhia. Ele não me ensina sobre os pedaços do mundo, mas os
reintegra, através dos verbetes que me guiam de uma página a outra.
Assim, de leitura em leitura, vou de uma palavra desconhecida para uma
outra: irmã, prima, tia, neta, avó... a família é grande!

Pela natureza das palavras não há separação, embora houve mudança
substantiva na árvore da história. Cada palavra tem raiz, tronco, galho,
folha e participam, à sua maneira, da fotossíntese, do sombreiro, do fruto
e das metamorfoses em cada estação.

Desagregar é ofício da cultura, dos homens, da política, da economia
e do discurso! Eu entendi! Foi o dicionário que me ensinou e, por isso,
tornei-me um ladrão de dicionários. Adoro dicionários! Ao contrário
da vida quanto mais velho for um dicionário maior o seu valor e o seu
prestígio. Dicionário, contudo, é o livro mais caro e difícil de ser roubado
e, por isso, vale a pena! Dicionário testemunha os sentidos e os contrários.
É muito engraçado cruzar e descruzar as verdades por detrás das palavras.
Palavras de papel tão bem engomadas, embora quão amassadas pelos
fatos e saias justas que vestem homens e mulheres.

Afeto e África, por exemplo, estão reunidas em dicionário. E de tanto
consultá-los tomei gosto pela etimologia: uma espécie de caça às palavras
que, além do vício do jogo simula tão perfeitamente o viés da linguagem
e o revés da vida.

Quem sabe, um dia, nem as palavras, nem minhas mãos vão me trair?
Quem sabe, um dia, as palavras farão por mim e, antes de mim, a travessia
que falta? Quem sabe diminuirão as distâncias e, assim, hei-de chegar, de
voltar e de reencontrar o que o vento levou consigo?

Aqueles com que “convivo” têm a escrita como artigo de luxo, como

se ela fosse uma aquisição semelhante ao carro zero quilômetro, à casa própria e ao passaporte para um país estrangeiro. Todo esse gênero de coisas que vive do outro lado da vitrina, aquisições que o dinheiro compra, que desfila pelo ecrã da televisão, que sustenta as fronteiras entre os países e está acima, muito acima do meu sonho.

A escrita é coisa banal na vida dessa gente letrada. Ler e escrever, há muito, foi integrado no modo de viver e às maneiras de ser e pensar de um europeu. No entanto, eles desconhecem, no varejo da vida, o custo dessa ausência: o exílio sem a escrita, sem a matéria da ficção, do entretenimento e do prazer que um livro pode dar e dá... Quanto tem me dado! E uma carta então? Escrever uma carta, mesmo em pedaços como a minha! E receber, pela caligrafia de um outro, no futuro, uma carta! Lá em casa, contudo, ninguém se entende, nem com letra, nem com palavra. É uma vizinha, de longe, que monta a cavalo pela morte da ignorância.

Salve os meus dicionários que me arrancam dessa *agnosia crassa* – aprendi com eles essas palavras difíceis; disseminadas como nossas, senão, convenientes às explorações das Áfricas.

Vez por outra é uma palavra bonita ou antiga que saem dos meus dicionários sem cabeceira. Floreio bilhetes e cartas, mas sem dinheiro dentro não tenho coragem de entregá-los à caixa de correio. Notícia sem esperança dentro é vão; a família não entende!

Encontrei um novo trabalho e sem saber ler e escrever seria impossível. O aprendizado a mais com os voluntários do *Sem Fronteira* foi, certamente, reza forte da mãe! A escrita abriu meio caminho para levantar comida, negociar o pernoite e fazer algum dinheiro entre os operários de uma fábrica clandestina.

Bendita escrita que me serviu de nução – amém de mãe!

...E os outros? Os que estiveram na Cruz Vermelha e voltaram pra trás ou pro meio do sonho? Chegaram em casa? Caíram em perdição? Encontraram corda pelo caminho? Rasto novo até Espanha, Itália ou Marrocos? O que sabe dos companheiros?

Tirei cópia do mapa sobre a nossa imensa e dividida África. O esboço serviu para recapitular os percursos de passagem e os de longa estadia. Revistos sobre pontos vermelhos, marcados com “X”, eles evidenciam as redes do tráfico, principalmente, no triângulo entre Espanha, França e

Itália. Contarei aos nossos o que fazer ou não: os descaminhos, as ciladas, os patrulhamentos e as pequenas brechas para a imigração.

A África, desenhada sobre a camisa encardida, ficou ainda mais diminuta e vê-la, assim, doeu-me o peito. Já não parece mais a terra dos mosaicos de infância, quando as meninas criavam suas decorações com pedras e metiam pintura nas paredes de barro.

Uma terra vermelha com sede de terra livre. Uma beleza natural como capim e semente. A nossa terra. E do seu filho, o pó encarnado, engolido por pés descalços, como se terra fosse água e a água tivesse sede de pé de gente, donde então tanta água bebida pelas nossas raízes, mudas nuas, pés de criança, pés pobres, naquela liberdade de quintal.

Mas se a liberdade cabe em lembrança e coube no fundo da nossa casa, então, não podia ser, assim, tão livre e tão nossa, não é mesmo?

Eu, desse lado do mundo, ando calçado demais! As fendas nos pés já não têm terra para beber. Elas se retraem à terra misturada dentro da planta de cada pé: no tempo de menino ao de rapaz. Essa terra é, verdadeiramente, a única herança que não me foi roubada no caminho. Tinham que ter acabado comigo e foi por um triz que escapei! Tenho mais vidas que gato de cidade... Deus me prometeu o paraíso, disse minha mãe, mas o Diabo gosta da eternidade! Tenho agora pés de borracha que já tanto pisaram cimento; pisaram estrada; pisaram fuga; que, acredite, hei-de chegar!

Paris vai ficar pra conversa de mesa, mas antecipo: nunca pensei em fazer uma curva dessa e passar pelo país, por dentro, pelo umbigo do mundo! Por aqui se encontram *lordes* e *ladys* de um tempo ultrapassado. Vivem numa liberdade republicana, mas autossustentada por um saudosismo monárquico. Reencarnaram com seus rostos postiços e esbranquiçados, mas não têm sangue azul! Falta-lhes, portanto, a prova incontestável sobre o “selo de autenticidade francesa” reclamada, pelo menos, pelos fanáticos – os nacionalistas da extrema-direita que buscam meios escatológicos para afirmação de suas fronteiras e muros...

Destruíram em Berlim, mas arrimam muros, cercas e arames por todo o resto. O resto segue dentro; dissimulado entre as palavras...

Seu amigo, este, que resistiu intacto. Alguém resiste doutra forma? Resistir a ser senão inteiro? Seria por demais decadente de outro jeito, embora a decadência habita as vitrinas, os supermercados, as mentiras televisivas e os discursos políticos sobre as fronteiras.

Resistir; aprendi a apreciar essa palavra...

Vou resistindo pelo meu melhor barro, pelo meu pano tocado pela nódoa, pela pedra bruta, pela flor, a gota de água, o vento, a nuvem antes da chuva, um menino de cinema, um camelo, a serpente engolida, o deserto que é quente e gelado, um menino de verdade e sem bota, bota nos pés da estrada, já chego, já comprei meu bilhete pra Toulouse. Sigo no trem da madrugada. Vou pelo vagão clandestino.

Um abraço,

Barth.

PS: Espero que o seu endereço seja o mesmo e que essa carta não se perca! Avisa para a sua dona que eu preciso de pouso. Agora mais dois ou três dias e bato-lhe à porta! Não vou aborrecer. Fico em qualquer canto até obter trabalho e arranjar papel.

Paris, 15 de Novembro de 2002.

À coragem imigrante. À integridade de Barthélemy e de outros sessenta e sete anônimos, cujas trajetórias são familiares às dele. Aos que não chegaram, aos que morreram pelo caminho, aos deportados, aos que encontraram um meio e resistem.

Catitu Tayassu

Doutora em Educação pela UFMG (1999), Pós-Doutora em História Cultural pela Universidade de Versailles (2001), Pesquisadora Associada no CRH-EHESS (2003), Professora de Português para Estrangeiros (2004-2010)

Curadora e Diretora do Arquivo On-Line Internacional "Pour la vie Ailleurs & Pour la vie Maintenant – Pela vida Afora, Pela vida Agora" (desde 2009). Arquivo dedicado à memória ancestral, à salvaguarda das línguas e à difusão do patrimônio cultural da humanidade: mitos fundadores, textos de iniciação, histórias da origem: sagas, contos, cantos, poemas, odisseias, epopeias, lendas e fábulas. Em Fevereiro de 2010, com 40 línguas e países integrados.

Normas para apresentação de textos

Artigos

Tamanho máximo de 400 linhas, fonte Times New Roman, 12;

Faça constar dois breves resumos, um em inglês (obrigatório) e outro em português ou espanhol, bem como três palavras-chave nos dois idiomas.

Lembramos que a Travessia publica textos em português e espanhol;

Siga as normas da ABNT, ex: MELO, José. O imigrante. São Paulo: Cortez, 2008. Nas referências, relacione apenas as fontes citadas, em ordem alfabética e, quando da repetição de um autor, obedeça a ordem cronológica;

Não transforme em nota o que é fonte bibliográfica, insira no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação); não utilize nota no título;

Para a breve identificação acadêmico-institucional, utilize asterisco; sempre que houver mais de um autor, a Travessia reproduzirá a ordem constante no texto recepcionado;

Evite o uso de linguagem rebuscada e, na medida do possível, inclua alguns intertítulos;

Mapas, gráficos e figuras devem ser enviados como arquivos separados, em preto e branco, informando sua localização no texto;

Todos os textos devem ser inéditos e seu envio à Travessia implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações; Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição, para tanto envie seu endereço postal completo.

Resenhas

Devem conter cerca de 50 linhas, fonte Times New Roman, 12.

Contos, relatos, textos divulgativos e de caráter militante

De preferência, breves, não superiores ao tamanho dos artigos; dispensam apresentação de resumos.

ADQUIRA NÚMEROS ANTERIORES
&
ASSINE TRAVESSIA – Revista do Migrante

TRAVESSIA – Revista do Migrante, agora semestral e com novo formato, está na estrada desde maio de 1988. Na trilha desses anos todos, pesquisadores das mais diversas áreas focaram seus diferentes olhares na complexa e desafiadora realidade que envolve os migrantes. Outras vezes foram os próprios migrantes e agentes sociais que registraram o seu olhar.

Trabalho
Memória
Identidades
Redes
Fluxos
Fronteira
Retorno
Preconceitos
Brasileiros no exterior

Estes são apenas alguns dos tantos temas e abordagens que se encontram à sua disposição no CEM, através dos mais de 60 números já publicados. Para assinar e/ou solicitar números anteriores, navegue pela nossa página

www.cemsp.com.br

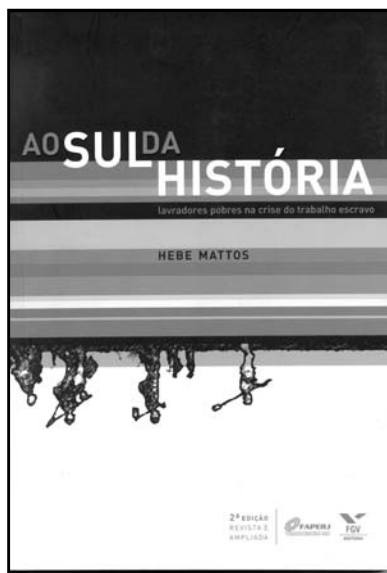
Nela você encontra:

- Os números publicados,
- O sumário de cada número,
- Os preços de um exemplar ou da coleção completa,
- A forma de pagamento
- A opção de assinatura por um ou por dois anos.

Confira e entre em contato conosco!

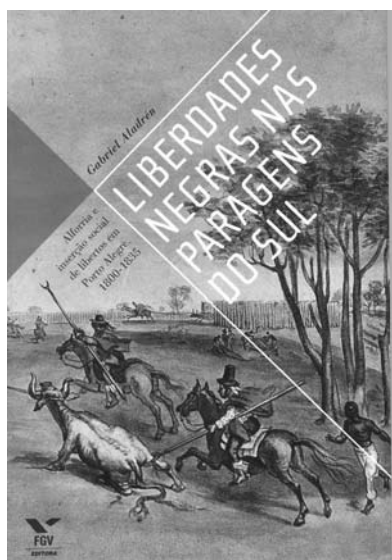
Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

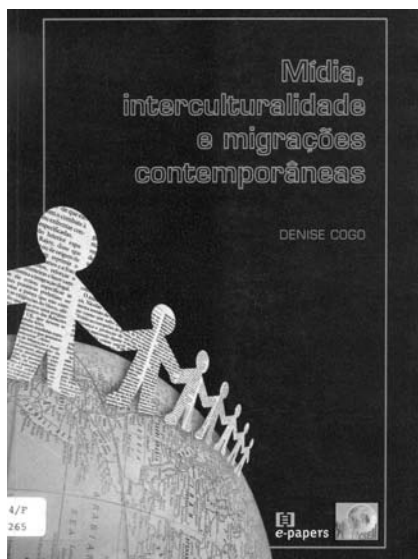
Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



Hebe Mattos, ao analisar a vida e o trabalho dos pequenos lavradores do antigo município de Capivary (hoje Silva Jardim/RJ) entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, não só desmitifica conceitos e “verdades”, como dá voz a uma parte significativa da população brasileira, extrapolando a base hierárquica tão comum em nossos estudos, formada quase sempre exclusivamente por *senhores* e *escravos/ex-escravos*. Através de inventários, registros paroquiais e processos crime, resgata importantes indícios da vida e da história desses homens que, neste livro, voltam a ser de “carne e osso”.

Gabriel Aladrén apresenta uma pesquisa inovadora sobre os padrões de alforria e inserção social dos libertos no sul do Brasil das primeiras décadas do oitocentos, sobretudo, porque aborda as alforrias a partir dos significados da memória da escravidão nas trajetórias individuais de ex-escravos e seus descendentes, bem como nas culturas políticas que as tornavam possíveis em uma situação de fronteira e instabilidade política. O livro enfrenta o desafio de pensar os significados dessas liberdades negras no contexto de emergência do primeiro Estado nacional brasileiro, constitucional, monárquico e escravista.

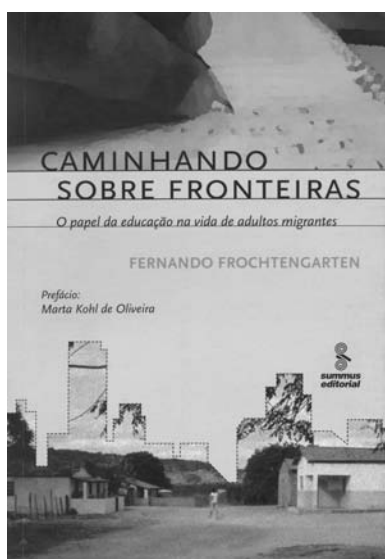


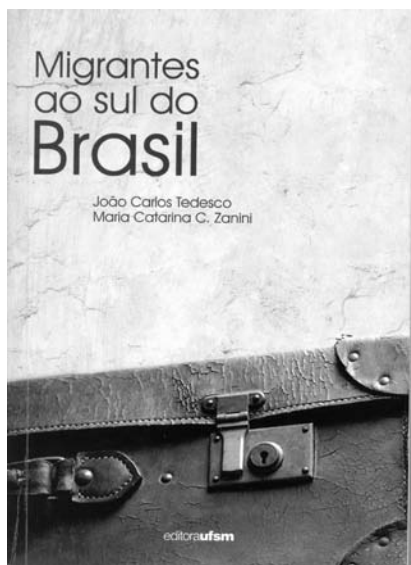


Denise Cogo traz para este livro os resultados de pesquisa em torno das interfaces entre mídia, interculturalidade e migrações. Partindo de uma perspectiva de inscrição dos processos comunicacionais e midiáticos no campo dos estudos culturais, a pesquisa visa ao entendimento das estratégias de construção midiática das migrações contemporâneas, através de uma amostra de dez mídias impressas no cenário brasileiro, sendo nove jornais e uma revista de circulação nacional.

Fernando Frochtengarten examina a experiência de retomada da vida escolar por adultos trabalhadores migrantes. Partindo de sua vivência como educador de jovens e adultos na cidade de São Paulo, viaja em companhia de alguns alunos para as áreas rurais da Bahia e de Minas Gerais, donde eles um dia partiram.

O trânsito entre a metrópole e o sertão transforma-se no fio condutor das reflexões sobre os papéis da educação na participação de migrantes pouco letrados na sociedade urbana.





Organizado por Maria C. Zanini e João C. Tedesco, este livro é uma coletânea de textos dedicados aos processos migratórios no sul do Brasil. Trata-se de uma importante contribuição para os interessados no tributo dos migrantes de diferentes etnias e culturas para a formação do Brasil no sul, possibilitando uma compreensão sobre o complexo processo de colonização com imigrantes no Rio Grande do Sul e seus efeitos sobre o que somos, como brasileiros, no presente.

André Soares e Tomoko Kimura Gaudio, por ocasião dos cem anos da imigração japonesa para o Brasil, diferentemente dos olhares voltados para o grande marco do centenário, privilegiam as especificidades da história local. Colocam em foco, numa edição bilíngue (português e japonês), o cinquentenário da chegada dos japoneses à cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (1958-2008). Com base nos poucos registros existentes e, sobretudo, através da memória dos envolvidos, resgatam a saída do Japão, o contexto da política imigratória brasileira do pós-guerra, a passagem fracassada pelo município de Uruguaiana, a chegada a Santa Maria e sua inserção na cidade.





O SIMN (Scalabrini International Migration Network) organizou, em janeiro de 2009, na Guatemala, o Primeiro Fórum Internacional sobre Migração e Paz, reunindo 218 expertos, entre os quais vários ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, representantes de governos, do mundo acadêmico, dos meios de comunicação social, de organizações internacionais, sociais e dos próprios migrantes. Este livro constitui o registro de todas as intervenções que aconteceram durante os sete painéis de debate, bem como as discussões realizadas nos seis grupos temáticos. O foco deste fórum recaiu sobre o continente americano, centrando sua atenção para a necessidade de se promover uma cultura internacional de paz entre os migrantes e as comunidades de acolhida.

Jesús Javier Sánchez Barricarte, num trabalho de fôlego, basta considerar as 27 páginas de referências bibliográficas, oferece uma compreensão do vasto panorama migratório internacional e uma análise de suas implicações socioeconômicas. O livro divide-se em cinco capítulos: O 1º é uma compilação das principais teorias contemporâneas que buscam entender porque se produzem e perpetuam os fluxos migratórios internacionais; o 2º expõe os fundamentos teóricos sobre a economia da imigração; o 3º traz análise pormenorizada sobre os impactos causados pelos fluxos migratórios nos países de acolhida; o 4º volta-se sobre as consequências para os países de origem dos fluxos; e, o 5º dedica-se à atual discussão acerca do aquecimento global, degradação ambiental e migrações, não poupando críticas à postura dos neomalthusianos.



Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia*!

Pensou diferente, pensou *Travessia*!

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Sumário

Apresentação
Helion Póvoa Neto

Dossiê – “Os Desejáveis”

Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesas
William Fugii

Do Brasil à Itália: Processos históricos e culturais
de uma nova realidade emigratória
João Carlos Tedesco

Sobre a mobilidade internacional de trabalhadores qualificados:
Brasil no foco do Quebec
Tatiana Accioly

O ramo de rede: Breve estudo de parentesco
dos produtores e vendedores de redes de dormir
Elisa Cunha

Ciganos, Roma e Gypsies
Categorias de atribuição e classificações identitárias
Mirian Alves de Souza

Escrita afirmativa: Reflexões sobre a produção literária elaborada e
consumida por descendentes de imigrantes
italianos no Rio Grande do Sul
Maria Catarina Chitolina Zanini

Trabajadores migrantes del Cono Sur de América Latina
residentes en Argentina y Brasil
Gabriela Adriana Sala

Imigrante brasileiro em Portugal: “pé de passada”
(entrevista) Por: *Eduardo Gabriel*

Resenha

Escrevo-lhe (conto)
Catitu Tayassu

